



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0681/08	DATA: 15/05/2008
INÍCIO: 9h55min	TÉRMINO: 17h15min	DURAÇÃO: 7h20min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 7h18min	PÁGINAS: 172	QUARTOS: 88

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

VERA LÚCIA ALVES - Representante da Pastoral Carcerária do Estado do Rio de Janeiro.
MARCOS PEREIRA DA SILVA - Pastor fundador da Assembléia dos Últimos Dias.
PAULO CÉSAR MACHADO - Ex-presidiário.
CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro.
CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Promotor da Vara de Execuções Penais.
EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Defensor Público.
PAULO ROBERTO FERREIRA DA SILVA - Ex-Presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Prisional do Estado Rio de Janeiro.
FRANCISCO RODRIGUES ROSA - Presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penal.

SUMÁRIO: Debate com as autoridades locais sobre o sistema carcerário do Rio de Janeiro.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.
Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há termos e expressões ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Declaro abertos os trabalhos da CPI do Sistema Carcerário, que foi criada no dia 22 de agosto de 2007, para diagnosticar e investigar o sistema carcerário brasileiro.

Informo aos senhores e às senhoras que a CPI foi criada a partir de um requerimento proposto pelo Deputado Relator, Domingos Dutra, que, na época, sentiu o desejo, a partir de denúncias e de relatórios da ONU que apontavam o Brasil como um dos países que sempre desrespeitavam os direitos humanos, principalmente na área carcerária... E, a partir desse requerimento, foi criada a CPI, foi instalada, e nós iniciamos os nossos trabalhos no dia 22 de agosto do ano de 2007.

Já visitamos 18 Estados do Brasil, já visitamos mais de 80 unidades prisionais no País e estamos aqui, no Rio de Janeiro, também fazendo vistoria aos presídios e vamos debater com as autoridades locais os problemas encontrados nos presídios do Rio de Janeiro.

Queremos informar, também, que esta CPI não foi criada para defender nem os Governos, nem o Governo Federal, nem defender os presos. A CPI foi criada para defender um sistema carcerário que funcione. Nós temos consciência de que se nós tivermos no País um sistema carcerário que funcione, vai estar atendendo tanto aos interesses dos Governos, quanto da sociedade, quanto da população carcerária do País. Portanto, não há aqui uma quebra-de-braço na CPI para identificar os culpados, se é o governo A, se é o governo B, se o problema é dos presos ou não. O nosso objetivo é defender um sistema carcerário que funcione no País. Inclusive, estamos debatendo com os Governos Estaduais os problemas também dos agentes penitenciários, dos servidores penitenciários, que são objeto também do nosso trabalho. Nós queremos um sistema que funcione, e os agentes e os servidores também fazem parte desse sistema. Nós, então, estamos debatendo, discutindo com os Governos, com o Governo Federal esses problemas.

Normalmente nós fazemos as visitas, concluímos com uma audiência, onde nós iniciamos um debate. E temos os debates feitos na Câmara Federal com representantes de outras áreas, onde nós estamos procurando encontrar uma forma de auxiliar os Governos dos Estados, o Governo Federal e o DEPEN, que é o



Departamento Penitenciário Nacional, para que nós tenhamos políticas penitenciárias no Brasil capazes de fazer com que o sistema nosso funcione.

O diagnóstico que nós temos no sistema carcerário depois dessas visitas é de que nós temos no País um sistema carcerário falido, um sistema carcerário caótico, que não cumpre com as suas funções, um dos mais violentos do mundo. Nos últimos 2 anos, tivemos quase 2 mil mortes dentro dos presídios brasileiros, para um País que não aplica pena de morte como pena máxima. Nós temos no Brasil a morte sem pena, porque a violência é muito grande. O número de fugas nesses 2 anos ultrapassou a 70 mil fugas no Brasil, ou seja, mostra a fragilidade do sistema. A quantidade de servidores, agentes, policiais envolvidos com facilitação de fuga, com facilitação de entrada de drogas, celulares e armas dentro dos presídios, no Brasil, também demonstra a necessidade que nós temos de agirmos rápido.

Hoje, nós temos 423 mil presos no Brasil. Nós temos hoje no País 0,3% da população presa. Parece um número alto, mas, os Estados Unidos, por exemplo, têm 1% da população presa. São dois milhões e meio de presos para 250 milhões de habitantes.

Temos um déficit de 220 mil vagas no setor carcerário brasileiro. Isso levando em consideração as vagas já existentes. E nós sabemos que boa parte dos presídios existentes deveriam ser demolidos, porque as instalações são precárias, insalubres, não oferecem nenhuma condição para que um cidadão possa cumprir os seus deveres dentro dos presídios brasileiros. Ou seja, se levarmos em consideração que mais da metade deveria ser destruído, em vez de ficar sendo reformados, e fazermos novos presídios, podemos afirmar que o nosso déficit é bem maior do que as 220 mil vagas.

O que a CPI defende? Nós estamos defendendo, no Brasil, a padronização arquitetônica dos presídios; estamos defendendo uma uniformização de normas e procedimentos dentro dos presídios. Hoje temos uma única lei de execução penal, mas cada Estado aplica a lei do jeito que quer, e cada diretor de presídio governa o presídio do seu modo. Então, as regras dos presídios brasileiros não são regras do Estado, são dos diretores. E cada diretor tem uma cabeça, e cada cabeça tem uma sentença. E a gente encontra situações diversas nos presídios brasileiros. Quando você encontra um diretor que é incentivador da educação, você tem educação



dentro dos presídios. Quando você encontra um diretor que defende o trabalho dentro dos presídios, você encontra a população carcerária trabalhando. Mas nem todo mundo pensa da mesma forma. E é por isso que encontramos no Brasil unidades prisionais ociosas, onde 5%, 10% da população carcerária trabalha, outros 5%, 10% estudam. Mas conhecemos presídios onde 90% trabalham e 90% estudam. Em alguns presídios no Brasil pode ter visita íntima, em outros não pode; em alguns pode entrar alimentação, em outros não pode. Ou seja, temos presídios no Brasil onde existe comércio paralelo dentro das cadeias, com mercearias, supermercado, que vende cigarro, vende todo tipo de alimentação, todo tipo de objeto, e outros não têm. Então, por que temos tantas controvérsias, tantas divergências no modelo administrativo nos presídios do Brasil? Porque não existe uma norma de Estado. As normas vão de acordo com a cabeça de cada diretor. E estamos defendendo uniformizar normas e procedimentos, até para evitar que alguns diretores sofram represálias da população carcerária. Às vezes, um cidadão é acostumado a ficar num presídio em que entra tudo, no outro o diretor não deixa entrar nada, e ele acha que é o diretor que está perseguindo, que está impondo uma norma. Então, nosso objetivo é uniformizar. Além de outras propostas que temos na CPI, que estamos debatendo, como o monitoramento eletrônico para os presos que já têm direito a progredir para o regime semi-aberto ou os presos albergados, o monitoramento eletrônico para os presos de menor potencial ofensivo. Porque hoje estudos apontam que um terço dos presos provisórios poderiam estar pagando pena alternativa. São criminosos de menor potencial ofensivo que existem no Brasil. Muitas vezes o juiz não dá a sentença e não aplica a pena porque não tem como fiscalizar a pena. E nós defendemos também parâmetros como esse.

Estamos aqui acompanhados do Deputado Domingos Dutra, que é Relator da CPI; da Deputada Cida Diogo, que é aqui do Rio de Janeiro; do Deputado Felipe Bornier, que é nosso companheiro na CPI, tem lutado e representado aqui o Estado; do Deputado Francisco Tenório, de Alagoas; da Deputada Jusmari Oliveira, da Bahia; além de assessores da Comissão e técnicos que nos acompanham.

Vimos ao Rio de Janeiro, onde visitamos 4 unidades prisionais: 1 carceragem feminina e 1 presídio feminino; 1 presídio masculino e uma carceragem masculina. E queremos debater com as autoridades locais algumas observações



que fizemos ontem durante as visitas e que entendemos que podemos discutir aqui para receber também a contribuição das autoridades locais sobre o sistema carcerário do Rio de Janeiro.

Então, queria, com essas palavras, declarar abertos os trabalhos da Comissão. Já temos a presença de vários convidados, que estarão falando sobre o sistema: autoridades; Ministério Público; convidamos o juiz da Vara de Execuções Penais; Pastoral Carcerária, que também faz um trabalho nos presídios do Rio de Janeiro e do Brasil; representantes das igrejas evangélicas, que também fazem um trabalho dentro dos presídios brasileiros.

Queremos destacar nessas nossas visitas que fizemos em todas as carceragens do Brasil e aqui também no Rio de Janeiro a presença das igrejas dentro do sistema prisional. Em alguns presídios a gente percebe que a única ressocialização que existe é o trabalho evangelístico das igrejas católicas e evangélicas dentro dos presídios. E às vezes a cadeia só não está pior ainda por causa da presença dessas pessoas que pregam e levam uma mensagem de paz e de conforto dentro dos presídios do Brasil.

Mas queremos parabenizar e agradecer a presença de todos. Declaramos aberta a reunião e vamos passar a palavra, pelo tempo...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não, o Deputado Relator com a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga, quero saudar todos os nossos convidados, a imprensa, que está presente, a assessoria da Comissão, cumprimentar aqui o Deputado Tenório, que é de Alagoas; a Deputada Jusmari, do Estado da Bahia; de forma especial, a Deputada Cida Diogo, que é aqui do Rio; e o Deputado Felipe Bornier, também do Rio.

Queria apenas dizer a todos, primeiro, que todos nós devemos ter consciência de que os problemas existem. São problemas graves, antigos, envolvem um conjunto de agentes públicos. Segundo, esperamos que nessa audiência todos os nossos convidados sejam o mais sinceros para com a Comissão. Digo isso não porque eu esteja admitindo que alguém não seja sincero aqui, mas baseado nas



nossas andanças em 18 Estados, onde muitas das vezes fizeram maquiagens, negaram informações, e achamos que isso não contribui, porque esta CPI não foi constituída, a princípio, com a intenção de, ao final de seus trabalhos, indiciar qualquer autoridade pelos problemas existentes. Esta Comissão tem como principal preocupação encontrar alternativas para os problemas carcerários brasileiros, compreendendo que cuidar do sistema carcerário é sobretudo cuidar de segurança pública.

Como sempre diz o nosso Presidente, esta CPI não está se propondo a garantir regalia para nenhum tipo de apenado. Mas compreendemos que cuidar dos presos no Brasil é sobretudo cuidar de quem está solto, porque do jeito que o sistema está funcionando, onde os presos são tratados pior do que animais... Eu posso afirmar que os presos no Brasil são tratados pior do que nos campos de concentração do nazismo. Temos muita prova documental sobre isso, imagens, fotografias, onde se vêem presos convivendo com porcos; presos que usam creolina para curar doenças de pele; presos que recebem remédio inadequado para cuidar da saúde; preso com tuberculose misturado com vários outros. Portanto, se continuar esse tratamento para esses 440 mil brasileiros que estão encarcerados, estamos fomentando, estamos construindo verdadeiros monstros, que, ao saírem do sistema penitenciário, vão praticar novos crimes, com custo para nós, sociedade, muito grande, em vidas, em patrimônio e sobretudo em tributos.

Portanto, nessa última ou penúltima diligência nos Estados, aqui no Estado do Rio de Janeiro, pelo que também vimos ontem, em visitas rápidas, gostaríamos que todos viessem aqui com espírito de contribuir e apresentar sugestões para esse problema que é grave e que é de responsabilidade de todos: é responsabilidade do Poder Judiciário, é responsabilidade do Ministério Público, é responsabilidade dos Governos Estaduais, é responsabilidade do Congresso Nacional.

Ontem, o Congresso aprovou novas leis, novos crimes foram tipificados. Portanto, eu gostaria que nessa audiência todos viessem com espírito aberto de reconhecer que todos têm responsabilidade pelo sistema e que todos têm culpa pelo caos existente. Que todos estejam aqui dispostos a contribuir para alternativas que possam levar este País a viver em paz.



Dito isso, Sr. Presidente, eu espero que aqui todos os nossos convidados contribuam com esta Comissão, não só assumindo sua parte de responsabilidade, mas sobretudo oferecendo sugestões com que a gente possa melhorar a segurança pública no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Deputado Domingos Dutra.

Vamos passar um VT, mas o pessoal da técnica do som ainda vai encontrar uma forma de transmitir o som depois para as caixas.

Enquanto isso, vamos convidar as...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. O som está numa altura boa? Então, vamos passar um VT. Esse VT é um resumo de algumas visitas que já fizemos em alguns Estados do Brasil, só para que os convidados tenham conhecimento do trabalho desenvolvido pela Comissão nesses 8 meses. *(Pausa.)*

Vamos apagar as luzes. Pode soltar, então.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Bom, já estava no finalzinho quando houve esse problema com o computador. *(Pausa.)*

Esse vídeo é um retrato do que nós vimos pelo País. Pode suspender... Aí não estão as imagens fortes, porque nós não quisemos colocá-las no vídeo. Fizemos um relato, mas nós teríamos cenas muito mais fortes para mostrar aí, como no caso da cadeia de Ponte Nova, em Minas Gerais, que nós visitamos no dia em que 25 presos foram queimados vivos dentro de uma cela, na noite do dia 22 de agosto, lá em Minas Gerais. Vinte e dois de agosto. A cena dos 8 presos queimados vivos no dia 1º de janeiro, também numa cela de uma cadeia pública, em Rio Piracicaba, Minas Gerais, e outras cenas que quem conhece e acompanha os trabalhos nos presídios brasileiros sabe que são comuns, como de presos decapitados e de outras mutilações que ocorrem dentro dos presídios brasileiros.

Nós vamos passar a palavra neste momento à representante da Pastoral Carcerária, a Sra. Vera Lúcia, que terá um tempo de 5 minutos para fazer uma explanação aqui sobre os trabalhos que a Pastoral Carcerária tem feito nos



presídios ou algumas informações que a Pastoral ache interessante apresentar para a Comissão sob a ótica da Pastoral. *(Pausa.)*

Pode usar o microfone aqui. Infelizmente, não possível conseguir um microfone sem fio. Não tem, não é? Temos de convidar, então... Pode fazer uso daqui da frente mesmo. Fica melhor. *(Pausa.)*

Aqui do lado esquerdo vai ficar sempre disponível para quem for fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

A Sra. Vera tem a palavra.

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Bom-dia, Deputado Neucimar. Bom-dia, Deputado Domingos. Bom-dia a todos. A Pastoral Carcerária, aqui no Estado do Rio de Janeiro, ela tem um trabalho em todos os presídios sem maiores entraves e sem nenhum problema. Ela consegue... No momento, só há um lugar em que ela não está prestando o trabalho que deveria estar prestando, que é o hospital, mas são problemas ainda de adequação. O diretor é novo, está começando a organizar, embora já tenha um tempinho, mas acredito que a gente vá retomar em breve. O que a gente encontra no dia-a-dia aqui é que o Estado teve, durante décadas, uma deterioração de todo o sistema carcerário — os imóveis, os agentes que não receberam uma preparação e uma formação adequada, o salário deles que é muito baixo, enfim, e os presos, que foram colocados em último dos últimos dos planos. Quer dizer, fala-se muito em ressocializar. Aqui não se pode ressocializar alguém que não foi nem socializado ainda, não é? Quer dizer, então, existe. Mas, hoje em dia, o que nós vemos é que há um avanço. Está havendo um avanço. Lógico que nós estamos bem diferente desse vídeo que foi passado, entendeu? Eu desconheço, aqui no Estado do Rio, essa deterioração toda que nós vimos no vídeo que os senhores têm encontrado em outros lugares. Nós aqui temos 3 lugares que são, vamos dizer assim, pela Pastoral, por mim, pessoalmente, como Coordenadora, considerados lugares piores: o Galpão da Quinta, que também já melhorou muito do que era, era muito pior do que é hoje; Água Santa, que tem melhorado também, hoje em dia tem até obras, estão acontecendo obras em galerias, e o Hélio Gomes, que é um presídio que faz parte daquele complexo da Frei Caneca. Ele iria ser demolido também, quer dizer, ficou sozinho dentro de um lugar que parece que teve um terremoto, onde está tudo acabado, tudo desmontado. E ele está ali naquele meio,



ficou sozinho, onde as instalações são péssimas, são horrorosas. Os presos não têm condições de ter a menor dignidade e vivem na tranca a maior parte do tempo. Só por conta de que, realmente, o local não tem condições de fazê-lo. Não é feito porque não se deixa de fazer. Não é feito porque as condições do imóvel não permitem que seja feito. Então, eu acredito que as autoridades competentes, o Governo do Estado, enfim, deva investir nisso. Eu até já propus e continuo propondo vamos dizer, não uma desativação do Hélio Gomes, mas, sim, uma desativação gradativa. Quer dizer, não se aceitar mais ninguém lá. Não se colocar mais ninguém dentro do Hélio Gomes, mas, sim, conforme vai-se saindo, vai-se esvaziando, até que se consiga esvaziá-lo totalmente. Mas, eu não encontro assim, nenhum... Lógico, há as mazelas do sistema carcerário, como em todos os lugares, mas muito distante daquilo que se vê no vídeo e daquilo que eu tenho visto pelo Brasil todo. Eu visito outras cadeias na maioria dos Estados; então, eu tenho visto que a situação daqui não prima pela maravilha, mas que é melhor do que nos outros lugares, isso é. As mães têm um centro materno-infantil, para onde as mães grávidas vão, quando já estão quase para ter o bebê ficam lá. Enfim, eles têm um certo... Eles são tratados com uma certa dignidade. Então, o que eu tenho a dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Pastoral tem encontrado alguma dificuldade para desenvolver as atividades dentro dos presídios?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Não. Nós não temos nenhuma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tá. Sempre têm encontrado espaço?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Sempre temos encontrado espaço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Além do trabalho dos presídios, têm feito também nas carceragens?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Nós temos trabalho em algumas carceragens, sim, e, em delegacias de polícias, temos também trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quais são as mais críticas assim hoje, das carceragens ?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - É a Delegacia de Mulheres. A Delegacia de Niterói, de Neves, que está muito superlotada, e, aliás, nessa nós não conseguimos entrar, porque, por segurança, não nos permitem fazer o trabalho. Então, o trabalho



que fazemos lá é um trabalho... Raramente, quando é solicitado e com muita urgência, nós vamos. Mas não existe um trabalho rotineiro da Pastoral Carcerária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Têm recebido denúncia de tortura, de maus-tratos por parte de agentes ou de policiais com outros presos?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Não comprovadas. Denúncias se recebe, mas não se consegue comprovar que realmente aquela tortura ou aqueles maus-tratos aconteceram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não prova porque não investigam ou porque investigam e não encontram provas?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Não. Não prova porque não encontra a prova para que se chegue à punição, mas, imediatamente, quando recebemos, comunicamos o fato. O secretário ou o diretor da unidade tomam as providências. Não temos tido, vamos dizer assim, problemas com relação a isso, com relação a se tentar apurar. O que temos tido... Talvez por medo, as vítimas não queiram levar adiante o caso, fiquem temerosas, e, aí, nós não conseguimos apurar, como também a Secretaria também não consegue apurar os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) O.k.

Relator, quer fazer alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Bom, Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar à Dra. Vera Lúcia se a Pastoral já visitou o DP 53, onde estão as mulheres e o DP 52 masculino. E, se visitou, qual é a opinião da senhora e da Pastoral Carcerária sobre a situação dos presos ali existentes.

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Nós já visitamos e visitamos, inclusive, uma das vezes com a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, na companhia do Deputado Alessandro Molon, do pai da Andréia... E a situação na masculina é bastante, vamos dizer assim, bastante ruim. Uma situação... Salvo engano, a 52 é aquela que nós fomos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Como? Não. Não é. Então, a do Zacconi... Eu estou fazendo confusão, quando não era o Dr. Zacconi. Hoje em dia, a situação é até bastante positiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual? Da 52?



A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Da 52, do Dr. Zacconi. É bastante positiva. Agora, a de mulheres, não. Ela está superlotada. A delegacia de mulheres está superlotada, e as condições são bastante ruins.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Pastoral tem recebido alguma denúncia de corrupção no sistema?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Corrupção, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Pastoral tem olhado a qualidade da comida servida, o custo da alimentação servida aqui no Rio?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Olhamos e sempre que encontramos alguma diferença, alguma coisa que nos chame a atenção, imediatamente, comunicamos a direção e imediatamente procuramos oficial o Juiz da VEP, procuramos oficial o Secretário para que aquilo seja sanado. Muitas vezes até tem acontecido de mudarem a empresa que serve a alimentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora sabe qual é o custo da alimentação *per capita* aqui no Rio?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Hoje em dia, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E a senhora já chegou a olhar a comida? Qual a opinião da Pastoral Carcerária sobre a qualidade da comida servida e custo?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Olha, algumas são até razoáveis, outras são péssimas. Eu estive na cozinha de um presídio em Bangu, onde... Até estava um pastor conosco, o Pastor Edivandro, e nós fizemos um ofício de que tinha um esgoto passando pela cozinha — entendeu? —, e não voltamos lá, estamos para voltar lá, porque eu também faço parte do Conselho da Comunidade e, como Conselho da Comunidade, para averiguar se aquela... aquele esgoto que estava quebrado na cozinha já tinha sido consertado. Mas, realmente, a gente encontra, vamos dizer assim, a gramagem, como é chamado, a gente não entende muito bem porque coloca aquele feijão no fundo, muito arroz ou muito macarrão, quer dizer, é uma carne, é uma lingüiça. Quer dizer, ultimamente, não sei quanto a Secretaria está dispondo de cada... quanto cada quentinha custa para a Secretaria. Eu realmente não sei dizer. Mas dizem que é muito caro. E, por ser muito caro... Se não for um



preço... metade de um prato feito que se vende na cidade, realmente, é muito caro para aquilo que é servido.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Aqui, no Rio de Janeiro, tem o bandejão, não é?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Tem o bandejão, a 1 real.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é o valor da... do prato servido no Bandeirão?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Um real.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Um real. A senhora já comparou os itens servidos no bandeirão com os itens servidos aos presos?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Já, não tem nem comparação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O bandeirão é melhor?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - É muito melhor, 100 vezes melhor, sem comparação. A apresentação, a qualidade, tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora acha que se o Estado servisse o bandeirão de 1 real nos presídios, os presos iam ficar mais alimentados, melhor alimentados?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Com certeza. Eu não entendo por que isso não é feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora não tem informação de quanto custa para o Estado o preço da alimentação servida no bandeirão?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Não, não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tá. Sobre as bodegas ou quitandas, qual é a opinião da Pastoral Carcerária, se há em todos os estabelecimentos, se essas quitandas estão funcionando regularmente, se os produtos ali servidos estão no preço também?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Não. Aqui, no Rio, até nós chamamos de cantina, são cantinas, e há uma reclamação muito grande dos presos com relação às cantinas com relação aos preços. Eles até reclamam muito, aliás, como foi dito no vídeo, que *"a nossa família não pode trazer, mas nós temos aqui para vender"*. Eu até procurei explicação com relação a isso, por que as famílias não podem trazer,



por exemplo, um exemplo, biscoito recheado, e por que é vendido na cantina o biscoito recheado. Aí, a explicação que eu recebi, que até me convenceu de uma certa forma, é que aquele biscoito que entra para a cantina é vistoriado pelos agentes, então, não entra nada, e a responsabilidade é daquela pessoa que administra a cantina. E seria impossível eles administrarem todos os biscoitos recheados que entrassem pela família. Então, por isso é que não é permitido entrar. Agora, realmente, há uma reclamação muito grande em todos os lugares a que nós vamos com relação a isto: ao preço a que são vendidos e à impossibilidade de a família levar aqueles itens que são vendidos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A Pastoral tem algum levantamento sobre quem administra essas cantinas?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - São agentes aposentados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E a Pastoral tem uma lista, de todos os estabelecimentos, de quem administra?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Não, não temos a lista dos estabelecimentos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sobre a assistência jurídica, aí, envolvendo tanto a Defensoria, tanto na fase de instrução processual quanto na execução, a Pastoral tem recebido alguma queixa? Excesso de prazo, férias vencidas, progressão não concedida?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Olha... É, nós... Isso, nós recebemos queixa sempre. Agora, eu posso lhe afiançar que 90% ou mais das queixas que nós recebemos não procedem, porque eu vou fiscalizar no meu escritório, tenho o maior trabalho, vou a um presídio e saio com 100,150 reclamações e, posteriormente a isso, eu vou ver, e não procede aquela reclamação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Por último, a Pastoral tem algum dado sobre a existência de organizações criminosas no interior dos estabelecimentos? Se elas funcionam, se elas existem, que tipo de comando elas têm, tanto o PCC, ADA, Comando Vermelho e outras?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - É, PCC, eu desconheço. No interior do Estado, até chegando mais lá para perto do Espírito Santo, Campos, Itaperuna, fala-se até um pouco em PCC, mas, hoje em dia, aqui no Rio, o que se fala é nas



facções, existem realmente dentro dos presídios e têm voz de comando, sim, as facções criminosas aqui no Estado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quais as principais?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - São essas que o senhor já citou, Comando Vermelho, ADA, Terceiro Comando, agora inventaram uma... Povo de Israel ou nº 1, enfim, essas têm realmente voz de comando.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem algum território definido onde determinados grupos têm preponderância em relação aos demais?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Todos, todos os presídios têm seus líderes, têm os seus... as pessoas que mandam e que comandam a massa como um todo e que atendem. Quer dizer, tem algumas facções que são mais organizadas, então isso é mais, vamos dizer, respeitado. E em outras, não, em outras é feito... mas não tem esse comando todo. Mas tem comando, todas elas têm.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Por último, Sr. Presidente, perguntaria à Pastoral: na opinião da Pastoral, por que essas organizações proliferam, mantêm-se, têm força, quais são os motivos? E se a Pastoral tem dados, o que elas oferecem para os encarcerados que faz com que elas tenham tanta força no interior do sistema? Há omissão do Poder Público? Há carências que o Estado não supre e são supridas pelas organizações?

A SRA. VERA LÚCIA ALVES - Olha, isso tudo que o senhor está falando e mais uma coisa que é extremamente importante: o preso, ou o cidadão ele aqui é taxado por onde ele mora. Então, se eu cometi um delito qualquer e moro na área do Comando A, B ou C, se eu for presa, eu já vou para uma delegacia e, se condenada, para um presídio daquela facção, embora eu diga que não pertença a facção nenhuma. Então, o erro todo começa na delegacia quando eu sou autuada por um delito que eu cometa. Então, o erro, para mim, está no Estado, nessa visão de que o policial, quando faz a prisão do cidadão ou da cidadã tem de taxar a pessoa pelo local que ela mora, embora ela diga terminantemente que não faz parte de facção nenhuma.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Nós queremos agradecer à representante da Pastoral Carcerária. Vamos passar a palavra, neste momento, ao Pastor Marcos Pereira. *(Pausa.)*

Pode falar daqui, Pastor. Aqui fica fácil para nós.

O Pastor está aqui em razão de requerimento aprovado também convidando-o para falar sobre o trabalho que tem sido realizado por ele dentro dos presídios, dentro dessa área, não só dos presídios, mas com os presos e ex-presos.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Quero cumprimentar o nosso Presidente. Estou aqui maravilhado com esta CPI, com a preocupação desta comitiva, do nosso Deputado também Felipe Bornier, do Deputado Francisco Tenório, da Jucimara Oliveira e da Cida Diogo e do nosso Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Domingos Dutra.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - ...Domingos Dutra. Eu sempre tenho um número de presos, aqui, no Brasil de 423 mil. Isso aqui são presos condenados ou *(ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Condenado e provisório.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - E provisório?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É, nós temos um número semelhante a esse hoje já pagando pena alternativa. Temos quase 400 mil presos no Brasil, pessoas que poderiam estar presas se não tivesse sido aplicadas a elas penas alternativas. Mas os presos condenados e provisórios são desse total.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - 423 mil. Chama muito a minha atenção esta comitiva, a CPI que está sendo feita no Brasil. Nós temos, hoje, em média, por cada interno, 60, 80 pessoas que participam do apenado. Então, nós estamos mexendo com o globo, ou seja, com o País acerca do sistema penal. E me chama a atenção, e meu coração se alegra pelo fato de estar participando, ser chamado por esta CPI; eu me sinto até honrado por estar aqui, porque, segundo a Escritura Sagrada, em Romanos 13: *"Toda autoridade é constituída por Deus"*, e louvo a Deus pelas autoridades aqui competentes se preocupando com os apenados e com os presos desta Nação. E, em Ezequiel 7,23, está escrito assim — a Bíblia foi escrita quase 7 mil anos atrás, não existia nem o Brasil —, está escrito aqui em Ezequiel 7,23: *"Faz uma cadeia porque a Terra está cheia de crimes de*



sangue e a cidade cheia de violência". Deus determinou às autoridades que fizessem a cadeia. Mas, no livro de Hebreus, capítulo 13, versículo 3, está escrito: *"Lembraí dos presos como se tivésseis presos com eles e dos maltratados como se fôsseis maltratados com eles no corpo"*. Esse trabalho que nós desenvolvemos junto ao sistema penal, desde 1991... No presídio de segurança máxima da Ilha Grande conseguimos ressocializar, de 91 até hoje, quase 5 mil e 100 pessoas que foram extraídas do mundo do crime e reintegradas à sociedade. Desenvolvemos esse trabalho não somente aqui no Rio de Janeiro como nos demais Estados brasileiros. E homens que, segundo a sociedade, não tinham jeito, homens perigosos, homens que furtavam fuzil R15, faziam parte de facções como o Comando Vermelho, Terceiro Comando e ADA, e outras facções que foram surgindo, como o PCC, e hoje estão integradas à sociedade e vivem em comum, vivem juntos. Eu tenho feito trabalho não somente aqui no Rio de Janeiro, mas também em São Paulo. Estou indo hoje para Brasília para efetuar um trabalho amanhã num presídio em Brasília. E, por onde eu tenho passado, eu tenho visto que realmente os presídios, de um modo geral, precisavam disto: de uma CPI. Eu estou maravilhado, pelas cenas que eu pude observar ali, que realmente os Parlamentares estiveram nas unidades. Aquilo é uma realidade, e o nosso Presidente acaba de falar que nem tudo que foi visto foi mostrado aqui no vídeo. E eu louvo a Deus por isso, porque cada interno desses é um cidadão brasileiro que cometeu os seus delitos, foi condenado segundo aquilo que ele cometeu. E o trabalho que nós estamos fazendo aqui hoje, esse trabalho que está sendo feito hoje aqui hoje, essa CPI está mexendo com o globo da Terra, porque, pela primeira vez, desde 1991 até hoje, eu vejo Parlamentares se reunirem, ir até uma unidade penal e se preocupar com apenados. Sabemos que o problema do Brasil, não só do Rio de Janeiro, mas dos demais Estados, é social. As comunidades carentes do Estado do Rio de Janeiro... Quero ressaltar também que não faço trabalho somente nas unidades penais, mas também nas comunidades carentes do Estado do Rio de Janeiro e nos demais Estados brasileiros. E ali nós temos encontrado jovens que estão com algemas invisíveis, dependentes de drogas, jovens que a 1 hora da manhã, 2 horas da manhã, estão num baile *funk*, jovens menores de 8 anos de idade, de 7 anos de idade, cuja cultura é a cocaína, é a arma de fogo, é o assalto, é a fome, e principalmente o capitalismo selvagem, e a má-



administração (*ininteligível*) federal, estadual e municipal. Eu louvo a Deus por esta CPI. Eu queria mostrar algumas cenas — é coisa rápida, não vou tomar muito tempo. Queria mostrar algumas cenas do trabalho efetuado no Estado do Rio de Janeiro e nos outros Estados, e logo em seguida eu queria mostrar algumas pessoas que estão em nosso meio e que outrora não poderiam estar aqui, homens que eram traficantes de mídia, procurados pela Polícia Federal, Estadual e Municipal, polícias internacionais, que foram ressocializados e estão aqui no nosso meio. O grande pecado deste Estado que me chama atenção também foi a transferência de Fernandinho Beira-Mar, Márcio dos Santos Nepomuceno, Porca Russa e os demais, segundo eles dizem, ser os líderes das facções, que foram colocados em outro Estado. Se o próprio Estado não tem condição de manter seus internos, como ele vai ressocializar alguém? Então, Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marcinho VP, tem a sua família, que é evangélica. Fernandinho Beira-Mar tem a sua família, uma parte dela, que se converteu, não somente na Igreja Evangélica, como nas demais igrejas e segmentos religiosos que trabalham dentro do sistema. Porque eu não quero falar aqui do Pastor Marcos, eu não quero falar aqui da Igreja Evangélica Assembléia de Deus dos Últimos Dias. Não, nós temos a católica, temos os espíritas, temos instituições que trabalham voluntariamente dentro do sistema e que têm tido um êxito muito grande. É por isso que estou feliz em estar aqui. Era para eu estar agora de manhã em Brasília, mas vim aqui porque o meu coração aqueceu. Felipe Bornier antes mesmo de ser Deputado era um jovem que já foi a algumas carceragens comigo, foi a algumas comunidades comigo e viu a necessidade. Eu creio até mesmo que Deus te levantou como Deputado para defender essas causas. E um erro deste Estado... eu faço uma pergunta a todas as autoridades competentes deste Estado: a saída de Fernandinho Beira-Mar do Estado do Rio de Janeiro melhorou o Estado em alguma coisa? Foi onde morreu mais polícia. As comunidades não relatam, mas milhares de pessoas são assassinadas nas comunidades do Estado do Rio de Janeiro. E a saída de Márcio dos Santos Nepomuceno e outros demais que saíram do Estado? Eu sei que com isso eu tenho mexido com a mídia, tenho mexido com as autoridades competentes deste Estado dizendo até mesmo que eu tenho alguma associação com o tráfico pelo fato de eu defender o ser humano, aquele homem que está



ultrajado pelas trevas, ou seja, enganado pelas forças satânicas, uma cultura medíocre e suja dentro de uma comunidade. Graças a Deus tem as instituições religiosas e também algumas ONGs voluntárias que desenvolvem um trabalho dentro do sistema. Eu quero mostrar que Fernandinho Beira-Mar tem jeito, Márcio dos Santos Nepomuceno tem jeito, Porca Russa tem jeito. Aí vocês vão falar: “*Pastor Marcos, com que propriedade você está afirmando isso?*” Eu tenho aqui no nosso meio o ex-Mutante, traficante da Barão. Invadiu uma delegacia, fugiu de uma delegacia, portava vários fuzis numa comunidade chamada Vila Operária, e esse homem está aqui no nosso meio hoje transformado pelo poder de Deus — e não somente esse como outros mais que vou estar mostrando. Mas antes mesmo eu queria mostrar — está pronto aí? —, eu quero mostrar o trabalho que nós desenvolvemos e reintegramos à sociedade não somente os internos, mas os dependentes químicos. (*Segue-se exibição de imagens.*) Temos o IVR, que é o Instituto Vida Renovada, que fica localizado em São João do Meriti e uma filial também em Nova Iguaçu, no Município de Nova Iguaçu, em Tinguá. Ali nós desenvolvemos um trabalho desintoxicando pessoas e tirando das mãos dos traficantes pessoas que estão amarradas para serem mortas. E nós temos mais de 500 a 600 pessoas em documento que nós tiramos das mãos dos traficantes que estavam ali torturando para que pudessem tirar as vidas. E nós conseguimos tirar das mãos dos traficantes. Quero mostrar também nesta CPI que o trabalho desenvolvido não somente pelas Igrejas Evangélicas, mas também pela Católica e por outras religiões, é benéfico dentro do sistema penal de um modo geral. Eu, sinceramente, estou maravilhado em poder estar participando. Quero apresentar aqui algumas pessoas enquanto ele prepara aqui o vídeo. Quero apresentar algumas pessoas que estão em nosso meio, que eram homens perigosos, procurados pela justiça, como nós temos aqui, eu estou com uma relação de alguns que estão aqui conosco. Nós temos cerca de quase 5 mil, não somente no Estado do Rio de Janeiro, Paraná, São Luís do Maranhão, São Paulo, Brasília, Bahia, Espírito Santo, está me fugindo alguns Estados, porque eu não trouxe a relação. E dentro desses Estados, dentro da sua comarca, esses homens podem ser transformados. Por que o Pastor Marcos Pereira da Silva não consegue ter um acesso a Fernandinho Beira-Mar, um acesso a Márcio dos Santos Nepomuceno, o



Marcinho VP, que dizem ser o comandante do Comando Vermelho? E com um trabalho que nós temos desenvolvido, está aqui em nosso meio, Álvaro da Silva Alves. Fica de pé, Álvaro, ex-traficante, assaltante. Ficou quantos anos preso, Álvaro?

O SR. ÁLVARO DA SILVA ALVES - Nove.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Nove anos preso. Pelo trabalho realizado pela IVR, ele está um homem transformado. Hoje é um trabalhador. Está em nosso meio também Rafael Henrique Braga dos Santos. Fica de pé, Rafael. Quanto tempo preso?

O SR. RAFAEL HENRIQUE BRAGA DOS SANTOS - Quatro anos e 8 meses.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Você fazia o quê?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Qual facção?

O SR. RAFAEL HENRIQUE BRAGA DOS SANTOS - Comando Vermelho.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Nilton Gomes de Miranda. Quanto tempo preso?

O SR. NILTON GOMES DE MIRANDA - *(Inaudível.)* anos e 6 meses.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Qual a facção?

O SR. NILTON GOMES DE MIRANDA - Comando Vermelho. Tráfico.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Qual foi o presídio?

O SR. NILTON GOMES DE MIRANDA - Ilha Grande.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Quanto tempo na rua?

O SR. NILTON GOMES DE MIRANDA - Tem 15 anos.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Quinze anos, direto para o IVR, transformado. Em nosso meio também, Marcos Marques Dutra. Marcos, preso por quê?

O SR. MARCOS MARQUES DUTRA - Tráfico e assalto.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Quanto tempo preso?

O SR. MARCOS MARQUES DUTRA - Onze anos.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Onze anos. Quanto tempo está na rua?



O SR. MARCOS MARQUES DUTRA - Oito anos.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - A sua esposa, Cláudia Regina, por favor. Cláudia, quanto tempo presa?

A SRA. CLÁUDIA REGINA - *(Inaudível.)*

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Por causa de quê?

A SRA. CLÁUDIA REGINA - Tráfico.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Quanto tempo na rua?

A SRA. CLÁUDIA REGINA - *(Inaudível.)*

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Jairo Antônio Ferreira. Quanto tempo preso?

O SR. JAIRO ANTÔNIO FERREIRA - Vinte anos.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Qual o presídio?

O SR. JAIRO ANTÔNIO FERREIRA - Bangu III.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Bangu III. Por quê?

O SR. JAIRO ANTÔNIO FERREIRA - No 12, no 10 e no 14.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Quanto tempo na rua?

O SR. JAIRO ANTÔNIO FERREIRA - Cinco anos.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Watson Luiz de Souza Santos. Esse rapaz que vocês estão vendo aqui vocês vão ver no vídeo. Ele estava amarrado numa favela para ser morto. Levou 5 tiros de 40, e os traficantes já tinham ele como morto, iam retalhar o corpo dele quando a minha equipe chegou. Caíram endemoninhados todos os traficantes, e conseguimos tirar ele das mãos do traficante, e esse jovem está aí ressocializado. O que você fazia, Watson?

O SR. WATSON LUIZ DE SOUZA - Traficava.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Traficava. E agora?

O SR. WATSON LUIZ DE SOUZA - Trabalho e *(Inaudível.)*

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - É... Andréia Lezardo. Fala, Andréia, o que você fazia.

A SRA. ANDRÉIA LEZARDO - Eu traficava.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Traficava. Quanto tempo está na rua?

A SRA. ANDRÉIA LEZARDO - Nove meses.



O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Nove meses, reintegrada à sociedade. Henrique Angelino Porto Neves. Quanto tempo preso?

O SR. HENRIQUE ANGELINO PORTO NEVES - Dezoito anos e 6 meses, uma pena de 44 anos de cadeia. Passei por 10 penitenciárias do Rio de Janeiro. Convivi e vivi com os fundadores da Falange Vermelha, que hoje, atualmente, é o Comando Vermelho, com Rogério Lengruber, Roberto (*ininteligível*), Naná e Saldanha, Tiésio, o Portuguesinho, companheiros e comparsas de Lúcio Flávio. Estive na Ilha Grande e foi quando cheguei naquele lugar e tive várias tentativas de fuga. Tentei dinamitar o muro da Frei Caneca, da Milton Dias Moreira, com Alfredo (*ininteligível*), Paulo Roberto (*ininteligível*), como também muitos outros do crime. Fui transferido para Água Santa, cumpri ali, um castigo, voltei. Fazia um túnel dentro da Dias Moreira, quando concluíram a construção do Bangu I, e ali juntaram todos os chefes do comando para serem colocados. Ali nós tentamos uma fuga para sair dentro do campo do manicômio para ganhar o Morro do São Carlos, no qual várias pessoas foram baleadas, vários internos foram baleados, lá eles não conseguiram fugir, e ali muitos foram levados. Fui para Ilha Grande, sem perspectiva de vida, uma voadeira para me buscar, fiz várias tentativas de fuga, tive para ser tomado junto com o carro da equipe, na Avenida Brasil, fazendo o meu transporte, saindo da Dias Moreira para o Sanatório Geral, achando que a maior liberdade seria a liberdade física, o direito de ir e vir, mas não conhecia que a maior liberdade é da alma e do espírito, porque está dito aqui que nenhuma condenação há para aqueles que estão em Cristo Jesus, que não anda segundo a carne, mas segundo o espírito. Cheguei na Ilha Grande uma fuga para ir embora numa voadeira, já tinha uma pessoa para alugar uma lancha voadeira na Marina da Glória para ir até a Ilha Grande para ir me apanhar. Naquele lugar, quando já estava tudo certo, chegou esse homem levando uma palavra de vida e me mostrando que o verdadeiro caminho era aceitar Cristo e andar iluminado de vida. Conheci a maconha, a cocaína, conheci os roubos, os assaltos, os crimes, vim com 5 assaltos do Rio de Janeiro, crime de morte, (*ininteligível*) tem 44 anos de cadeia. Vim com 2 assaltos em São Paulo, porque pegava os carros aqui, furtava os carros aqui, transferia para São Paulo, chegava em São Paulo, vendia, vinha de avião para o Rio de Janeiro, tornava a pegar, tornava a subir. E nessa correria toda, ao chegar àquele lugar, pensando que ia



embora numa voadeira, chegou este homem levando uma palavra de vida para mim. Eu dei crédito, porque já tinha acreditado em muitas coisas, mas não tinha visto uma saída. Dei credibilidade às palavras desse homem e verdadeiramente hoje eu sou um homem transformado pelo poder de Deus. Sou presidiário, porque ainda com o direito de ir e vir, porque me encontro em liberdade condicional, mas a minha pena de 44 anos ela foi reduzida para 37 depois que eu aceitei a Jesus, e comecei a caminhar na presença de Deus. De 37, ela foi reduzida para 30, e quando chegou em 30, eu estava cumprindo 18 anos e 6 meses, fiquei 15 anos e 10 meses trancado, sem botar o pé na rua. Ganhei uma cela aberta com direito de sair para trabalhar e retornar. Saía às 6 da manhã e voltava às 8 da noite, e foram 2 anos e 5 meses saindo e voltando. Quando eu saí, o emprego quem arrumou para mim? Pastor Marcos Pereira da Silva e IVR. Trabalhei 2 anos e 5 meses, cumpri a minha pena, ganhei a minha condicional, estou pagando a minha condicional, me encontro 10 anos em condicional, mas a minha pena termina dia 20 de março de 2010. E assim estou caminhando na presença do Senhor. Hoje, tenho uma família, tenho o meu trabalho, ando de cabeça erguida, e por onde eu passo o nome do Senhor é glorificado.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Amém.

Paulo César Machado. Esse homem que vocês estão vendo ali — levanta a tua mão aí —, esse homem foi um dos homens mais procurados do Estado do Rio de Janeiro, foi preso no Alto da Mangueira com o Aldair, com o Magno, com uma casa cheia de fuzil AR-15, pistola, traficava, fugiu da 26ª DP, fugitivo, foi preso na porta da minha igreja, de Bíblia na mão. Pagou a sua pena, saiu do cárcere, hoje é um funcionário de uma empresa ligada à REDUC, tem sua esposa e seus filhos. Esse homem que vocês estão vendo ali, que, segundo a sociedade, não tinha jeito.

Antônio Paulo dos Santos Souza. Cadê o Antônio Paulo? Antônio Paulo, eu te conheci aonde, Antônio Paulo?

O SR. ANTÔNIO PAULO DOS SANTOS SOUZA - Na Ilha Grande. Em 92 conheci o Pastor Marcos na Ilha Grande, eu estava condenado a 34 anos de cadeia, cumpri 15 anos de cadeia na Ilha Grande, inaugurei o Bangu IV, conheço o setor B, conheço a fundo no sistema penal o que acontece lá dentro, é uma guerra



lá dentro, conheço... conheci o Comando Vermelho, fiz parte do Comando Vermelho...

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Pega o microfone aí, Paulo.

O SR. ANTÔNIO PAULO DOS SANTOS SOUZA - Desculpe, é que eu vi ali sem microfone. Então, sou ex-militar da Marinha, sou ex-Cabo da Marinha, não precisava assaltar ninguém, sou ex-matador, ex-assaltante de banco, era militar com a carteira da Marinha de Guerra em 79 — não é irmão? — usado pelo inimigo das nossas almas, que a Bíblia diz: *“Não dê lugar ao diabo”*, eu dava lugar ao diabo. Só tem uma maneira de consertar o mundo, se a humanidade se converter. Sou um ex-militar. Um ex-militar é um guerrilheiro — quem serviu o quartel sabe, não é irmão — , preparado para a guerra. Sou um ex-militar, eu provo, conheci o Pastor Marcos na Ilha Grande, em 92. Conheci esse homem, envolvido com a facção Comando Vermelho, homem matando, assaltando, fazendo tudo que não prestava. Um dia, eu conheci a palavra de Deus. Ouçam um servo de Deus. Sou empresário no ramo da construção civil. Paguei minha cadeia toda. Estou 9 anos na rua. Ando de cabeça erguida. Já preguei no fórum do Rio de Janeiro, já preguei na delegacia, já preguei em Bangu IV. Já rodei o mundo inteiro. Conheço a fundo. Só tem uma solução nesta CPI: a humanidade se converter. O diabo existe. Existe o diabo. Eu era usado pelo diabo. E hoje sou um homem lavado e remesso ao cordeiro. Agradeço ao Pastor Marcos largar seus afazeres para ir lá na Ilha Grande em 92. Então, tem que continuar esse trabalho dentro dos presídios, tem que continuar o povo evangélico pregando dentro dos presídios. Deus abençoe a todos. Amém.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Amém. Eu também queria apresentar aqui, eu quero falar também do Alderico. O Alderico é uma traficante que comandava e militava sobre o Terceiro Comando. Agora, quero que prestem bem atenção no que eu vou explicar. Aqui não tem só pessoas do Comando Vermelho. Esse rapaz que está aqui, o Álvaro, é ADA; o rapaz que estava aqui do meu lado, Terceiro Comando; e um grupo, do Comando Vermelho. Porque a igreja não tem vínculo com nenhum facção. Muito pelo contrário. Nós lutamos contra o crime organizado no Estado do Rio de Janeiro e nos demais estados brasileiros. Como eu li aqui na palavra de Deus, a cadeia é uma instituição criada por Deus. Está aí o nosso padre André, que desenvolve um trabalho bonito. Ele sabe que na escritura



sagrada, tanto católica como evangélica, está escrito: faz uma cadeira porque a terra está cheia de crime de sangue, e a cidade cheia de violência. Eu louvo a Deus por esta CPI. Estou sentindo aqui que vai ter uma modificação no Estado, conforme eu falei anteriormente, cada interno dele. Agora, essa semana, eu entreguei um jovem, que estava dentro de uma favela para ser morto, um traficante, ele errou com o tráfico, amarraram ele, a minha equipe levou de 1h da tarde a 1h da manhã para tirar o jovem das mãos dos traficantes, e conseguimos tirar. Quando tiramos esse jovem, ele falou que ia se entregar à justiça, porque ele vivia, desde os 10 anos ele era traficante e devia 6 anos de cadeia, era um fugitivo. Ele se entregou à justiça. E, quando eu fui levar ele na ASSEB para entregar ele ao juiz, tinha mais ou menos, do lado de fora, umas 50 a 60 pessoas que são parentes desse jovem. Agora, imaginem 423 mil presos, multiplicando por 80 pessoas a cem, que é o número de familiares e amigos. Eu fui a pedido. Eu queria que o Paulo César Machado, ex-mutante, desse um pequeno testemunho, Paulo, como você foi encontrado, como você foi preso e o que você faz hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. Marcos, só para a gente organizar o tempo aqui. Ele não está conseguindo fazer leitura do DVD. Não está lendo. O senhor podia passar depois para nós da Comissão, ou fazer uma outra gravação, passar para a gente? Acho que o Felipe também já... Não sei se é o mesmo VT. O Felipe já nos entregou uma cópia, mas eu não sei. Então, se pudesse depois deixar com a Comissão, para a gente tentar fazer uma leitura no outro aparelho e gravar. Tem alguns *laptops* que não fazem a leitura do fundo colorido. Esse CD com o fundo colorido tem alguns *laptops* que não fazem a leitura dele, só do fundo branco. Eu vou dar 5 minutos para concluir, incluindo o testemunho do...

O SR. PAULO CÉSAR MACHADO - Aleluia. Glória a Deus. Só saúdo com a paz do Senhor a todos. O meu nome é Paulo César Machado, considerado como ex-mutante, o qual, com a criação de um vulgo, ao qual, nascido numa favela, ao qual, todo o meu estudo, o meu conhecimento era o quê? Ser um grande traficante. Isso ali eu busquei porque nada tinha ao qual que poderia me convencer a ser alguma coisa melhor, ou obter alguma coisa que eu poderia usufruir e usar para mim, poder ajudar a minha família e ajudar a mim próprio. Mas andei de passos largos, ao qual eu conseguia até mesmo ser dono do morro ali. Morro do Fubá,



Campinho, Cascadura, Morro da Barão. E ali, durante 15 anos, 15 anos durante ali, aquele local ali, até mesmo conhecido num local a qual a área do 9º Batalhão, Distrito do 9º Batalhão de Rocha Miranda, uma área altamente periculosa, porque é conhecido também como batalhão que sempre foi de confronto direto, mas, graças a Deus, tive muito livramento. E ali, quando até mesmo jurado de morte, devido a muitas conseqüências de muita coisa, durante esses 15 anos, que foram feitas ali, quando achei que seria o fim... Que fui preso eu; Magno da Mangueira; Aldair; Pirulito, que era dono também do Morro do Encontro, ali fomos diretamente para a 28ª DP, ao qual fomos transferidos para a 26, na época, que era uma delegacia de segurança máxima. E ao chegar ali dentro daquela delegacia, quando ali, maltratado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria só pedir um silêncio, um pouquinho. Queria só pedir um silêncio. Queria só pedir um silêncio aqui atrás, um pouquinho, por favor. Só um silêncio, um pouquinho, que o som aqui é muito ruim. Se falar muito alto, ninguém entende nada. Pois não.

O SR. PAULO CÉSAR MACHADO - Maltratado pela conseqüência de tudo aquilo que eu mesmo procurei para mim próprio, mas porque eu não conhecia uma realidade, não tinha nada o que eu visse que poderia mudar, de ser algo diferente da minha vida. Mas, graças a Deus, a honra, o mérito ao Senhor Jesus Cristo de Nazaré, ao qual usaste esse homem para ali, com a equipe, ao qual, louvado seja Deus, um sol de 45 graus, aquela delegacia, ao qual se dobrava o calor ali dentro, que era insuportável, mas a gente estava até mesmo ali pelo um delito ao qual cometemos, mas, louvado seja Deus, que me apresentou algo diferente, me apresentou algo que, verdadeiramente, poderia me integrar à sociedade, me integrar àquilo ao qual eu desconhecia desde o meu nascimento, porque eu não sabia o que é se integrar na sociedade; eu não sabia o que era, verdadeiramente, ter uma família, ter alguém, ao qual você está no seu trabalho, aquela pessoa está te esperando, um carinho de pai e filho, de filho para pai. Mas ali foi-me apresentado Jesus Cristo, uma renovação de vida. Verdadeiramente, quando vi pessoas convertidas, pessoas renovadas pelo espírito de Deus, eu vi que, realmente, surgiu uma oportunidade, e eu agarrei. Quando eu agarrei essa oportunidade, eu comecei a ver algo que eu nunca tinha visto em minha vida, eu comecei ver aparecer



oportunidade ao qual eu jamais... desconhecia. Como o pastor disse, fui preso na porta da igreja, mas, graças a Deus, convertido. Quando eu fui para aquela delegacia, ao encontrar homens que andamos em outrora juntos, como Maitó, como Elso, Pluiti e muitos mais, e eu dizer que Jesus Cristo é o caminho, a verdade e a vida; que eu tinha encontrado, realmente, um redentor, ao qual teria me dado uma oportunidade única, e linda, e maravilhosa, de me reintegrar e viver numa sociedade, cumpro aquilo que eu tinha que ter cumprido na terra, que é atrás do cárcere. E ao sair dali, Jesus me reintegrou. Hoje, eu trabalho em firma terceirizada, na PETROBRAS, viajando por este Estado do Rio de Janeiro, pela refinaria de PETROBRAS, como REDUC, como ali em Mauá, em RELAN, na Bahia, até mesmo em Minas Gerais, em Betim. Já andei por 8, 10 refinarias neste Brasil, levado pela PETROBRAS. Que hoje, graças a Deus, tenho a minha família, sou um homem casado, sou um homem que pago todos os meus impostos e vivo dignamente, como todos os seres vivos que hoje estão reintegrados à sociedade, graças a Jesus Cristo e a essa obra linda e maravilhosa, que Deus botou na mão desse homem, ao qual tem negado todos os seus afazeres, tem negado até mesmo a si próprio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Para concluir.

O SR. PAULO CÉSAR MACHADO - Para ajudar os encarcerados na prisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Obrigado.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Eu citei esses relatos, porque a minha preocupação — e eu sei das demais instituições que estão aqui, que fazem um trabalho voluntário no sistema — é reintegrar esses homens. E tenho visto nesse longo tempo que eu venho trabalhando, de 91 até hoje, homens como Mutante e outros mais — aqui só tem uma minoria. Eu tenho laços, hoje...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pastor, o senhor vai ter 2 minutos para concluir, porque o Relator quer fazer algumas perguntas.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor vai poder responder a outras perguntas.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Só para encerrar. O que me alegra, esta CPI me chamou a atenção, sei das demais instituições que aqui se encontra...



Acredito na ressocialização de qualquer delinqüente, seja traficante, seja homicida. Realmente, um trabalho social dentro do sistema muda o homem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Obrigado.

Relator, com a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pastor Marcos, eu vou fazer algumas perguntas e queria que o senhor fosse bem objetivo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado, só registrar a presença do Deputado Ayrton Xerez, que é membro da CPI, nosso companheiro. Não pôde estar conosco ontem, mas confirmou a presença hoje, está conosco. Muito obrigado, Deputado Ayrton Xerez, que é nosso companheiro e lutador nesta Comissão Parlamentar de Inquérito também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Queria que o senhor fosse bem objetivo, para facilitar nosso trabalho e também a questão do tempo. Em quantos estabelecimentos penais daqui do Rio o senhor atua?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Atualmente, eu estou atuando nas carceragens de delegacia: a 20ª Delegacia, a 64, a 39, a 73, a 72, a 53, a 65. Nos presídios atuais, eu não estou entrando. Eu fui proibido de entrar nos presídios, sem explicação, desde o dia em que eu acabei com a rebelião da Casa de Custódia de Benfica, a convite do Governador do Estado. Dali, criou-se um ciúme muito grande no Governo anterior, e no Governo atual segue pela mesma linha, mas eu estou entrando pela televisão. Muitos presos estão se convertendo através do trabalho que eu faço no Canal 9, de 9h30min da manhã.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Essa proibição, ela tem ato formal ou não?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Não, não tem nada formal...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual foi o motivo que o Estado alegou para proibir o trabalho?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Simplesmente, eu tentei renovar minha carteira, não renovaram, não foi aceito. Eu sou um servo de Deus, estou deixando na mão do Todo-Poderoso. Se eu não fizer o trabalho aqui no Rio de Janeiro, faço em outro Estado; se não fizer em outro Estado, eu vou fazer em outros países; porque o ide... eu vou fazer até a vinda do Sr. Jesus.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A sua igreja está legalmente constituída?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Legalmente constituída.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Na sua opinião, por que o Estado proibiu o senhor de entrar nas penitenciárias e não proibiu nas carceragens?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Olha, eu acredito que seja ciúme. Quem abriu para eu fazer o trabalho nas carceragens do Estado do Rio de Janeiro foi a Marina Maggesi, que me monitorou durante 10 anos e, não encontrando nada, vendo meu trabalho, ela abriu, na época ela era Diretora da POLINTER, e abriu, para que eu fizesse o trabalho nas carceragens.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos... Podem-se chamar de fiéis os que estão seguindo o senhor? (*Pausa.*) Quantos fiéis hoje o senhor trata diretamente nessa questão carcerária?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Olha...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Os que estão fora, que já foram recuperados?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Fora? Tem mais de 5 mil.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mais de 5 mil. Me diz o seguinte: quantos desses trabalham, que foram retirados do cárcere e que estão trabalhando?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Olha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só para esclarecer mais a pergunta do Deputado Domingos Dutra. Quantos fiéis... Esses fiéis, hoje, eles congregam todos na sua igreja, ou tem muitos espalhados por outras igrejas?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Espalhados por outras igrejas, em outros Estados também, em outros países.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Porque dá a impressão de que está tudo na sua igreja, um local só. Só para deixar bem claro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Desses que foram retirados do cárcere, que seguem a sua igreja, quantos, efetivamente, trabalham?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Olha, quase todos que estão comigo trabalham, a não ser aqueles que saíram recente, que estão se desintoxicando, efetuando um trabalho... que estão disciplinando eles, para que possam realmente



se reintegrar à sociedade; que, de 100%, você consegue 30 a 40% reintegrar à sociedade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos voltaram para o cárcere?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Olha, posso dizer que uns 70%.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Setenta por cento?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Dos 100%.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Setenta voltaram para o cárcere.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Que saíram e foram tratados pela IVS, de 91 para cá, uns 70%.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E aí voltaram a delinqüir ?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Voltaram a delinqüir.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Seu trabalho é mantido de que forma? Tem algum convênio com o Estado, é doações?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Não, nenhum convênio. Nós cuidamos desse trabalho com os dízimos e ofertas da igreja e com a vendagem de DVDs e CDs da cantora Nívea Silva, Elaine Martins e Waguinho, que eram voluntários dessa obra e alguns empresários que ajudam.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há disputa entre igrejas? Há disputa da sua igreja com as organizações que atuam no interior dos presídios?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Não, não. Não, pelo contrário. Eu sigo em paz com todos os segmentos religiosos, seja espírita, seja católico, ou ONGs que fazem trabalho voluntário. Sigo em paz com todos, inclusive com os diretores e com os funcionários, porque o objetivo da igreja é ajudar e fazer de uma forma que todos venham a entender que o trabalho é um trabalho puro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dessas carceragens, quais são as piores?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Olha, na atualidade, eu vou lhe dizer uma coisa com toda a propriedade: todas, mas vamos ressaltar... V.Exas. estiveram ontem na 53, em Queimados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Cinco dois.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Na 52. Na 52, temos ali um delegado que tem um compromisso com a sociedade, Dr. Zacone, um profissional, um homem



que faz um trabalho ali muito humano. Inclusive, os presos da 52ª DP vão participar das eleições, um trabalho que ele faz ali muito bonito, embora a cadeia seja pequena, tem um número elevado de presos. Mas, de um modo geral, posso dizer que as carceragens onde eu tenho passado, elas estão sem condições nenhuma. Nenhuma.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pastor, mais só 3 perguntas: a reincidência hoje reconhecida pelo Estado chega a 80%, 86%. Pelo seu trabalho, está bem próximo disso: 70% dos que o senhor tirou voltaram para os estabelecimentos penais, reincidiram. Eu pergunto: na sua opinião, o que é que está faltando para que haja uma redução dessa reincidência?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Olha, o que a CPI aqui faz, dando a legalidade dentro das unidades penais, eu acho que é o bastante. Porque estamos vendo aqui o Paulo César Machado mesmo, sem cultura alguma, um homem que não teve uma infância como as demais pessoas que aqui se encontram, sem pai, sem mãe, e, desde o momento em que o apenado ele é uma mercadoria do Estado, ou seja, ele é uma propriedade do Estado, o Estado deveria desenvolver um estudo, um trabalho, um desenvolvimento, qualificação profissional dentro do sistema. Porque, muitas vezes, a pessoa pensa assim: *Ah, estão querendo ajudar o preso, melhorar o preso, eu também quero ser preso.* Mas, se nós não fizermos assim, esse preso sai como um animal. Temos que nos preocupar com os nossos familiares, com os nossos entes queridos. Eu tenho conhecimento de pessoas que foram presas por falta de pagamento de pensão familiar que se tornou um traficante e está portando um fuzil numa comunidade, porque não teve um tratamento digno, e ali ele deparou com uma hostilidade muito grande pelas facções que existem dentro do sistema penal.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Por último, eu queria que o senhor pudesse listar para nós, para a CPI, quais são os problemas principais que o senhor tem conhecimento no sistema tanto aqui ou fora. Tortura, existe? Se tem conhecimento de tortura, tem denúncia de corrupção, a alimentação é adequada, o preço é justo? Que o senhor pudesse listar os principais problemas.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Alimentação, péssima; espaço, péssimo; tratamento, não acompanho — a CPI está acompanhando, pode tirar as



suas próprias conclusões. O tratamento junto à família, péssimo, não somente no Rio de Janeiro, como nos demais Estados. Já falei da alimentação, ridícula. Eu acredito que este País está desenvolvendo, porque hoje nós sentamos aqui para falar daquilo que ninguém queria saber, que são os presos. E sabemos que até governante passou pelo sistema, homens que passaram pela cadeia, que governaram sobre os Estados e até mesmo sobre até o próprio País. E eu louvo a Deus por esta CPI. Sei que o sistema precisa disso: de homens com compromisso com a sociedade. Estão de parabéns, eu falo mais uma vez, os Deputados aqui, as pessoas que participam desta CPI. Porque nós não estamos mexendo somente com o preso, nós estamos mexendo com uma sociedade de um modo geral. Não temos só pobre dentro do sistema. Temos todas camadas sociais. E cada interno representa 80 a 100 pessoas aqui fora.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sobre a questão da assistência jurídica aos presos, qual é a sua opinião?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Olha, eu também acho muito fraco. Eu tenho na minha instituição, Instituto Vida Renovada, voluntariamente, alguns advogados, uns estagiários que me ajudam, esses homens que estão vendo aqui. Eles saíram devido ao trabalho que o Instituto Vida Renovada tem feito. Eu tenho uma equipe que faz o trabalho jurídico dentro do sistema, ajudando o sistema, sem ajuda federal, estadual ou municipal. Realmente, é muito importante o contato do advogado, ou seja, do defensor público com os internos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não sei se algum outro Deputado queria fazer alguma pergunta. Nós vamos passar para o nosso próximo convidado. *(Pausa.)*

Nós queremos parabenizar — como já dissemos no início da nossa CPI, por onde nós passamos, nós percebemos que muitas vezes os trabalhos sociais que funcionam dentro dos presídios de ressocialização são desenvolvidos pelas igrejas evangélicas, católicas, entidades espíritas e ONGs e terceiro setor que trabalham dentro das comunidades. Então, eu queria parabenizar todas essas entidades pelo trabalho que vêm desenvolvendo. Está aqui uma prova: são ex-presidiários, ex-apanados que estão reintegrados à sociedade, que são fruto desse trabalho. A



pergunta que se faz é: como estaria o sistema hoje se não fosse esse trabalho? Onde estariam esses homens hoje se não fosse esse trabalho?

Então, eu quero parabenizar o Pastor, o Padre que está aqui presente, representante da Pastoral Carcerária, pelo trabalho que estão desenvolvendo dentro dos presídios do Brasil. E o que o Estado puder fazer para facilitar esse trabalho é importante que se abra esse espaço. Ontem, nós visitamos um presídio ali em Bangu. Como é o nome?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A outra, o masculino.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Vicente Piragibe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vicente Piragibe. Os pavilhões que nós visitamos, as condições... Se fosse uma entidade privada ou órgão público, fechava, a Vigilância Sanitária ia lá e fechava, porque não tem condições de funcionar. E, muitas vezes, o banheiro dos pavilhões, nenhum deles tem azulejo, piso no chão, é esgoto correndo, é lixo. Aquilo tudo é caso de saúde pública. Se fizesse uma inspeção, se o promotor, que está aqui, ou juiz da Vara de Execução Penal fizesse uma visita àquele presídio, acompanhado da Vigilância Sanitária, que fiscaliza unidades privadas das cidades, acompanhado do Corpo de Bombeiros, para visitar as condições das instalações... Porque lá se der um incêndio morre todo mundo queimado. Só pedir silêncio, por favor. Se fizer uma inspeção *in loco* com a presença de Vigilância Sanitária, do Corpo de Bombeiros e de outras entidades fiscalizatórias de órgãos públicos, que, muitas vezes, fiscalizam as entidades privadas, com certeza, seria fechado. Lá nós temos vários rios, que não são o Rio de Janeiro, mas um rio de esgoto que corre dentro do presídio, que corta o presídio. Até os animais lá dentro estão feridos. Eu vi um gato lá com uma ferida, assim, em carne viva. As condições são subumanas para se tratar. Então, ou nós encaramos o problema do sistema carcerário, os Governos do Estado... E aqui eu quero fazer uma crítica à situação: nós estivemos ontem no Rio... Nesse mesmo presídio, do lado, foi comprado um aparelho de 1,5 milhão de reais para fazer inspeção, que nós achamos que é importante. Mas nessa unidade lá de Piragi?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Vicente Piragibe.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vicente Piragibe. O cadastro das visitas está ainda nas fichinhas, numa caixinha de ferramenta, de ferro, em cima da mesa. Ou seja, compra um aparelho de 1,5 milhão para inspecionar as visitas, mas as fichas das visitas lá, o nome, está numa caixinha de papel. Tira uma fichinha assim, a gente diz até que é digital, porque tem que enfiar a digital para pegar. Um milhão e meio do outro lado e no outro é uma caixinha com os nomes em papel para você pegar uma fichinha com os dados do visitante. Eu perguntei: *“Por que que não tem?”* *“Ah, o Governo... Tem um projeto no Governo Federal esperando o dinheiro para liberar.”* Para comprar computador, para informatizar? Se o Governo do Estado ficar esperando dinheiro federal para comprar computador... Porque nós sabemos que hoje o acesso à informática é muito barato. E o Estado do Rio de Janeiro tem hoje uma das menores populações carcerárias do Brasil em relação ao seu número de habitantes. Em média, no Brasil, são 3 a 4 presos por cada grupo de mil habitantes. Mato Grosso do Sul tem 12 mil presos. Tem 2 milhões habitantes e tem uma receita de 6 bilhões. O Rio de Janeiro tem 27 ou 28 mil presos, ou seja, cerca de 1,3 presos por número de 5 mil habitantes, com uma receita de quase 40 bilhões que o Estado tem. Ou seja, quase 10 vezes mais a receita de outro Estado. São Paulo tem 170 mil presos, 169 mil presos, 169 mil presos. Praticamente quase que 6 vezes a população carcerária do Rio de Janeiro, e o Estado não é 6 vezes maior do que o Estado do Rio de Janeiro, Deputado Ayrton Xerez. Eu acho que a receita, a população deve ser no máximo o dobro do Estado do Rio de Janeiro. Ou seja, falta investimento do Estado no setor carcerário. Com a população carcerária que tem, uma das menores do Brasil, acreditamos que os investimentos poderiam ser maiores, ressaltando-se alguns números interessantes no Rio: o número de mortes e fugas nos presídios não são tão grandes como nos outros Estados. Não são. Não sabemos se é por uma atuação firme do Estado ou se é pela uma facilidade de convivência da administração penitenciária com os presos, que muitas vezes entregue às benesses para que o presídio não caia e lá dentro ele não tenha comando. A percepção que nós temos, pelo que nós vimos ali, é como um comércio dentro dos presídios, não é? Venda de produtos, cantinas. Ontem, nós chegamos na delegacia, tinha uma cantina. Perguntamos ao delegado de quem era, e ele falou que não sabia, ele falou que era dos presos. Perguntamos aos presos de quem era



a cantina, um agente se antecipou assim na frente do delegado e disse: “*Não, é dos presos, é o preso*”. E a gente sabe que é do agente. Perguntamos o que é que vende ali? “*Ah! Aqui só faz lanche*.” Mas tinha pacote de macarrão, tinha de arroz. “*Aqui só vende isso*.” Mas tinha feijão, tinha carne. Depois nós descobrimos que eles vendem a marmita ali, também, na cantina da delegacia. Ou seja, nós vimos lá uma quantidade de marmitas da população carcerária; e a cantina da delegacia vende marmita. Ou seja, quanto pior a comida, maior vai ser o lucro da cantina. E para o que nós chamamos a atenção também: para um Estado que tem um bandeirão de 1 real, pagar 5, 6 reais numa quentinha para dar para o preso, numa comida bem pior? Eu acho que tem alguma controvérsia aí. Por que não se abastecer as cadeias com a comida do bandeirão de 1 real? Por quê? Então, têm algumas coisas que nós queremos discutir e é isso que nós vamos discutir com as autoridades Estaduais aqui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu quero perguntar para o pastor. Pastor, o senhor tem conhecimento de que há outras instituições religiosas proibidas de atuar nos estabelecimentos penais? Pergunto ao senhor se essa proibição, a sua igreja, se foi comunicada alguma vez ao juiz de execução penal ou ao promotor. Se foi comunicada, qual foi a atitude tanto do juiz de execução penal quanto dos promotores que atuam nas varas de execução?

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Não. Eu acredito que não foi comunicado. Eles colocam dificuldade na minha entrada. Eu mando a minha equipe lá para renovar as carteiras, e colocam dificuldade, dificuldade, dificuldade e não me dão credenciamento para entrar. Tem nada oficial lá.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A outra instituição,...

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Sr. Presidente,...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... a outra instituição o pastor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sim. O Relator está com a palavra, o Relator está com a palavra.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Eu só estou...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, isso aqui é...

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Eu não havia percebido, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Depois nós vamos passar a palavra aos demais Deputados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Isso aqui é importante, porque assistência religiosa é um direito aos presos. Nós queremos saber se essa proibição — e o Secretário vai prestar depoimento —, se a proibição é só à igreja do Pastor, se é só ele, se há outras instituições, se há proteção a determinadas igrejas e a outras não e se o pastor tomou alguma medida reclamatória aos órgãos competente.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Deputado, por enquanto, não. Nós participamos da rebelião de Benfica, inclusive o padre também estava presente. Muitas vezes, eu falo: ajudei a acabar a rebelião. Não fui eu que acabei com a rebelião, mas foi um trabalho em conjunto. Nós terminamos com aquela rebelião. E realmente eu sou conhecido por todos os presídios, todos os internos do Estado do Rio de Janeiro. Todos os internos me conhecem pelo trabalho que eu desenvolvo não somente no sistema, como também nas delegacias onde há carceragem e dentro das comunidades do Estado do Rio de Janeiro eu faço, em média, 3 eventos, 2 eventos por semana. E isso faz com que eu fique muito conhecido dentro do sistema. E, quando tem algum problema no sistema, automaticamente os internos requisitam a minha presença porque eles não querem apanhar, eles não querem ser maltratados, eles acreditam que eu intercedendo por eles ali eu não vou deixar eles apanharem. Então, sou chamado por isso. E fui mal interpretado pelas autoridades competentes do Estado do Rio de Janeiro, achando que eu tinha alguma convivência com interno. Eu quero ressaltar aqui que eu já entreguei vários homens à Justiça e veti várias fugas, tanto em presídio de segurança máxima como em delegacia, que temos aí o Secretário de Segurança que sabe disso, que eu faço um trabalho, que a cadeia é uma instituição criada por Deus. Se eu souber de uma fuga e não denunciar aquela fuga, eu sou conivente com a fuga. E eu não quero delinqüente na rua sem ser transformado. E há o ciúme. Eu peço até se puder haver alguma ajuda da parte do demais, do nosso Presidente, eu pretendo voltar ao sistema, quero desenvolver o trabalho, se possível for colocar alguém do meu lado para acompanhar todo o trabalho que eu efetuo dentro das unidades penais do Estado do Rio de Janeiro, não somente do Estado, como em outro Estado e, também, nos Estados Unidos. Eu estive em Orlando, num presídio dos Estados Unidos, onde eu



fui credenciado por lá e vou ser o capelão responsável aqui no Brasil pelo trabalho realizado nos Estados Unidos, pela capelania. Vou receber um brasão. Já recebi o brasão e vou receber agora a autorização e o diploma. Então, é um trabalho que eu não faço somente no Rio de Janeiro e no Brasil,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - ... mas também no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Ayrton Xerez.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Sr. Presidente, a minha intervenção é no sentido de cumprimentar V.Exa., o Deputado Domingos Dutra, nosso Relator, a nossa briosos CPI, cumprimentar o Pastor Marcos Pereira da Silva, mas pedir a V.Exa. que comece a ouvir outras autoridades aqui presentes, para que nós possamos aproveitar esse tempo tão precioso. Eu vejo que nós temos aqui a presença do Secretário de Estado da Administração Penitenciária. Certamente é importante ouvi-lo, assim como o Sr. Promotor Público, o Sr. Defensor Público e outras autoridades que estão aqui.

Era a minha intervenção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A CPI atende à solicitação do Deputado Ayrton Xerez. Já havia um entendimento por parte dos membros. Inclusive o pastor só aceitou, só pôde aceitar o convite, porque ele vai viajar agora, às 13h, se ele pudesse usar a palavra no início. E nós ainda passamos a palavra para a representante da Pastoral Carcerária também, para que as entidades religiosas pudessem ter o mesmo espaço de debate dentro da Comissão.

Agradeço a presença ao pastor, como nosso convidado. Se quiser deixar alguns representantes aqui, o senhor não vai poder acompanhar até a resposta das demais autoridades a respeito da abordagem do tema, mas, se pudesse manter os representantes aqui para acompanhar também o desenrolar da Comissão, nós agradeceríamos. Então, muito obrigado, que Deus abençoe o senhor.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Obrigado, Presidente, obrigado a todos que participam, a todos aqui representados. Inclusive o...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não. O.k. Eu passo a palavra para o Secretário.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Pastor Marcos, é, como bem o senhor disse, a sua não freqüência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. Secretário, eu quero só pedir o silêncio das pessoas que estão no recinto, porque aqui se fala muito alto e fica ruim, porque é pequeno.

Então, com a palavra o Sr. Secretário.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Certo. Eu sou evangélico. Então, a sua não freqüência na Secretaria foi uma continuidade que aconteceu. Aconteceu de que forma? Eu fui procurado pelo June, que é do *Afroreggae*, que é amigo seu, e falou quando eu poderia permitir que o senhor freqüentasse a Secretaria. Eu disse para ele o seguinte: *"A qualquer momento que nós conversarmos"*. O único senão: o técnico e o profissional de segurança pública ou de segurança na área penitenciária sou eu e as pessoas que trabalham comigo. Então, o gerenciamento de crise, a exemplo que o senhor cita aí que o senhor teoricamente teria se saído muito bem, com a benção de Deus, na intervenção de Benfica, nós não permitiremos negociação de crise por ninguém que não seja do sistema. Nós temos cursos profissionalizantes, temos cursos de gerenciamento de crise, temos experiências de crises. Eu, pelo menos, estou no sistema desde 2005. O único senão, eu falei para o June, foi o seguinte: *"Procure o Pastor Marcos e diga a ele que ele pode procurar a Secretaria, sim. A única coisa que nós não iremos permitir, em hipótese alguma, é que alguém que não seja técnico, profissional, formado em gerenciamento de crise, possa gerenciar uma crise que, em determinados momentos, são seriíssimas"*. Eu gerenciei pelo menos 5, com reféns, em Água Santa foi a última, em 2006. E eu faço esse gerenciamento e têm pessoas que o fazem muito bem. O senhor pode fazer por inspiração divina, eu faço por formação profissional. Só isso. O dia que o senhor nos procurar o senhor terá acesso a nossa Secretaria.

O SR. MARCOS PEREIRA DA SILVA - Será uma satisfação imensa. E quero participar que todas as vezes que eu participei de alguma rebelião foi a convite do Estado.



O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Essa é uma postura do Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.K.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - ... que quando convidado pelo Governador do Estado falou para o Governador que aceitaria ser Secretário de Administração Penitenciária desde que a coisa fosse tratada tecnicamente, porque eu sou técnico. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Bom, então, fica claro para nós, Pastor, aqui com a palavra do Secretário — e queremos agradecer a intervenção, Secretário —, então, que a presença nos presídios para a assistência religiosa permanece, mas as convocações para as intervenções em caso de gerenciamento de crise não serão feitas porque o Estado vai cuidar com a formação técnica e o aparato que tem. Acho que não tem nenhum problema — não é? —, a assistência religiosa independe disso. Então, acredito que foi até bom essa palavra do Secretário e queremos agradecer. Já deu a resposta imediata. Que Deus possa continuar abençoando tanto o pastor como o padre, a Pastoral Carcerária e as demais igrejas evangélicas e entidades, ONGs ou OSCIPs ligadas ao terceiro setor, que realiza o trabalho de assistência aos presos no Brasil e no Rio de Janeiro.

Nós vamos passar a palavra... O Sr. Secretário não nos informou a agenda, mas nós vamos ouvir o Secretário também neste momento, seria importante. Nós temos o promotor que está conosco acompanhando também todo o depoimento; temos representantes dos defensores públicos. Nós queremos registrar a presença aqui do Sr. Luís Guilherme Vieira. Luís, levanta a mão. Ele está de pé. O Luís é do Ministério da Justiça, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça. É conselheiro, é aqui do Rio de Janeiro e está conosco, participando aqui desta audiência. Muito obrigado pela presença. Ele nos passou aqui um livro sobre regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil, do Ministério da Justiça, e também resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal do Ministério da Justiça. Muito obrigado, Luís.

Queremos agradecer também a presença das demais autoridades conosco aqui. Quero convidar o Secretário, neste momento, para fazer uso da palavra. Não sei se quer fazer uma explanação, fazer alguma apresentação. Senão, vamos direto



às perguntas. Mas tem S.Sa. a palavra pelo tempo suficiente para fazer apresentação.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Bom, primeiramente gostaria de saudar aqui a Mesa. Já estou no sistema há 3 anos e meio e nunca vi uma comoção desse gênero, autoridades realmente demonstrando interesse em dar solução a um problema seriíssimo. Creio que teremos repercussões importantes em todos os segmentos, quer no econômico, no político, no social, se assim esta CPI prosseguir dentro do que foi explanado aqui nos primeiros momentos pelo Presidente e pelo proponente desta CPI. Eu gostaria de não fazer disso tipo um contraditório, mas nós temos 2 vídeos: 1 institucional... São vídeos curtos, de 3 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Apresentar aí aos senhores. E temos, sim, problemas no sistema, mas também temos coisas boas. E temos certeza de que a CPI, conforme foi dito inicialmente, ela é ampla — vamos repetir alguns termos —, geral e irrestrita. Então, não é um contraditório, mas apresentar também o que temos de bom em nossa Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

Silêncio, por favor. (*Pausa.*)

Bom, eu gostaria só de... Já que ele está tendo alguma dificuldade, Presidente, com a vossa permissão, fazer uma explanaçãozinha rápida. Inclusive, eu listei aqui pelo menos uns 12 itens. É o que eu acho que seria interessante para a nossa CPI. (*Pausa.*) Mobilizar a sociedade para discutir a pena. Afinal, será castigo ou momento de o Estado fazer a sua parte ou a sua reparação? A sociedade vive num conflito: não sabe se pune, não sabe se ressocializa, e as autoridades também pensam assim. Eu acho que é importante que a gente diga o que nós pretendemos efetivamente. Ou nós investimos na ressocialização, na inserção social a qualquer preço, a qualquer custo, sem medo de dizer que está dando boa vida a vagabundo, ou esquecemos esse discurso. Segundo: definir que tipo de construção, e V.Exa. já falou, sobre construção de unidades prisionais. A minha formação no sistema é de segurança. Sou totalmente contra celas coletivas. Herdei celas coletivas com camas treliches. Numa intervenção, isso é extremamente perigoso. Não só pelo fato de



uma intervenção já estar fora de controle, a parte física é um fator que complica muito. E falo por experiência, porque atuei nessas áreas. Vejo que o Presídio da Frei Caneca, a despeito de toda a antigüidade da construção, era um presídio onde dava uma certa dignidade ao preso. O preso podia gerir a sua cela, o seu cubículo dentro de seu conhecimento social, cultural e econômico, sem que ali houvesse uma intervenção. Numa cela de 75 pessoas com variações e origens bastante difíceis, essa convivência se torna muito mais difícil — convivências de hábitos, uso de banheiros coletivos. Então, eu sou defensor de que não fiquemos só nesse discurso dos 6 metros quadrados. Que as celas efetivamente sejam individuais. Com celas individuais, podemos responsabilizar o preso. Tudo o que acontece dentro de uma cela, é ele que habita. Então, o celular, o grafite que ele pinte numa parede, qualquer dano que ele causa à cama — que a gente chama de comarca —, o Estado teria condições de responsabilizar essa pessoa, já que nós sabemos que a pena é individual, não existe pena coletiva. E como estabelecer uma pena individual numa cela coletiva com 70 presos em camas treliches? O Estado fica totalmente impotente, se ele quiser o aspecto legalista de aplicar a pena àquele que merece. Falo na recuperação do preso. As pessoas falam muito: “Tem que recuperar o preso”. Mas não existe recuperação de preso sem a família. Se um traficante foi preso como gerente do tráfico, ganhava 1 mil reais por semana; eu ensino a ele um ofício: ele vem a ser um pedreiro e vem a ter que conviver com 800, 2.000 reais, como pedreiro. A família tem que estar disposta a ter uma redução no seu poder econômico. E nós temos que trabalhar essa família para que ela abdique dos 4 mil que ela ganhava por mês quando ele traficava, quando era gerente do tráfico, porque hoje ele quer ganhar como pedreiro. Então, não existe recuperação só do preso. Se ele é casado... E o pastor colocou muito bem aqui quando fez referência a alguns traficantes que estão com as esposas aqui. Nós acreditamos também na ressocialização. Agora, o custo é diferenciado para cada um. A Lei de Execução Penal prevê a construção de cadeias públicas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Gente, eu só queria pedir... O Secretário está falando e queria pedir... Movimentação muito intensa acaba desviando a atenção. Ele está tocando em pontos importantes e eu queria chamar a atenção dos presentes.



O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - A Lei de Execução Penal prevê a construção de cadeias públicas para o preso provisório e que elas devem ser construídas nos municípios. Lamentavelmente, nossos Prefeitos entendem que, quando um de seus munícipes comete algum crime, o melhor é que o exclua do seu município. E o que acontece com isso? Acontece exatamente o intercâmbio, a pós-graduação para o crime. Um preso que roubou uma galinha lá em Itaperuna, se lá não tiver — no caso até tem —, mas se não tiver uma unidade para um preso provisório, ele virá para Bangu. E aí ele, que entrou roubando uma galinha, vai aprender a fazer tráfico de drogas, vai aprender a fazer extorsão por telefone e vai voltar em 6 meses, porque o que ele roubou foi uma galinha, um crime de menor potencial, alguma coisa assim, e ele será colocado em liberdade muito rápido. E a segurança daquele município não vai alcançar a mesma rapidez que ele alcançou em termos de troca de informações. Então, nós temos resistência muito grande dos Prefeitos que não gostam de construir unidades nos seus municípios, embora haja previsão na Lei de Execução Penal. As secretarias e os departamentos devem ter os seus quadros definidos. Quando nós assumimos a nossa Secretaria, no ano passado, no dia 10 mais ou menos eu encaminhei ao Governo do Estado um plano de cargos e salários para os nossos inspetores. Hoje, a Secretaria só dispõe do quadro de inspetores. Não temos quadro de técnicos administrativos, não temos quadros de médicos, não temos nada disso. Por conseguinte, não podemos aplicar concursos públicos. E aí tem sido feito, como uma colcha de retalhos, uma contratação temporária, com previsão de renovação por mais 1 ano. Mas vejo que a formação do profissional de segurança em administração penitenciária é importantíssima. Então, nós temos que ter um quadro de médicos. Um médico que trabalha num presídio é diferente do médico que trabalha num posto de saúde, numa comunidade de homem livre. Para esse tipo de coisa, embora ele seja médico, ele tem que ter um tipo de formação para atuar dentro de um presídio. Falei aqui sobre efetivo, sobre salários. Outro ponto importantíssimo. Como o inspetor penitenciário ficou fora do porte de arma na lei de desarmamento? É inadmissível que um inspetor fique dentro de um presídio com presos do perfil de Bangu I, e, ao término do seu serviço, saia totalmente desprotegido, não podendo usar uma arma sequer para se defender. Acho extremamente importante que essa lei seja revista no



tocante, e isto é bem simples. Acho que só basta acrescentar inspetor penitenciário no mesmo artigo. Temos que rever alguma coisa no sentido dos fóruns nossos. Nós temos fóruns que não têm xadrezes — aí, quando se faz a escolta do preso, fica complicado. O grupamento que faz essa escolta tem que ficar preso naquele fórum e não pode agilizar outras apresentações. Problema de segunda via ou primeira via de certidão de nascimento. Nós temos presos nordestinos que sequer sabem a data em que nasceram, sequer sabem o cartório onde foram registrados. E, no momento de tirar esse documento, é extremamente difícil. E quando não tiramos a certidão de nascimento, não tiramos a carteira de trabalho, o preso não registra o seu filho — porque ele não tem identidade. Isso é extremamente sério. Acho que esse é o primeiro passo para a cidadania. Padronização de uniforme dos presos. Creio também que todo o Brasil deve ter um padrão de como devem vestir os seus acautelados. Para que um não ache que tem de ser cor de abóbora... Eu, por exemplo, não acho que tem que ser cor de abóbora; tenho preso de branco, camisa branca, calça azul. Se ele trabalha e exerce uma atividade, dentro da unidade, ele usa uma camiseta verde. Mas creio que o ideal seria que nós tivéssemos uma padronização. E qual o uniforme deve ser adotado para o preso? Algo que eu questiono é qual a eficiência para o sistema e para o preso do regime semi-aberto com trabalho extramuros. O preso sai de manhã, volta à noite, tem que dormir numa cadeia, enquanto eu acho que o melhor local seria no seio familiar. Se ele já está trabalhando, se ele saiu e se ele voltou, que ele durma no seu lar. Acho extremamente fora de propósito o semi-aberto, com trabalho extramuros, e a pessoa ter que retornar... E ficar se pensando aí em algemas, em algum tipo de coisa, enquanto a essência dessa punição, desse regime, é a autodisciplina. O sistema, quando fornece essa saída, ele está querendo testar se aquela pessoa efetivamente está num processo de ressocialização. E não porque ele está sendo monitorado ou porque ele está sendo visto, porque o valor desse regime é a liberdade que o preso tem de querer retornar, ou não, para uma unidade. Temos que facultar isso, porque a gente tem muito questionamentos, quer de advogados, quer de visitas. Que tipo de contato a visita pretende com o preso? Se é um contato físico ou se é simplesmente para conversar, entrevistar. Nesse caso, nós poderíamos não efetuar determinado tipo de revista, porque a pessoa iria se haver como nós vimos em vários filmes em



outros países mais adiantados, em que se fala por interfone ou por qualquer tipo de meio de comunicação, onde a revista é totalmente dispensável, quer para a visita, quer para o advogado. Agora, se nós permitirmos o contato físico, nós temos, sim, que buscar métodos que mantenham a segurança dentro do sistema prisional. Por último, só para concluir aqui a minha fala. Eu espero que a CPI não seja simplesmente para constatação de falhas no sistema, mas que também divulgue o sucesso dos Estados nas suas unidades prisionais. E, mais, que esta Comissão consiga alavancar recursos e mobilizar a sociedade para este grande problema, onde já existem entendimento de moradores de comunidades carentes, que eu ouvi — porque me relaciono, é o meu público —, que afirmam que as unidades prisionais são as extensões dos presídios, e vice-versa. Eu acho que isso é extremamente grave, quando a gente sente que parte da sociedade já se sente condenada a estar num presídio... E quando se sai do presídio e vem para a sociedade, é o mesmo clima de insegurança, de pobreza, de falta de assistência. Não sei se os senhores sabem, mas o homem preso tem mais 2 direitos do que o homem livre, talvez por preocupação do legislador — e até a gente entende isso. E, agora, gostaria de me colocar à disposição da Comissão para responder ao que acharem interessante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Bom, primeiro eu quero agradecer ao Secretário. E eu estava aqui, durante toda a sua fala, balançando a cabeça, porque — desculpa você, V.Exa., V.Sa...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - À vontade, somos iguais, somos irmãos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas os assuntos abordados, eu os tenho abordado praticamente em todos os debates da Comissão; são praticamente esses mesmos temas. Eu acredito que as sugestões que estão sendo apresentadas são aquilo que está vindo ao encontro daquilo que a CPI também tem defendido. Pelo menos, alguns membros da CPI têm essa visão. E a gente percebe que está em verdadeira consonância com aquilo que nós pensamos a respeito de alguns temas. E este debate que nós estamos fazendo permite, durante as visitas, encontrar pessoas que também têm pensamentos. Tem pessoas que têm pensamentos divergentes, mas têm alguns que têm pensamentos convergentes com aquilo que nós estamos percebendo que pode ser uma média de um pensamento a



respeito do sistema. Então, eu queria pedir inclusive ao Secretário que depois pudesse nos ceder essas sugestões para que a gente possa anexá-las aqui aos documentos e aos depoimentos que serão colhidos aqui nesta audiência. O senhor pediu um tempo pra passar um vídeo. Parece que o vídeo...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu não sei se eles conseguiram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O vídeo já está pronto. Se quiser passá-lo para nós... Depois eu vou passar a palavra aos Parlamentares.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu gostaria. Depois, eu não sei se poderei me conduzir com alguns questionamentos que foram feitos, como alimentação. Se alguém está listado para perguntar sobre alimentação, eu estarei pronto a responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Alguns Parlamentares farão perguntas.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Mais um vídeo. Essa aí é uma escola. Nós temos pelo menos 3 escolas desse gênero. Foi construída com um tijolo que é fabricado dentro do Presídio Esmeraldino Bandeira. É um tijolo tido como ecologicamente correto, cujo secamento não é feito em forno, portanto não existe a necessidade de queima de árvores, de madeira, nada disso. E ele é do tipo daquele brinquedo *play mobil*, a gente vai encaixando, não precisa usar massa, até 3 pavimentos a gente pode construir com muita tranquilidade. Esse tijolo deve ser aproveitado agora no PRONASCI na construção dessas casas no Complexo da Maré e em outras regiões. Hoje já fazemos alguns postos do DETRAN com esses tijolos. E é realmente uma das atividades que nos dá muito prazer dentro da Secretaria.

Esse é um vídeo institucional que nós fizemos. É, logicamente, o que a gente tem de bom o que a gente mostra aí, porque nós temos muitos segmentos da sociedade que já nos visitam. A própria ALERJ, que tem a sua Comissão de Direitos Humanos; a OAB, que também tem Direitos Humanos; o Ministério Público; as Varas de Execuções Penais. Mas isso é o que a gente tem de bom.

(Segue-se exibição de imagens.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Dando continuidade à nossa audiência pública, gostaria de agradecer pela presença de todos os Deputados. Muitos aqui não são do Estado do Rio de Janeiro. Foi uma oportunidade de mostrar nossas praias, nossa cultura, nosso esporte, nosso lazer, o Rio de Janeiro mais bonito, a Cidade Maravilhosa. Esses Deputados, de forma muito humana e solidária, vêm aqui nos ajudar a trabalhar o sistema penitenciário do Rio de Janeiro.

Quero agradecer ao Secretário e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, que não se opuseram a mostrar o sistema, como aconteceu em muitos Estados que nós visitamos, como Minas Gerais e São Paulo. Esse é um problema que não se pode maquiagem, que a gente tem que encarar de frente. E é uma oportunidade que a gente realmente tem.

Ontem, não somente nas delegacias, mas também lá em Gericinó, a gente pôde entrar com a nossa equipe de reportagem, com os Deputados, falar com os presos e se colocar da maneira mais objetiva e transparente possível. Gostaria aqui de fazer algumas perguntas ao Secretário de Assuntos Penitenciários, Cel. César Rubens, que tem trabalhado de forma muito honrosa, nosso sistema que já teve muitos problemas no passado, e você que se encontra aí, há alguns anos... Só lembrar aqui que no Estado do Rio de Janeiro já tivemos muitas rebeliões e hoje o nosso Estado, de uma certa forma, está sendo melhor controlado. Eu gostaria de falar de... A imprensa, ultimamente, na última semana, falou muito do crescimento de facções dentro do nosso sistema carcerário. E uma que no ponto de vista, eu próprio, a minha família foi extorquida nos últimos meses com essa nova facção por meio de trote do celular. Isso vem me preocupando muito.

Então, gostaria de saber o que a Secretaria de Assuntos Penitenciários tem feito para, de uma certa forma, não deixar esse crescimento de forma desordenada. Desde ontem... Na última terça-feira, fui até convidado, eu estava em Brasília, e não pude comparecer, mas o Governo do Estado vem investindo, como mesmo se falou, nesse equipamento que tem a possibilidade de se ver ali, de identificar qualquer substância química, como armas, como maconha, como droga, qualquer outra droga. Acho que isso, de uma certa forma, pode vir ajudar, e a gente levar até mesmo, através dessa experiência do Estado do Rio de Janeiro, para outros Estados do Brasil.



Então, gostaria que o senhor falasse um pouco desse comando que vem crescendo no Rio de Janeiro. E também aproveitar a oportunidade para falar aqui que o detento, ao ingressar no sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, normalmente tem que dizer a qual facção pertence. Isso, no meu ponto de vista, não são todos os detentos que são de uma facção criminosa. Isso, de uma certa forma, não vem a induzir aquele novo detento que vem ingressar no sistema penitenciário de optar por uma facção e ao mesmo tempo fortalecer essas facções criminosas?

Essa é uma outra pergunta que gostaria de botar para o Secretário que pudesse responder, por favor. *(Pausa.)*

Tem alguém para ajudar aqui, por favor?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Bom, primeiramente dizer que esse tipo de delito tem sofrido uma certa redução, não necessariamente pela participação da Secretaria de Administração Penitenciária, mas na medida em que os veículos de comunicação divulgam esse tipo de artifício e algumas autoridades orientam como as pessoas devem se comportar. Acho que esse procedimento, talvez tenha sido o que mais interferiu nas reduções que temos observado. No tocante à extorsão feita por preso, que existe também a extorsão que eles simulam. Pessoas simulam que são presas, e não são, mas, via de regra, são, e a gente consegue identificar quando são, porque o preso normalmente só faz esse tipo de extorsão depois das 18h. Por que depois das 18h? Porque depois das 18h encerra atividade na cadeia, o preso já não tem mais banho de sol, não tem mais como circular, não tem que ir a médico, enfim, o inspetor tranca a cadeia, como a gente fala na linguagem de cadeia. No momento em que o preso está trancado, ele aí começa a procurar os esconderijos, que na linguagem da cadeia chama-se cafofo, onde ele esconde o celular, ou é no sanitário. Aí, ele começa, a partir desse horário, vai até meia-noite, 1 hora, depende, porque eles estão lá disponíveis. Então, o que a gente tem feito? Localizado presos que têm algum tipo de antecedente, colocá-los em celas onde eles ficam mais próximos da inspetoria. A inspetoria tipo uma guarita que existe dentro da própria cadeia, onde os inspetores permanecem ali 24 horas observando as galerias. Então, identificar os grupos, colocá-los mais próximos desses inspetores. Realizamos operações nesses horários, operações de surpresa, e pegamos muitos aparelhos. A visita a essas celas são algo de preocupação nossa,



porque já sabemos que vão visitar um determinado tipo de preso, que comete um certo tipo de delito. Então, esses têm sido os mecanismos que temos usados em algumas unidades. Onde o preso tem um perfil, vamos dizer, de maior periculosidade, a gente tem recursos de tecnologia — bloqueadores, raio X e uma série de outras medidas. No tocante àquele equipamento que se falou aqui de 1 milhão e 300 mil, na verdade, o gestor está sempre muito dividido: como aplicar e de que forma é melhor aplicar os seus recursos. Estávamos de verdade inaugurando um cinturão de segurança máxima, onde concentram as unidades Bangu I e Bangu II, que tem uma tecnologia de segurança máxima, e conversávamos com o Governador que achávamos que seria extremamente um despropósito se anunciar a inauguração de um cinturão de segurança máxima, onde não se buscasse tecnologia de ponta. E esse foi um trabalho extremamente estafante, para mim em particular, porque eu tive que pegar isso com o apoio da minha equipe, mas em alguns momentos extremamente só. Uma pesquisa junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear. É o primeiro equipamento que chega à América Latina, e aí, a despeito do que se pensa que, de repente, uma vala seria muito importante a gente não ter a céu aberto dentro do centro de Vicente Piragibe, que é uma área muito grande. Nem todos conhecem o presídio de Vicente Piragibe, e é uma área muito extensa, uma unidade que foi criada em 89, se não me engano, para 300 presos, hoje tem 1 mil e 400 presos, com uma infra-estrutura que não foi adequada a tudo aquilo que recebeu ali. Então o que nós imaginávamos é o seguinte: é um equipamento caro, que esse dinheiro poderia se fazer muita coisa. Mas tinha uma coisa que estava em jogo, que as pessoas cobram muito de nós. É a revista corporal. O custo de um constrangimento que as pessoas alegam quando vão visitar, para mim não tem preço. A vala pode ser até algo contornável. É uma visão ruim de quem vê — nós exoneramos até o diretor —, sobre alguns aspectos que chegaram ao meu conhecimento, porque as falhas que existem não são institucionais. Se alguém bota algum tipo de material numa cantina, que é *in natura*, que exige um preparo, está totalmente contra o Secretário e a política da Secretaria. Porque se eu deixo entrar arroz, eu pressuponho que tenha que ter sal, fogão, fósforo e umas panelas e uma série de coisas, e nós não apoiamos isso. Não é justificativa nossa dizer que a culpa é só não. De repente podemos ter alguma



parcela sim. Mas tem escrito, definido o que entra numa cantina. Outro aspecto sobre as cantinas, é que nós pegamos um sistema que não está bem ordenado. Existe mesmo, conforme a D. Vera falou, inspetores que têm o domínio dessas cantinas. Estamos há 1, eu estou há 1 ano na Secretaria. Estamos há 1 ano buscando o que fazer com cantinas. Por que tem uma dificuldade? A cantina é prevista na Lei de Execuções Penais. Está na lei que os presídios podem, sim, ter cantinas para vender determinados tipos de produtos, onde o Estado efetivamente não supre o preso, é facultado, pela Lei de Execuções Penais, que se tenha uma cantina dentro de uma unidade prisional para vender aquele produto efetivamente. Não esses supérfluos de arroz, nada disso. Mas é previsto isso. Mas existe uma gestão que ainda não está boa. Por quê? Porque a cantina, ela teria que ter 1 relógio de energia elétrica, para poder medir o consumo daquela cantina de aparelhos elétricos que são utilizados ali, teria que ter 1 hidrômetro para medir água e funcionar efetivamente como se fosse uma loja, uma lojinha. E, aí, essa lojinha, a gente está num processo licitatório, para que efetivamente pessoas — e aí nós não iremos respeitar efetivamente se serão inspetores, se não serão inspetores, mas pessoas que, entrando numa licitação, irão fazer a gestão dessas cantinas com regras claras, pagamentos claros, para que inclusive possa se gerar uma receita efetivamente para dentro da Secretaria, porque as cantinas não existem ainda efetivamente com uma pessoa jurídica e que possa gerar receita para aquela unidade prisional, de forma legal. Existe da forma informal. Então, estamos com um processo licitatório agora, porque conseguimos estabelecer regras junto à CEDAE, junto à companhia de energia elétrica. E como vamos fazer isso? Instalação de relógios, instalação de hidrômetros. E efetivamente, se fechar esse pacote, se faz uma licitação. O que acontece que são muitas coisas que têm que se fazer e é um sistema que realmente já vem há muito tempo. Eu sou questionado por pessoas, que já foram diretoras do DESIPE, fui questionado por pessoas que já foram diretoras do DESIPE, fui questionado por uma pessoa que foi diretora do DESIPE há alguns anos, que disse que a família do preso não tinha um abrigo para entrar no presídio. E quando chegamos lá, em 2005, construímos 12 abrigos. A Frei Caneca foi implodida, sequer tivesse sido feito um abrigo externo, as pessoas ficavam ali em barracas, nas ruas, de sexta para sábado, esperando a cadeia abrir de manhã cedo.



Hoje no nosso projeto de construção de cadeia, existe a previsão de um abrigo, um banheiro sanitário para visita aguardar até o momento que a cadeia seja aberta. E o nosso projeto é cubículo de celas individuais. Se nós vamos ter o problema do custo-benefício que vai ser caro, de repente o projeto vai ser negado, essa vai ser a nossa linha de ação. Eu gostaria, estou falando, se alguém quiser fazer perguntas aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Eu queria só pedir para o Secretário para que seja um pouco mais objetivo para que a gente possa ganhar tempo.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - E aproveitar também a oportunidade, que acho que o Secretário está tendo um momento único, até porque você está vendo aqui que nesta Comissão existem muitos Parlamentares do Rio de Janeiro. No caso aqui do Deputado Ayrton Xerez, Deputada Cida Diogo, eu, tem o Deputado Marcelo Itagiba, também do Rio de Janeiro, então é uma oportunidade muito grande da gente evoluir. A gente quer se colocar realmente à disposição do sistema penitenciário do Rio de Janeiro, através de sugestões, de projetos. Eu já colocar aqui também uma sugestão minha, mesmo como, fui estudante de Direito, ver a oportunidade de a gente conseguir mais parcerias, até mesmo com as faculdades. Você vê... Hoje os presos reclamam muito da questão do Judiciário, da Defensoria Pública, realmente, às vezes por que não abrir a oportunidade de estudantes de Direito estagiar dentro do sistema penitenciário, dando uma oportunidade para esses presos que não sabem como realmente... Muitos poderiam estar em sistema semi-aberto e às vezes continuam em sistema fechado. Então, são algumas sugestões que a gente pode realmente ...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Estamos buscando parcerias sob todos os aspectos, sob todos os segmentos. Na segunda-feira, nós inauguramos uma serralheria, que é um Projeto KK, que é uma reforma de uma imobiliária do Hospital Universitário Antonio Pedro, junto com a Universidade Federal Fluminense. E nessa conversa externei para eles a minha indignação de termos presos aprovados na UERJ e na Universidade Federal Fluminense, por 2 ou 3 vestibulares, e eles sequer poderem cursar essas faculdades porque estão no



regime fechado. E aí nós já estamos avançando para criar o primeiro núcleo de uma faculdade avançada federal, dentro do próprio sistema, de forma que esse preso que teve já duas ou três aprovações na universidade federal ou na universidade do Rio de Janeiro, que ele não pode estudar em função do regime. Então, eu creio que a nossa CPI aqui será a grande alavanca de sensibilizar a sociedade e até cobrar talvez de outros órgãos que o Secretário, por exemplo, de Administração Penitenciária tenha suas limitações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Aproveitar a oportunidade também e dizer que esta CPI não veio somente no Rio de Janeiro. Não tem objetivo nenhum de criticar o Governo. Pelo contrário. O Governo nos colocou de portas abertas. É o 19º Estado do Brasil que estamos acompanhando de frente, porque pretendemos realmente fazer um relatório final, apresentando leis e medidas que realmente possam vir a beneficiar, não a resolver, mas que pelo menos a longo prazo venha minimizar esse sistema que não é do Rio de Janeiro, mas sim do Brasil, que se encontra muito problemático e ineficaz.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Gostaria de falar sobre a quentinha. Já se falou sobre a refeição muito, e daqui a pouco estou fugindo daqui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, vai ter pergunta (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Deixa só abrir a oportunidade para os Deputados debaterem. Vou abrir para o Deputado Relator Domingos Dutra e, na seqüência, para os demais Deputados para poderem participar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, vou ser bem objetivo nas perguntas. Gostaria que o Secretário também fosse, para que a gente possa fazer o maior número de perguntas para esclarecer, inclusive vou fazer algumas e vou suspender para dar oportunidade para os demais colegas, principalmente para os cariocas. Mas antes, há aqui um pedido, a Comissão de Direitos Humanos aqui da Assembléia vai fazer uma audiência pública no dia 20 deste mês às 12h30 para discutir sobre o monitoramento eletrônico de presos, que



ontem a Câmara aprovou esse projeto. Portanto, está convidado. Peço ao Presidente que reforce.

Secretário, um dos problemas que a CPI tem encontrado é justamente falta de dados. Há um sistema, como disse o Presidente, relativo ao Vicente Piragibe, uma certa informalidade. Vou fazer pergunta bem objetiva sobre números. Porque nós entendemos que na medida em que o Estado não tem números, ele tem dificuldade de gerar políticas. Eu perguntaria para o senhor: qual é a população carcerária hoje do Rio de Janeiro?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Vinte e dois mil e setecentos e trinta e quatro presos, entre provisórios e sentenciados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Vinte e dois mil...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Vinte e dois mil e setecentos e trinta e quatro presos no sistema. Nas delegacias, eu acho que deve ser em torno de 4 mil — eu não gerencio esses presos. Todas aquelas imagens que tem ali, por exemplo do Pastor Marcos, não é nenhuma imagem do sistema. Todas são de delegacias carcerárias. É bom que a gente defina bem que aquelas imagens não são do sistema, não temos nada parecido com aquilo ali. Em termos de superlotação, nada disso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - As carceragens estão sob a jurisdição da Secretaria de Segurança?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não são nossas. São da Secretaria de Segurança.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, ao todo, são mais ou menos 26 mil presos hoje, no Estado?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - A Secretaria de Segurança deve ter em torno de 3 mil a 4 mil presos provisórios. Também tem alguns sentenciados que a gente está aguardando a vinda. Nós disponibilizamos em média 290 vagas semanais para esse remanejamento. Então, deve estar em torno de uns 27, 28 mil presos hoje dentro do Estado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor sabe quantos mil mandatos de prisão existem no Rio a cumprir?



O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Olha, não é área afeita a mim, mas eu acho que em torno de 40 mil, 50 mil. É o que eu tenho tido de informação. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem mais mandados na rua do que presos hoje?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Com certeza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quase o dobro?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Até porque também podemos ter que checar. De repente, as informações não são cruzadas, podemos ter até mandado de alguém que já está preso. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. Relator, o senhor me permite só uma pergunta, aproveitando essa seqüência que V.Exa. já fez para o Secretário...

Secretário, o senhor acredita que se a Secretaria de Administração Penitenciária assumisse os presos que estão em delegacias, o senhor resolveria o problema da superlotação nas delegacias?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - O projeto que existe do Governo do Estado — já vem do outro governante —, o projeto de Delegacias Legais, que tem trazido até um certo problema para o sistema hoje, é um projeto conjugado: construção de delegacia legal, sem o xadrez. Conseqüentemente, quando se fosse fazer uma obra de delegacia legal, teríamos que estar realizando uma obra de uma casa de custódia, inclusive um termo incorreto que não existe na Lei de Execuções Penais, o que existe é cadeia pública, que é para o preso provisório. Em havendo a construção dessas unidades e a disponibilização dessas vagas, nós administramos tranqüilamente os presos de todo o Estado. Não existe nenhuma dificuldade, a não ser em termos de instalações físicas, de inspetores — isso criará uma demanda, já vem criando uma certa demanda desde o início desse projeto Delegacia Legal, que foi a desativação desses xadrezes. Então, da nossa parte as dificuldades são simplesmente materiais, materiais e de recursos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas isso está perto de acontecer ou vai demorar muito tempo ainda?



O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Bom, nós estivemos com o Governador na segunda-feira, e existem 3 casas de custódia que iniciaram as obras dentro desse projeto e que foram interrompidas na transição do Governo e que devem retornar agora às construções. Tem mais uma casa de custódia objeto de um convênio com o Tribunal de Justiça, que está para ser construída em Resende. E, dentro daquilo que eu falei sobre os Prefeitos, o Tribunal de Justiça tem sofrido uma certa resistência local, administrativa, burocrática na construção dessa, embora com disponibilidade até de verba — em Resende.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor acredita em quanto tempo é possível dar uma resposta então para a comunidade carioca a respeito dos presos que hoje estão na carceragem? Daqui a 1 ano, 2 anos é possível resolver esse problema?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Olha, eu posso dizer quanto tempo leva a construção de uma casa de custódia com dinheiro: 6 meses. Se nós construirmos... Hoje, teoricamente, com 4 mil presos, uma unidade com 500 presos, nós teríamos que construir pelo menos, aí, 8 casas de custódia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o Governo está determinado a construir?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - O Governo está determinado a construir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu perguntaria ao senhor: tem algum órgão do Estado que centraliza todos os mandados de prisão?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - A Vara de Execuções Penais e a POLINTER têm essa concentração. Eu não tenho porque eu não sou responsável por busca e prisão de presos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor sabe se tem alguma política do Estado para fazer cumprir esses mandados ou o Estado sabe que tem os mandados e não gera nenhum tipo de...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu não posso responder pela Secretaria de Segurança Pública. Eu posso responder pela Secretaria de Administração Penitenciária.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A gente pode confirmar, portanto, que o perigo na segurança pública não está dentro dos presídios somente. Está fora, porque tem mais da...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - O que nós podemos dizer é que a sociedade às vezes confunde algumas coisas. Falou-se aqui em transferência de preso para Catanduva, como se o sistema não fosse seguro. O sistema é seguro. É que os presos andaram. Esses presos que foram para Catanduva, que nós transferimos no início da nossa gestão, eles divulgavam que ninguém teria coragem de tirá-los daqui. A saída deles foi extremamente emblemática para provar que o Poder Público bota o preso onde ele acha que é mais conveniente, sob o aspecto de recursos, de tecnologia, do que for. Sempre se buscou alguma coisa para que o preso perigoso estivesse seguro no lugar. No passado, usavam-se condições geográficas. Ilha Grande foi emblematicamente a cadeia mais segura, porque viviam numa ilha e se preconizava que viviam tubarões à sua volta. Catanduva é a distância do Município do Rio de Janeiro, ou do Estado do Rio de Janeiro, a distância que eles têm para poder manter os seus laços com as suas facções.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é o custo do preso, hoje, aqui no Estado do Rio?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Está em torno de mil reais. A gente pega o orçamento mais ou menos de 223 milhões e divide por 23 mil. Engloba-se tudo: pagamento de inspetores, pagamento de água, de luz... Então, essa é conta mais simples. Mas a gente tem coisas mais detalhadas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Esse valor é uniforme em todos os estabelecimentos ou tem diferença de um para o outro?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não, não. O Estado disponibiliza 223 milhões para se gastar com o preso. Nós dividimos a população carcerária por esse montante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Isso é só custeio ou é investimento também?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Isso engloba custeio e investimento.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é o custo da alimentação *per capita* do preso?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - O desjejum, que é um café da manhã, em torno de 90 centavos; o almoço e o jantar, 4 reais e 93 centavos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Cada refeição?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Cada refeição. Num total de 10 reais e 50 centavos ao dia. Gostaria de acrescentar só... Porque foi falado muito aqui sobre o restaurante popular. O restaurante popular é um projeto governamental, porque, efetivamente, quem paga 1 real não está pagando a alimentação. Aquilo ali é puro simbolismo. Mas o Governo do Estado entra com 5 reais ou 6 reais por alimentação que o cidadão paga 1 real. Então, essa alimentação sai por 7 reais, talvez, para os cofres do Governo Público, que ele, emblematicamente, diz que custa 1 real. É impossível alguém servir alguma refeição por 1 real.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - No bandeirão, o senhor acha que é mais ou menos de 5 a 6?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu acho que é de 6 a 7. Eu não tenho bem certeza, não. A alimentação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas nós temos muitos restaurantes no Brasil em que o pessoal come, fala até que come livre, de 3,99, 4,99...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Aí é quilo, não é? É quilo, é gramagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, come livre. Você paga 3,99 e come o tanto que quiser.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Olha, eu não conheço, sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu conheço vários.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Deputado, me dê o endereço. A gente vai mudar o presídio para lá. (*Riso.*)



O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Eu queria dar um depoimento aqui, neste momento, sobre essa matéria “alimentação”. Qualquer um dos senhores que for à Câmara dos Deputados em Brasília... Lá existem 2 ou 3 bandejões abertos a Deputados, Senadores e usuários de maneira geral. Consegue-se almoçar, dependendo da fome, com 3 reais, 3 reais e 50 centavos, 4 reais. A Deputada Cida Diogo certamente... Isso não é benesse, não é subsidiado, não é... Eu reconheço, o Secretário tem razão, que alimentação a 1 real é uma alimentação subsidiada... Agora, vejo...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Claro. Isso é informação real, não é factóide que eu estou criando aqui, não. Eu não vou sair daqui e, amanhã, o senhor vir me provar que custa efetivamente 1 real. Eu tenho uma responsabilidade de Secretário de Estado. Estou dizendo que tem 1 real e mais o que o Governo entra como política social.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Eu acho que V.Sa. está dando uma informação muito correta sobre essa inteligente comparação que o Presidente Neucimar Fraga fez entre as quentinhas dos presídios e os bandejões populares. Acho que V.Sa. traz uma informação muito oportuna. Eu apenas quero dizer — e acho que tenho o apoio dos meus colegas Parlamentares — que em Brasília, em restaurantes absolutamente normais, tranquilos, no interior da Câmara, sem subsídio nenhum, porque aquele que é o locatário cobra e paga depois à administração da Câmara dos Deputados, almoça-se normalmente por 4 reais — e muito bem, diz a Deputada Jusmari, aqui ao meu lado. Então, acho que isso é importante...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Deputado Ayrton, nós trouxemos algumas quentinhas do jantar, do jantar de ontem. Aqui tem um pouco de macaxeira, aipim — está vendo aqui? —, um pedaço de peixe, um pouquinho de feijão em baixo e arroz. Eu acho que isso aqui por 4... quase 5 reais é algo extremamente estranho. E nós pegamos... No jantar, aliás, no almoço, era mais simples ainda. Era um pouco de carne e um pouco de beterraba. Ou seja, é muito complicado, porque, se o Estado está servindo no bandejão a 1 real, mesmo que haja subsídio... Na Câmara, todos nós comemos naquele restaurante com 3. E aqui nós temos o valor de 5 reais.



Por isso é que nós vamos pedir... Nós queremos entender por que o preso custa tanto: 1.200 reais, 1.500; e aqui mil. Porque estes itens alimentação, luz e água... Nós achamos que é um item em que não conseguimos absolver esse custo. E essa é alimentação básica, que nós vimos no DP 52, no DP 51. Eu perguntaria para o Secretário...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu não sei se essa alimentação aí que o senhor está falando, 52, 53, eu não sei se foi a de Vicente Piragibe, em termos... que é outra situação. Acho até que a quentinha celebrada por algumas Secretarias tem valores diferentes dos da CEAP. Acho que os senhores poderiam pesquisar também, se assim desejarem. Dentro de tudo que a gente tem observado, nós estamos para fazer uma licitação que... A vigência dessa licitação de alimentação vem desde 2006. Ela foi celebrada em 2006, com vigência em 2007 e 2008. Junho agora acaba. A nossa análise, dentro do que nós observamos do edital, é que nós vamos fazer algumas coisas mais. Vamos ter, dentro de uma unidade prisional, por exemplo, balança para que o gestor possa ver a gramagem da alimentação. É divulgado o cardápio. Se alguém permite que uma determinada alimentação seja servida diferente do que foi celebrada no edital, não é institucional isso. Acredito que, eventualmente, possam existir alterações de cardápio. Isso acontece em todos os lugares. Eu sou coronel da Polícia Militar e, quando existe alguma dificuldade de um gênero ser recebido no batalhão, existe um cardápio alternativo, mas também comunicado. O que eu acho importante é que a gente busque o que tem de erro institucional e o que é erro casual por alguém que administre algum lugar, não é? Eu soube que os senhores pegaram, por exemplo, um preso que estava colostomizado com uma bolsa plástica. No mesmo momento em que nós soubemos disso, nós encaminhamos o preso ao hospital. No hospital tinha bolsa plástica. Agora... A bolsa colostomizada. O problema nosso é que a gente tinha que ter visto se o médico, efetivamente, quando fez a cirurgia no paciente, estabeleceu que tinha que ser instalada uma bolsa para ele ser colostomizado. Automaticamente esse médico deveria ter feito uma previsão de que esse paciente tinha que receber, na cadeia, 2 ou 3 bolsas. E aí é que eu falo que a coisa institucional é diferente do trato de determinados profissionais e repercute, em última análise, no Secretário. Logicamente, não estou me eximindo de



responsabilidade. Mas é bom que a gente busque coisas, falhas institucionais, para a gente fazer correções. O que é pontual, a gente tem até nossa Corregedoria para buscar isso. Nós temos uma corregedoria, nós temos uma coordenação de inteligência que faz trabalhos excelentes. Então, eu acho que aí a gente deve diferenciar algumas coisas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, solicito que a Comissão requeira a... sobre todas as empresas que servem alimentação para o Estado e o processo de escolha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então nós vamos determinar à Secretaria da Comissão que encaminhe um ofício à Secretaria, mas já o fazemos de pronto, solicitando a cópia dos contratos de todas as empresas que prestam serviços à Secretaria Penitenciária, como fornecimento de material e outros serviços, e também da alimentação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu perguntaria... Vou fazer só umas 4 perguntas, de tantas, para dar oportunidade aos colegas. Eu perguntaria ao Secretário quantas escoltas foram feitas no ano passado, tanto para o Judiciário quanto para a Saúde, quantas não atingiram seus objetivos, e se tem noção de custos.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Bom, eu não sei se...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não, Deputado...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Antes da resposta do Secretário, só para complementar.

Como existem 2 Secretarias que cuidam de preso, uma específica e uma por ser de segurança e tem seus 4 ou 5 mil presos, seria interessante também requerer o contrato da Secretaria de Segurança dos presos provisórios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Segurança. Então, determinamos à Secretaria da Comissão que possa solicitar também à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro cópia dos contratos assinados entre a Secretaria e as empresas que prestam serviço na Secretaria de Segurança, inclusive os contratos que rezam sobre o fornecimento de alimentação, tanto para a



Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, quanto a Secretaria Penitenciária.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - O senhor falou sobre escoltas. Não sei se o senhor sabe como é que é essa movimentação e o volume. O que eu posso dizer é que existem, em média, de 5.500 a 6 mil movimentações por mês de presos. O que é que isso engloba? Engloba apresentação em tribunais, transferências, atendimento médico, emergências médicas, visita íntima. Não sei se os senhores sabem, mas os nossos presos têm direito à visita íntima. Então, se a mulher dele está presa em determinado local, ela é removida às sextas-feiras para o local do marido, para terem essa convivência íntima. O que eu posso lhe dizer é que, a nível de apresentação no Judiciário, a gente tem, via de regra, que não se cumpre, em torno de 10%. Por que não cumprimos esses 10%? Porque nós recebemos uma carga de demanda de apresentações que nós já propusemos ao Tribunal de Justiça que tivéssemos uma pauta *on line*, onde eu pudesse estabelecer a disponibilidade minha de recursos e que efetivamente não fosse escalado. Se eu tenho conhecimento de que eu não vou cumprir 10% todo o mês, acho meio desnecessário se insistir nesses 100%. É melhor que escalasse 90, e eu atenderia 100%. Mas não houve esse entendimento no tribunal. Continuamos recebendo alguns tipos de solicitações, e o que nós fazemos é elencar aquelas que sejam mais importantes, como um julgamento. E nós mesmos acabamos tendo que preterir alguns atos, porque também nós poderíamos ter alguns atos celebrados dentro do próprio complexo. Nós temos uma sala de audiências montada, por sinal muito bem montada, onde não realizamos audiências. Nós temos possibilidade de fazer a videoconferência, que esbarra sobre aspecto legal, ainda, que tem que se mexer na lei. Isso tudo traria muito menos custo do que traz para o Estado, se pudesse ser realizado assim. Porque é muito mais do que esses custos a que eu acho que o senhor está se referindo aí: seria viatura, seria o inspetor. Eu acho que tem um custo social embutido nisso, que é muito mais grave. Quando nós vamos transportar um preso de Bangu 1 para o Fórum do Rio de Janeiro, vem todo um aparato — que tem que ser assim — de policiais do BOPE, policiais da PM, com fuzis, inspetores penitenciários, e que por onde eles passam, esse comboio passa, traz uma insegurança muito grande ao homem de bem que está livre. Eu acho que esse custo



social ainda é o mais alto. Eu olho sempre pelo custo social, do que esse custo fácil de cálculos de matemática. Eu acho que esse é o mais alto. E nós poderíamos ter um minifórum dentro do presídio, onde efetivamente o preso poderia ter alguns atos mais simples sendo celebrados lá dentro do presídio. Nós temos um presídio com quase 15 mil presos, um complexo penitenciário, talvez um dos maiores, acho até do mundo. Temos uma miniprefeitura lá dentro, para dar manutenção a esse presídio. Temos uma infra-estrutura de um Grupamento de Intervenção Tática para pronto emprego. Então, o Complexo de Gericinó é uma cidade que deveria ter uma gestão realmente plena de todos os seguimentos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Farei só a última pergunta. Perguntaria: quantos celulares foram apreendidos nos estabelecimentos só no ano passado e neste ano?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu vou ter consultar. Números, eu não sei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas é bastante?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - É um número considerável, sim.

Bastante e pouco é a questão de cada um, não é? Bastante, pouco, muito, eu não sei, mas é um número considerável, em se tratando de estar dentro de um presídio. Talvez 10 celulares dentro de um determinado presídio sejam muito. Dez celulares, se tivesse, como aconteceu em Bangu1, que tem 30 presos, seriam muito. Dez celulares numa cadeia de 1.400 presos, num período de 1 mês, talvez já não seja tão muito quanto... É algo que não pode ser encarado como normal, e nós fazemos sempre operações nesse sentido.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu tenho mais outras perguntas, mas eu paro por aqui para permitir aos colegas. Depois eu retorno, caso as perguntas que eu tenha não tenham sido formuladas pelos demais Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputada Cida Diogo, com a palavra.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Eu queria só, Sr. Presidente, além do requerimento que foi orientado para serem solicitadas à Secretaria de Segurança



essas informações sobre a questão das quentinhas... Eu acho que nós estamos tentando agora... Porque nós vamos identificar, só ontem, durante a diligência, essa realidade de que quem é responsável aqui no Estado pelas carceragens é a POLINTER. Então, seria importante se nós conseguíssemos, porque não houve convocação de ninguém da POLINTER para prestar esclarecimentos. Nós estamos tentando, a Secretaria da CPI em Brasília está tentando fazer um contato. Se o Secretário pudesse tentar fazer um contato com o Secretário de Segurança para que pudesse encaminhar alguém, pelo menos para vir aqui ainda, agora, ao longo desta audiência, poder prestar esses esclarecimentos. Eu acho que seria muito importante para a CPI se pudéssemos ajudar, contatando com o Secretário, e pudéssemos viabilizar. Eu acho que é muito importante a gente sair daqui com informações mais precisas sobre a situação das carceragens. Realmente, nós fomos e percebemos ontem que são administrações completamente diferenciadas e que a gente precisaria ter mais informações sobre as carceragens.

Especificamente sobre a questão dos presídios, direcionado ao Secretário. Ontem, nós encontramos no presídio Vicente Piragibe situações como uma determinada cela... E aí me estranhou muito a lógica que foi colocada pelos próprios detentos de que, por conta de eles serem evangélicos, eles estavam numa cela diferenciada e melhor cuidada. Segundo eles, por conta deles próprios, que tem mais zelo, mais preocupação com higiene. Eu não consigo entender o que isso de fato tem. Não consigo entender que a diferença seja das pessoas. Porque, ao mesmo tempo, uma outra cela, que não depende do preso, estava com uma enorme infiltração. Porque aí não é o preso que tem ir lá cuidar do telhado e evitar que fique pingando. Eles improvisaram nesta mesma cela um plástico, fizeram meio que uma calha, eles próprios, uma calha no local da infiltração, com um plástico que arrumaram lá, para poder evitar que aquela infiltração fique pingando nas camas desses presos.

Então, para mim, eu achei muito estranho aquilo que eu identifiquei no presídio. Então, eu acho que é uma questão — só deixa eu concluir, depois o senhor responde... Uma coisa para mim que me chamou muito atenção, as celas realmente... Uma coisa que assim... Todas as vezes que a gente entra, a gente se assusta com isso. Por mais que não tenha superlotação, como a gente já encontrou



em outros presídios, mas a condição de vida humana dentro daquela cela, aquilo é subumano, não é humano. Então, é uma questão que nos preocupa muito.

O senhor coloca a defesa de que não haja celas coletivas. Lá as celas são cerca de 35 a 40 pessoas.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Beliches, camas-beliches.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - São beliches, isso.

Agora, o espaço físico que tem ali dentro já daria para ter construído outras celas que pudessem não ter individual, mas pelo menos reduzido o número de presos por cela. Por que isso não aconteceu? Falta de recurso? Uma primeira coisa.

Dentro desse mesmo presídio, a questão da cantina. E o nosso Relator lá fez questão — eu o ajudei, eu dei o dinheiro na hora —, ele fez questão de comprar 1 quilo arroz na cantina, 1 litro de óleo, onde nós assistimos ao absurdo de 1 quilo de arroz a 3 reais e 1 litro de óleo a 4,50. E coisas desse nível, ali dentro do presídio.

E no presídio a gente identificou que quem explora essa cantina é agente penitenciário. E a informação é de que isso é meio que uma norma: todos os presídios, os mais de 20 presídios que tem naquele complexo, têm uma cantina, e essa cantina é explorada por algum agente penitenciário. Normalmente, o perfil, ele já é aposentado, mas não é o critério. O critério é ser agente penitenciário. Então, o que existe de concreto nisso? Eu acho que isso está refletindo situações de vários presídios que agente encontrou em outros Estados, que para mim fere a lei e avilta o direito dessas pessoas que estão ali se vendo obrigadas a pagar muito mais caro do que nós, aqui fora. Nós, que estamos aqui fora, pagamos menos por esses produtos alimentícios do que eles.

A questão da refeição, como foi colocada. A maioria dos presos, nesse presídio específico, colocou que a alimentação, eles acabam sendo obrigados a recusar e tendo que procurar comprar para comer alguma coisa melhor pela qualidade e que, muitas vezes, essa alimentação já vem azeda. Eles não conseguem nem ingerir essa alimentação.

Nesse mesmo presídio. Eu estou me focando mais em presídio, porque a gravidade para mim é na carceragem.



O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - É que esse realmente é um dos piores presídios, e V.Exa. deve ter ido acertadamente lá pelas informações que detinha. Porque nós temos excelentes presídios que poderiam ser vistos também.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Só para complementar, a questão das valas negras, que é um negócio... Eu não consigo conceber o que de fato impede financeiramente de viabilizar com que aquelas valas negras sejam canalizadas. Entendeu? Elas estão abertas, o lixo jogado ali. Quer dizer, o que impede, de fato, garantir que aquele lixo seja removido e não fique ali urubu posando dentro do presídio, mosca, rato, tudo ali dentro. Então, é uma coisa realmente apavorante a condição dentro desse presídio.

Lá também foi informado a questão do uniforme. O senhor colocou que a VEP estabelece e defende que haja uma questão nacional, meio que uma uniformização do uniforme, o que eu acho que está correto. Mas lá foi dito o seguinte: o uniforme é fornecido só para quem trabalha. Os presos que não trabalham não recebem uniforme. Então, por que esse critério? O que leva a ter esse critério diferenciado para quem recebe uniforme e para quem não recebe uniforme?

Uma coisa que me preocupou também, nesse mesmo presídio... É uma soma de problemas. A Fundação Santa Cabrini, e eu vi até o vídeo ali que parece que foi financiado por ela. Essa Fundação Santa Cabrini é uma fundação pública, de direito público. A princípio é para atender aos presos, garantir a eles a oportunidade de trabalho, mas que na minha avaliação também ali está se trabalhando com presos diferenciados, classes de presos trabalhadores. Alguns presos têm salário fixos mensal, outros presos recebem por produção e outros presos nem recebem, só a remissão. É só a remissão de pena, e eles têm que se dar satisfeitos por isso. Por que essa diferenciação de tratamento com o preso na relação inclusive de trabalho? A VEP é clara, ela estabelece norma, e aí se estabelece uma relação diferenciada com tipos de presos. Também eu não consegui entender como que isso funciona. Como é que é essa relação da Santa Cabrini com os presídios? O que é? É um convênio? É uma relação direta? Eu também não consegui entender muito. Tem alguns funcionários da Santa Cabrini que estão prestando serviço lá dentro, são da



própria Fundação, e que coordenam esse conjunto de presos que prestam serviços à Santa Cabrini. Como isso funciona?

E, por último, uma coisa que para mim é muito cara — eu estou como Sub-Relatora do Sistema Prisional Feminino, na CPI —, eu gostaria de saber do senhor se nós poderíamos, aqui no Estado do Rio, por ser uma população muito menor, tanto a que está na carceragem quanto a que está no próprio Sistema Prisional, se teríamos condição de avançar num prazo mais curto, numa solução mais rápida para a situação das nossas mulheres encarceradas no Estado do Rio. Buscamos, por exemplo, garantir com que essas casas de custódias femininas, a gente pudesse viabilizar um estudo rápido. Qual é o custo de uma casa de custódia?

Não tenho idéia. Gostaria que o senhor, se pudesse nos passar, para que nós estabelecêssemos o seguinte: vamos tirar essas mulheres das carceragens.

Visitamos a carceragem feminina de Mesquita. Aquilo é um escândalo. É uma situação, para mim, enquanto mulher, absurda, aquelas mulheres estarem ali. Cento e doze mulheres estavam ontem encarceradas num espaço que, se forem colocadas 30 mulheres, já é um espaço que está excedendo a realidade de garantir minimamente dignidade àquelas mulheres.

Se teríamos condição de, rapidamente, trabalhar na perspectiva de, no Estado do Rio, a gente trabalhar isso até como modelo de buscar viabilizar, o mais rápido possível, uma solução que vá desde a construção de casa de custódia, para que essas mulheres fiquem custodiadas até serem julgadas... Viabilizar, rapidamente, uma parceria com a Defensoria Pública e com o Judiciário Estadual a possibilidade de essas mulheres serem julgadas mais rapidamente, definir a sentença e viabilizar no sistema prisional uma condição de elas serem absorvidas pelo sistema, serem potencializadas na perspectiva de se ressocializar, apreender uma profissão. Se haveria condição, se o senhor acha que há essa possibilidade de, no Estado do Rio, podermos trabalhar com essas nossas mulheres uma espécie de modelo para o sistema e podermos avançar mais rapidamente numa solução para essa situação das nossas mulheres encarceradas no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.K. Eu queria só, Secretário, para agilizar, como outras perguntas que poderão ser feitas quase na mesma direção, queria pedir a pelo menos a mais um Parlamentar que faça as



perguntas também ao Secretário, para que ele pudesse responder em bloco pelo menos de 2.

Ayrton Xerez. Depois, Jusmari e Tenório.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Vou esquecer o que a nossa Deputada falou aí, porque ela falou muita coisa. Vai ter que repetir.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Não anotou, não, Secretário?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Oi?

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Não anotou?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não, tentei. Pensei que seria pouco, mas como foi um discurso longo...

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Secretário, quero lhe dizer o seguinte: eu não o conhecia pessoalmente, mas devo dizer que as informações que tenho lido, ouvido a respeito da SEAP têm sido muito positivas, muito favoráveis, a despeito dos problemas imensos com que V.Sa. se defronta.

Esta nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, tão bem presidida pelo Deputado Neucimar Fraga e que tem como Relator o eminente Deputado Domingos Dutra, junto com os Parlamentares que aqui estão, senhoras e senhores, ela não é uma Comissão de Direitos Humanos, ela não tem como objetivo ficar defendendo preso, perguntando se o preso está com dor de barriga, se a titia foi lá. Não é. Porque pode parecer, pode parecer. Não é esse o objetivo desta CPI. É que, no trato com o problema carcerário, nós temos nos deparado com cenas absolutamente medievais. E aí não dá para tratar desse assunto sem emoção, sem coração, porque somos seres humanos e temos que tratar esses encarcerados, mulheres, homens, com complacência, com dignidade, com um sentido humanitário.

E nesse particular, esta CPI, composta por gente do PT, do Democratas, do PSDB, do PSC, de todos os partidos, dos comunistas, até os direitistas, nós todos temos uma ideologia única: procurar colaborar com a melhoria do sistema carcerário. Esse é o objetivo.

E aí, Presidente, também me congratulo com V.Exa., porque vejo aqui uma grande relação de depoentes, 12 depoentes, que certamente muito contribuirão e, de certa forma, também já devem estar compreendendo o espírito da coisa e vão levar subsídios importantes para suas respectivas atribuições.



Temos também que considerar que nenhum de nós é eterno. Nossas funções, nossos cargos, são todos temporários. Seremos substituídos no futuro, mas precisamos deixar alguma contribuição para que a situação da nossa sociedade melhore.

O Sr. Juiz da Vara de Execuções Penais está aqui? É difícil o contato com o Poder Judiciário, meu caro Secretário, aqui, nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Ele deve ter alguma agenda, talvez, importante.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - E não pôde comparecer...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não posso me manifestar sobre isso.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Mas V.Sa., no seu dia-a-dia, tem contato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) – Só quero informar, Deputado Ayrton Xerez...

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...desculpe-me interrompê-lo. Solicitamos ao Tribunal de Justiça que designasse um Juiz para falar à CPI, em nome da Vara de Execução Penal. O Desembargador nos mandou ofício dizendo que esse assunto relacionado ao sistema penitenciário deveria ser tratado diretamente com o Executivo. Pedimos reconsideração da resposta. Como não foi atendida, vamos convocar agora o Juiz para depor na CPI. Então, vai ser uma convocação e não mais um convite. Então, ele será convocado para depor na CPI, não mais aqui, agora lá em Brasília, assim que marcarmos a data.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Excelente! Excelente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Porque a CPI tem poder de convocação, e vamos convocá-lo para depor.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Arranja logo um problema com o Poder Judiciário. É o melhor caminho. E V.Exa. tem dificuldades nesse relacionamento com o Poder Judiciário, Coronel?



O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO – Não se trata de dificuldade. O Poder Judiciário é muito ritualista. Então, por exemplo, quando a gente tem uma sala pronta dentro do complexo penitenciário para audiência e a gente não consegue realizar, a despeito de toda uma infra-estrutura, a alegação é sempre algum aspecto de tradição da instituição, essas coisas. Não chega a ser dificuldade, porque o próprio Presidente do Tribunal foi parceiro nosso na inauguração desse cinturão de segurança, onde houve um convênio com cessão de verbas. E vamos construir uma creche...

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - E com Juízes de Execuções Penais? É mais fácil? É mais direto?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - É bem mais fácil.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - É mais fácil? É um contato direto?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - É mais fácil. É.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Com os Juízes da Vara de Execuções Penais.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Principalmente o atual tem sido bem solícito às nossas... Não só ele como o representante do Ministério Público nas Execuções Penais, que está aqui, o nosso Promotor.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - O Promotor. Como é seu nome, Promotor? O senhor é...

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Eu sou Coordenador da Área de Execuções Penais do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Do Ministério Público.

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Isso.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Execuções Penais. E temos um Defensor Público também, Dr. Eduardo Quintanilha.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA - Eduardo Quintanilha, Coordenador do Núcleo do Sistema Penitenciário.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Muito bem. Muito obrigado também pela presença de V.Sas., muito importante para nós aqui.

Qual é o orçamento da sua Secretaria, Secretário?



O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - O ano passado foi 223 milhões.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Duzentos e vinte e três milhões de reais?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Certo.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Mas incluindo pagamento de salários?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Só alimentação ela consome 80% quase desse orçamento.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Cento e sessenta milhões...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Mais ou menos.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - ...de alimentação?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Mais ou menos.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - É. Eu confesso que não vim aqui falar de “quentinha”, obviamente, mas já que pesa tanto no orçamento, certamente...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Essa parte que existe de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vai responder. Já informamos que depois das perguntas do Deputado Ayrton Xerez, o Secretário vai responder. Pode deixar para responder depois. Registre as perguntas, e S.Sa. responde tudo depois.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Então, vamos registrar. Eu queria que V.Sa. nos dissesse se os seus agentes policiais são policiais ou são terceirizados. Se são, enfim... O que houve o DESIPE? O DESIPE se transformou em quê? Acho que era importante termos essa informação. E, também, para deixar minha contribuição, Sr. Presidente, senhoras e senhores, quero dizer que na vida a gente está sempre aprendendo. E eu aprendi, no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito — e aí temos a presença do Dr. Natanael ali na fundo da sala, um engenheiro — que há um conceito no sistema penitenciário que é o conceito da arquitetura prisional. Se temos um bom prédio, como eu vi lá no Espírito Santo, terra do Presidente Neucimar Fraga... E visitei uma cadeia, regime fechado, para 400 detentos, que custou 10 milhões e 800 mil reais — podem anotar, se quiserem, para depois fazerem suas contas —, comportando 400 pessoas, que era comandada por 6 pessoas. Da sala



dos computadores; o abrir e fechar de portas, o controle e a segurança era todo monitorado de uma sala. Eu não quero dizer que isso não existe aqui, no Rio de Janeiro — certamente existe. Mas o que eu quero dizer a todos vocês é que, enquanto nós continuarmos com “cadeiões”, casas de custódia, que sequer são abrigadas pela LEP, carceragens de POLINTER, nós não teremos um sistema prisional adequado nesta cidade, neste Estado. Não teremos. E mais: queria dizer a V.Exas. que o Ministro da Justiça Tarso Genro asseverou ao Presidente da CPI, ao Relator Domingos Dutra e aos Srs. Parlamentares aqui presentes que o Ministério da Justiça dispõe de 1 bilhão — bilhão, com “b” de bola — e 200 milhões de reais descontingenciados para serem aplicados neste exercício de 2008. E S.Exa., o Ministro, teme perder esse dinheiro, não conseguir aplicar esse dinheiro, por falta de projetos, de idéias. Então, Secretário, eu sei das dificuldades orçamentárias. Até me surpreende o valor bastante elevado da pasta que V.Exa. dirige, mas sei que é muito direcionado para as questões de alimentação.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Pagamento de inspetores e outras coisas.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Eu também já fui Secretário de Estado, aqui neste mesmo Estado, e eu ia buscar os meus recursos — porque eles também inexistiam no cofre fazendário — na União. Então, a União dispõe de dinheiro. Acho que impõe a todos nós, como cariocas, como fluminenses, que nós busquemos esses recursos, porque vale a pena insistir e melhorar o sistema carcerário do nosso Estado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradeço ao Deputado Ayrton Xerez.

Com a palavra o Secretário, para responder a algumas das perguntas. O Secretário terá 10 minutos para responder a essas perguntas, de forma bem sucinta, antes de outros Parlamentares fazerem uso da palavra novamente.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Bom, primeiramente, sobre a questão dos evangélicos. Culturalmente, o sistema tem — não sei de quando data isso, mas, com certeza, há muito tempo — presos evangélicos, que são colocados não só em celas específicas, como também nas celas mais



vulneráveis do sistema. Então, aquelas celas que estão próximas do muro, onde existe uma certa fragilidade, é onde o sistema entende que aqueles presos têm esse tipo de perfil. No meu entendimento, onde não estão os evangélicos, estão todas as outras religiões: católicos e qualquer uma outra. Eu não vejo como estabelecer distinção assim. Existem comportamentos diferenciados? Existem: vestem-se diferente, têm ritos diferente, cantam muito alto, dançam muito, usam roupas... é comum se ver preso evangélico de manga comprida e descalço. Quando ele não tem sapato, está com camisa de manga comprida, se tiver. Então, sob esse aspecto de comportamento de quem adotou um tipo de religião, eu não tenho como interferir. O que eu sei é que, talvez, fosse complicado alguém que gosta de cantar em qualquer horário do dia que quisesse cantar dentro de uma cela onde, efetivamente, tenha até pessoas, vamos dizer, do tipo ateu. Nós estaremos tendo até um conflito de opção religiosa. Isso é algo que vem há muito tempo. A pastoral penal já me consultou sobre isso, a D. Vera já conversou comigo sobre isso, e eu não vejo como um grande problema. Acho que existe uma coincidência, sim, de que as celas deles têm tratamento diferente por eles, porque não existe destinação de verba separada para cela "a" ou "b". É comportamental. Então... E é por isso que eu falei, no início da minha fala aqui, que as celas individuais provocam isso. Se eu tenho hábitos de higiene e estou numa cela individual — e vi isso na Frei Caneca: tinha cela que era encerada; tinha cela que caía aos pedaços. Era a mesma administração. Mas o preso pedia para a família, de repente, trazer uma cera para encerar o piso dele. Então, eu vejo isso. No tocante aos evangélicos, é algo cultural. Não vejo como um problema a ser atacado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Secretário, só para ajudar nessa contribuição. Lá, especificamente, neste pavilhão onde foram encontradas essas celas... que é...

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Vicente Piragibe.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Vicente Piragibe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vicente Piragibe. Eu pergunto ao senhor: lá, quem define quais os presos que vão estar na cela é a direção do presídio, ou cada preso se identifica na cela onde ele tem o grupamento melhor?



O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não. Isso foi algo que nós começamos a implantar com maior rigidez. Hoje, as celas têm as comarcas, as camas numeradas, e na nossa parte de informática, na ficha do preso ou na ficha do diretor do presídio, tem a locação daquele preso ali. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) – Então, o preso não pode mais mudar mais de cela? Só com autorização da direção?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não, porque... Como é que o senhor poderia responsabilizar, se acontecesse um homicídio em determinado ambiente onde o preso... Nós não teríamos o controle de quem dormiu naquele dia, de quem estaria confinado naquele dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Aquelas portas ficam fechadas à noite, naqueles pavilhões?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Ficam fechadas. Ficam fechadas. E há um entendimento diferente que o semi-aberto tem — como têm vários entendimentos diferentes. O semi-aberto não é diferente do fechado, em termos de rotina. Eles têm horário de banho de sol, têm que ter, mas culturalmente o preso do semi-aberto acha que tem que ficar solto o dia inteiro. Isso já vem de muitos anos, porque ele conseguiu... É o único benefício que ele consegue...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO -... quando ele não tem carta extramuro, é ficar um pouco mais solto, porque ele acha que o semi-aberto é mais solto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Secretário, só mais uma dúvida, também, porque uma coisa é isso, essa questão do cuidado do próprio preso, mas eu fiz questão, quando foi dada essa informação, de observar. Por exemplo, essas outras celas que não tinham evangélicos, além da questão específica da infiltração que eu citei, que me chamou muito a atenção, dessa calha improvisada com plástico, é que não tinha bocal de lâmpada, não tinha lâmpada. Na dos evangélicos tinha bocal de lâmpada, e todos os bocais com lâmpada, instaladinha, sem nenhum problema. Então, assim, isso é uma coisa que não se...



O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - A senhora acha que nós repomos todos os dias, quando alguém tira uma lâmpada de lá? Nós temos lâmpadas disponíveis para repor àqueles presos que retiram todo dia lâmpada. Nas outras, eles retiram, e às vezes não existe reposição. Naquelas dali, eles não retiram. Esse é o problema.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Mas até o... Porque não era só a lâmpada, era o bocal, a instalação. Até isso eles tiram, é isso?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Como a senhora não conhece bem, assim, o sistema, eu vou dizer para a senhora o seguinte: existem grupos de presos que são radicais. Existem grupos de presos que têm terminologia diferente, porque querem se comportar diferente até com relação ao aspecto do lidar com o poder. Os “Amigos dos Amigos” adotaram esse nome porque eles acham que é um nome menos contundente do que Comando Vermelho, que é um Comando que tem comportamentos diferenciados. O Comando Vermelho domina o Alemão. Veja quanto tempo a polícia do Rio de Janeiro está levando para tentar dominar o Alemão? Se é que chegamos a dominar, porque é radical. A Rocinha, o Vidigal, são da ADA — Amigos dos Amigos. Não se vê grandes confrontos, grandes problemas, quando a polícia faz algum tipo de intervenção lá. São facções diferentes. Então, eles têm diferença comportamental sob todos os aspectos: de convivência, de trato com as suas celas. O Terceiro Comando é uma facção que é extremamente desleixada, no tocante à apresentação do próprio preso, ao comportamento deles. Eles não têm liderança, não têm um grupo com que eles se relacionem. Toda intervenção numa unidade que tenha o Comando Vermelho é um monte de gente gritando ao mesmo tempo. Então, veja bem: cada cela onde tem um grupo muito grande de presos tem comportamentos diferenciados. Então, quando a senhora diz: “*Ah! Não tem nem bocal, nem tem luz*”, muitas das vezes é o próprio preso que danifica. Danifica porque quer que a cela fique escura. Se tiver que fazer uma revista numa cela escura, é mais complicado do que em uma que está toda acesa. Então, se nós formos buscar os fundamentos do por que existe isso em cada cela, ou por que cada preso faz determinadas coisas, nós não vamos poder resolver assim, ou falar tão facilmente. Às vezes se tira a lâmpada porque se quer a cadeia escura. Por



que se quer a cadeia escura? Aí, nós vamos divagar sobre vários aspectos que podem acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Agora, naquela que ele quer manter acesa, ele deixa a lâmpada lá, deixa o bocal lá, deixa tudo lá. Bom, a senhora falo sobre uniformes. Para os presos nossos, do Rio de Janeiro, nós adotamos que o preso que está dentro do sistema usa uma camisa branca e uma calça azul, quer jeans ou qualquer outro tipo de coisa. O Estado, efetivamente, não dá uniforme para todos esses presos. Em verdade, nós estabelecemos disciplina no tocante ao que eles podem usar. Então, eles se auto-uniformizam, exceto no aspecto das camisas brancas, as quais a gente, via de regra, fornece. Quem trabalha tem uma camiseta verde, que é a camiseta que estabelece que aquele preso pode circular em determinada área, por estar fazendo algum tipo de atividade laborativa ou também quando ele é apresentado em juízo. Quando ele vai estar em deslocamento para um fórum, a camisa dele é uma camisa verde, que tem a inscrição do sistema. Então, essa é a variação de uniforme. Não existe nada de extraordinário nisso. Com relação ao trabalho do preso, a Santa Cabrini é uma fundação que foi criada para fazer a gestão de mão-de-obra. Ela deve desenvolver trabalhos junto a vários segmentos, de forma a buscar locação para essa mão-de-obra, com convênios. Então, existem presos que trabalham na administração da própria cadeia; existem presos que trabalham em empresas, em fábricas, em algum tipo de atividade que é montada dentro da própria unidade; e esses presos são remunerados ou não. Para a senhora ter uma idéia, desde que foi criado o pagamento do preso chamado "faxina" ou "preso da administração", ano passado foi a primeira vez que eu fiz, com recursos nossos, nós direcionamos para a Santa Cabrini para que, efetivamente, fosse feito o primeiro pagamento na história do sistema penitenciário de mão-de-obra. Existe a remissão, existe o cálculo para anos atrás, que tem um débito imenso. Mas nós, a partir do momento em que o Governador do Estado decretou, em setembro ou outubro, como deveria ser feito, efetivamente, esse pagamento, de imediato fizemos a transferência de verba para que esse preso que trabalha como "faxina" receba efetivamente uma verba. Tem um escalonamento de percentuais que é dele; tem um percentual para indenização, se



ele causou algum tipo de dano ao patrimônio do Estado. O Estado já tem previsão de ele ter que ressarcir o Estado com o próprio dinheiro que ele recebe. Então, é assim. A gente está tendo uma evolução muito grande no sistema. Agora, se nós comparamos que a CPI, de agosto até hoje, está buscando um perfil, imagina eu realizar isso em um ano e seis meses. Então, estamos numa busca assim. É importante se fazer o pagamento do preso. Nós estamos fazendo. Só que a gestão toda da mão-de-obra do preso é pela Fundação Santa Cabrini, que é um órgão que integra a Secretaria de Administração Penitenciária, mas tem autonomia até orçamentária para algumas gestões dela.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Secretário, o senhor podia informar qual é o orçamento da fundação e quem é que dirige a fundação.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu não sei, exatamente, o orçamento. O presidente é o Jaime Melo. Agora, o orçamento dele específico eu não sei não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor podia especificar a área de atuação? Em que área ela atua hoje? Em quais os estabelecimentos?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Ela faz o gerenciamento de toda a mão-de-obra do preso. Nós temos várias coisas. Temos semi-aberta. Por exemplo, ela gerencia o preso que trabalha na CEDAE, no regime semi-aberto; na EMATER. Ela tem gerenciamento sobre o preso que trabalha na oficina mecânica, numa padaria, como foi exibido ali. Então, tem “n” unidades.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - As empresas pagam alguma taxa para a fundação?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - As empresas pagam. Não sei se pagam taxa de administração. As empresas pagam a mão-de-obra do preso. E, simplesmente, pelo meu entendimento, a Santa Cabrini faz o repasse. Recebe e paga o preso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E a fundação fica com algum valor nessa intermediação?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não sei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor não sabe.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não sei.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Os diretores são remunerados pelo Estado ou por alguma captação dos recursos próprios da fundação?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Quais diretores?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Os diretores da fundação.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não, eles têm uma estrutura. É do Estado. São cargos comissionados ou... possui uma estrutura no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só para entender: a fundação foi criada pelo Estado para administrar, dentro do setor público, com as regras de fundação. É isso?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O presidente da fundação é quem?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Jaime Melo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Jaime Melo.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Isso. É uma fundação muito antiga, Presidente. A Fundação Santa Cabrini já tem décadas. Eu não sei qual é a data de criação dela, mas é muito antiga. Acho que tem trinta e poucos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só atua no sistema penitenciário?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Oi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só atua no sistema penitenciário?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E quem indica o presidente da fundação?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Via de regra, é um cargo que passa pela avaliação do Governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Governador é quem indica o presidente da fundação?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO O Governador do Estado. É um cargo comissionado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. E a fundação faz todos os contratos?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Sim, de mão-de-obra de preso, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por exemplo, vou perguntar: a alimentação do Estado é feita pela Fundação ou direto pela Secretaria?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não, não. É mão-de-obra de preso. Preso que trabalha, ela faz a gestão; ela busca recursos, parcerias e faz a gestão dessa mão-de-obra com aquela empresa ou aquele segmento que contratou essa mão-de-obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É que nós fomos lá no presídio que nós visitamos lá, no Complexo.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não há interferência alguma na Secretaria sob aspecto nenhum administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O presídio que nós visitamos lá ontem, esqueço o nome....

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Vicente Piragibe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vicente Piragibe, o Diretor nos informou que cerca de 10% só trabalham. E tem muito espaço lá para trabalhar.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - A Lei de Execuções Penais prevê que só 10% pode ser empregada no aspecto laborativo da administração da cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, mas tinha uns presos trabalhando na área de marcenaria, em vários galpões.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Agora, nós podemos ter 100% de presos trabalhando, se nós tivermos empresários comprometidos com isso. Então, se nós tivermos empresários de marcenaria que queiram contratar 100 presos, se eles tiverem demanda para a marcenaria deles para 100 presos, eles pode contratar 100 presos. Se eles tiverem uma serralheria que tiver demanda para mais 100 presos, eles podem contratar os 100 presos. E a gente pode chegar a 100% do trabalho. Não existe limite de trabalho em situação conveniada; existe limite de trabalho para o Estado arcar com a despesa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só mais uma pergunta: a informação que nos foi passada lá é a seguinte. a empresa que fornece alimentação, se não me engano, lá, a alimentação é feita na própria unidade.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Algumas, sim; outras são transportadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quer dizer, existe um contrato de alimentação, o cidadão está solto, é contratado para, dentro do presídio, fazer a comida para os presos. Por que não se utiliza a mão-de-obra dos presos para fazer essa alimentação? Porque a informação que me foi passada é que há o risco de o cidadão que está preso fugir ou sair do caminhão de entrega. Por isso, os presos não fazem alimentação. Quer dizer, você pega uma pessoa de fora do presídio e leva para dentro do presídio para trabalhar. Por que a Fundação, que gerencia mão-de-obra, por exemplo, não poderia gerenciar a mão-de-obra daqueles que iriam trabalhar para fazer a alimentação lá dentro do presídio? Porque o risco de um preso fugir ou sair ou entrar com algum instrumento dentro do presídio é o mesmo do cidadão do lado de fora entrar dentro do presídio para trabalhar e sair todo dia. Quer dizer, o risco é muito maior. Porque ele entra e sai todo dia para trabalhar, e o preso somente não teria essa facilidade para sair, poderia fugir. Por que não existe aí um entrosamento, então, nessa relação?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Bom, o empresário pode dispor da mão-de-obra que ele deseja. Não existe imposição de o empresário ter efetivamente. Existe até uma lei do Deputado, um projeto de lei do Deputado Geraldo Moreira que incentiva empresários a contratar — não sei os percentuais, se 10% da sua mão-de-obra —, com egressos ou com presos. Então, a Secretaria não pode impor que o empresário que efetivamente participou de um processo licitatório, no qual foi estabelecido o interesse do preso, por melhor preço e melhor qualidade, não se embutiou que a mão-de-obra, efetivamente, nessa licitação, tem que ser do preso. Acho até que podemos avançar nisso. Mas vai ser algo de convencimento, e não de determinação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Porque, normalmente, é comum os Governos, quando vão lançar ordem de serviço, fazer um apelo para a empreiteira que vai tocar a obra contratar uma mão-de-obra local. Isso aí eu vejo



praticamente em todos os governantes. Então, quando vai fazer uma ordem de serviço, faz um palanque: *“Vamos pedir para o empreiteiro para que contrate a mão-de-obra local”*.

Agora, nas obras do PAC, nas favelas do Rio, tenho certeza de que Governador e o Presidente devem ter falado para contratar mão-de-obra na própria localidade, que facilita o trânsito, o acesso, dá um incentivo.

Agora, por que, dentro da cadeia, numa contratação que é feita, lá dentro, não pode ser usada a mão-de-obra dos próprios presos, tendo em vista que viajamos pelo País e testemunhamos que, na maioria dos Estados, os presos têm a prioridade da contratação, porque eles têm que pagar a pena, trabalhando, e com remissão de pena. E é bom também para o trabalho laborativo deles.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Deixa eu explicar ao senhor. A gente, às vezes, tem que falar sobre algumas coisas, tem muita particularidade, a gente fica meio complicado. Nós não temos todas as cozinhas dentro do sistema prisional. O ideal é que nem tivéssemos nenhuma, porque se reduz ainda mais o aspecto da segurança. Quando se tem que entrar sacas de arroz, sacas de batata, reduz-se um pouco mais a segurança, e se tem que fazer a vistoria nisso tudo. A gestão passada pensou muito bem em colocar as cozinhas na área externa. Então, nós temos um número significativo de cozinhas que funcionam externamente, na área dos presídios, o que não seria impedimento de presos também trabalharem; não seria grande impedimento deles trabalharem nesta cozinha. O aspecto que eu vejo é que eu não posso impor ao empresário, até porque eu não participei do processo licitatório, que está em vigor hoje, de alimentação. Isso aí eu posso até levar para o próximo; de repente a gente conseguir, mas nesse eu não tenho como interferir. Via de regra, as cozinhas são fora. A legislação, a Justiça entende, ela reconhece as facções. São reconhecidas pela Justiça as facções. Se eu colocar um preso que efetivamente diz que é Comando Vermelho numa unidade de Terceiro Comando e ele vier a morrer, eu serei responsabilizado. O nosso Ministério Público, aqui, pode endossar isso ou não.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Secretário, desculpe, eu preciso interferir um minutinho.



O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Aí, eu não posso concluir.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - O senhor vai concluir. Nós estamos aqui para ouvi-lo concluir sempre, mas sempre adequadamente. O senhor não pode dizer que a Justiça separa por facções. Nós não podemos mais entender isso como dogma: eu ir para casa hoje à noite e dizer também a que facção que eu vou me filiar.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Mas isso é real.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - O problema é que a Lei de Execuções Penais determina a individualização da pena, e, claro, na individualização da pena feita por uma comissão especial, deve-se verificar quais são as características do apenado, e não colocá-lo realmente na cela ao lado de seu algoz. Desculpe.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Correto. O senhor não deixou eu concluir, porque o importante que eu ia responder era outra coisa. É que uma cozinha dessa, eventualmente, pode fornecer alimentação, numa concorrência para 1 ou 2 unidades, unidade essa que pode ser de facções diferentes, e a nossa preocupação é, em havendo um problema qualquer com essa alimentação, até que ponto se pode ser responsabilizado, sabedor antecipadamente que quem podia estar trabalhando aquele material ou aquela alimentação seria alguma coisa inimiga, alguma facção inimiga. Então, hoje, as cozinhas são externas, e a gente pode avançar, sim, para a mão-de-obra, depende só botar, agora, no próximo edital, e se houver a parceria dos empresários, nós não vemos grandes dificuldades para algumas coisas, não. Algumas serão complicadas, mas não todas. O que a gente puder fazer, nós vamos fazer.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Secretário, eu queria perguntar só o seguinte: no depoimento anterior, do pastor, do senhor, foi dito que os presos, ao chegarem na delegacia, são separados por facção, e depois foi falado que esses presos são separados a partir do território de onde eles são originários. O senhor acabou de falar que a Justiça separa também por facção.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - A Justiça reconhece a existência das facções.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Reconhece. Eu pergunto: há essa pergunta, quando o preso chega na delegacia, ou vai ser interrogado, há essa pergunta, de que facção aquele preso faz parte?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não, eu não participo desse processo. Eu não sou de delegacia nenhuma.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas como é que o senhor pode afirmar que a Justiça reconhece, para poder separar os presos?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Reconhece porque periodicamente nós temos aqui segmentos da Pastoral Penal, de todos os segmentos, que acho que depois poderão ilustrar aqui melhor a minha fala, com certeza, que são segmentos que têm interesse também com o preso..., reconhece porque a qualquer momento que um preso alega qualquer tipo de insegurança, e a segurança é subjetiva... se falou aqui em Povo de Israel. O Povo de Israel é uma facção que está surgindo, que são seguros do seguro. O que é isso? São presos que foram expulsos das suas facções porque contraíram dívidas, não cumpriram algumas regras da sua facção, quer no mundo livre, quer dentro da cadeia, e ele alega que ele corre risco de vida. Eu tenho que colocá-lo em algum lugar seguro. E hoje nós temos quase que 2 presídios só de presos tidos como de seguro, dissidentes de facções que passam a ocupar esse presídio, e são exatamente esses presos que buscaram a extorsão por telefone, porque eles são criminosos e eles têm que buscar algum meio de sobrevivência. A extorsão por telefone, ele não precisa dominar um território, ele não precisa dominar nada; basta que ele tenha um telefone celular e que tenha um grupo, no mundo livre, de apoio para receber o produto da extorsão que ele vier a realizar. Então, é uma modalidade de crime que tem sido executada pela grande maioria, por esse grupo de presos, que são presos dissidentes do Comando Vermelho, do Terceiro Comando, do ADA, e que nós temos o dever de resguardar a integridade física deles. Então, toda vez que um preso manifesta que está correndo risco, eu tenho que dar a garantia necessária para esse preso ter algum meio de sobrevivência dentro da cela, dentro do cárcere.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, para não atrapalhar os demais, eu voltarei a questionar mais sobre isso, porque eu acho importante que



fique clara essa relação do Estado com as organizações. Mas, para não atrapalhar a Deputada Jusmari e o Deputado Tenório, eu voltarei mais tarde.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Queria prosseguir aqui só para... sobre... não sei quem foi que perguntou agora já aquela questão dos agentes penitenciários e policiais militares...

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Fui eu, Secretário.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu queria dizer o seguinte: na nossa gestão, nós pegamos um Sistema com 980 PMs trabalhando dentro do Sistema Penitenciário, em atividades ligadas a inspetores penitenciários. Já numa parceria com o Governador, um entendimento dele de que a gente deve retornar esses Policiais Militares para a Polícia Militar, no ano passado nós convocamos 320; estamos iniciando uma aula agora com 250, segunda-feira; já temos uma nova convocação, que também está em andamento, de mais 250. Com esse total, nós chegaremos aí a um universo de 820 inspetores no Sistema. Nos 4 anos anteriores, foram convocados 500 inspetores para a gestão. Então, eu vejo que o Governo do Estado está extremamente interessado em solucionar esse problema, que é questionado pelos inspetores, de forma justa. Acho até que efetivamente o entendimento do inspetor, no trato com o preso, ele é diferente daquele que reprime; a concepção é diferente da formação, e acreditamos que no final, desses novos 250 que estamos convocando agora, que a gente venha quase que não ter mais Policiais Militares efetivamente trabalhando, a não ser o Secretário, que é Coronel da PM, se o Governador assim achar que deve permanecer.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Secretário, esses inspetores são terceirizados, então? São civis...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não, eles são concursados. A parte de inspetores, existe o quadro de inspetores. O que nós não temos o quadro, a previsão de quadro, é para técnicos administrativos, médicos,...

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Entendo.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - ...psicólogos, advogados...

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Esse inspetores são policiais civis?



O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Não, não. Eles são inspetores penitenciários. Eles fazem prova para inspetores, cursam na escola de gestão; é um curso de 2 meses e meio a 3 meses; e após essa formação eles vão para as unidades prisionais.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Seriam o que em outros Estados chamam de agentes penitenciários.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Agentes penitenciários.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - O senhor poderia me dizer, ou nos dizer: há uma emenda constitucional que tramita lá em Brasília, no sentido de se criar uma Polícia Prisional; uma Polícia que será ou Federal ou Estadual, dependendo do presídio, e que tem como objetivo, claro, tomar conta, fazer escolta e outras coisas mais. O senhor é favorável a essa idéia?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Sou favorável.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Favorável.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Sou favorável, até pela concepção do cumprimento de mandado de prisão, de algumas situações, aí, onde efetivamente o próprio inspetor conhece bem o preso, nós temos inspetores que conhecem muito bem o coletivo, e acho que a identificação desses criminosos seria bem mais fácil se fosse executado, de repente, numa tarefa dessa...

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Até para se dar mais importância à questão penitenciária aqui no Brasil...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu creio que é uma complementação da atividade do inspetor.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - O DESIPE acabou? Como é que o Departamento...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - O DESIPE acabou, foi criada a Secretaria de Administração Penitenciária. Achei que foi uma decisão também muito interessante, em 2003, porque, com a criação da Secretaria de Administração Penitenciária, houve a possibilidade de se ter orçamento próprio. Então, pela primeira vez, nós adquirimos esse ano armamentos, munição não-letal, armamento e armas não-letais para intervenção...



O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Sem dúvida, foi uma melhoria extraordinária.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - ...e tivemos uma autonomia para gerir os recursos e aplicar naquilo que o inspetor precisa efetivamente.

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - O DESIPE era um departamento, então, que cuidava das prisões?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - E dependia da política do Secretário de Justiça em priorizar ou não as suas necessidades. Hoje, nós priorizamos, nós estabelecemos nossas prioridades direto...

O SR. DEPUTADO AYRTON XEREZ - Ficou muito melhor, então?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Vamos dar continuidade. Eu queria dar oportunidade à Deputada Jusmari Oliveira; em seguida, ao Deputado Tenório.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Sr. Presidente em exercício, Deputado Felipe Bornier, do Estado do Rio de Janeiro, quero parabenizá-lo pelo seu trabalho junto a esta CPI, assim como aos Deputados aqui do Rio, Xerez e a Deputada Cida Diogo.

Antes de fazer minhas perguntas, Presidente, se V.Exa. me permitir, eu gostaria de fazer uma observação. Acho importante aproveitarmos esses momentos para fazer também nossas observações, e de repente até os nossos desabafos. Eu gostaria de cumprimentar o Secretário, Dr. César, e dizer a ele o seguinte — claro que eu não o conhecia, eu sou da Bahia, onde, com certeza, porque geralmente quando a gente vai criticar alguma coisa do Sistema Penitenciário no outro Estado, as pessoas perguntam: e o seu Estado, Deputada? onde com certeza é pior do que o Rio de Janeiro —: ao ouvir o senhor fazer as suas primeiras observações, inclusive passar aqueles vídeos, um inclusive muito emocionante, que com certeza teve o seu acompanhamento, por ser uma ação institucional da sua Secretaria, realmente o senhor é uma pessoa que nos impressiona nas suas observações, na demonstração daquele vídeo, pela sua sensibilidade na forma de falar, pelas suas colocações, que são lógicas, são interessantes, são socialmente corretas, são sãs,



são humanistas. E não é comum vermos isso, essas colocações de Secretários, de executivos, que geralmente, como disse o Felipe, quando agradeceu no início, geralmente procuram esconder as situações ou até mesmo nos dificultar o acesso à realidade.

A única coisa que ficou um pouquinho pendente foi a incoerência de algumas coisas. Por exemplo, o senhor colocou a sua herança. É claro, também reconhecemos o seu pouco tempo à frente dessa Secretaria, até pelo que o senhor disse aí, o pouco tempo da criação dessa Secretaria, que, com certeza, ela veio no sentido de dar uma maior autonomia aos trabalhadores, aos servidores do Sistema, aqui do Estado, para que se pudesse com certeza melhorar esse Sistema.

Quando o senhor disse que herdou celas coletivas, com treliches, e nós pudemos acompanhar ontem ali, nas visitas que fizemos, e onde, colocada aqui a questão das cantinas, o senhor disse que não admitiria alimentos *in natura*, uma vez que esses alimentos automaticamente levariam à conseqüência de ter fogões nas celas, de ter panelas, de ter sal, enfim, e outras coisas.

O que nós vimos ontem, nas celas que nós entramos, é que todas têm fogões, todas têm panelas, todas têm inclusive mercadinhos individuais dentro da própria cela, não é? Nós vimos presos que vendem paçoca de amendoim, outro que vende doce de leite, dentro da própria cela, além da cantina, ainda talvez um segmento da cantina, lá, uma revenda da própria cantina. Eu nem prestei atenção, mas, provavelmente um representante da própria cantina, lá dentro da própria cela; fogões... e há até mesmo fornos. Eu mesma conheci ontem uma tecnologia interessantíssima de um forno onde os presos fabricam biscoitos deliciosos, até porque comprei um e comi, muito gostoso, e que revendem aos outros dentro das celas. Então, tudo isso está acontecendo lá dentro do estabelecimento que nós conhecemos.

E essa colocação que eu faço aqui é exatamente por sentir a sua sensibilidade. O que nós conhecemos ontem, apesar de a representante da Pastoral Carcerária dizer que conhece outros estabelecimentos no Brasil e que aqui as coisas têm uma normalidade maior, estão dentro dos padrões talvez de o que se considera pelo menos correto para um preso, para um cidadão viver, mesmo que esse cidadão seja um marginal, mesmo que ele seja um criminoso, eu me assusto



com essas colocações, porque o que nós vimos no estabelecimento que nós visitamos — e aí eu vou excluir a carceragem da 53 e da 52, porque não são sua responsabilidade, e que vai muito mais além nas condições — são condições subumanas, são condições subumanas de sobrevivência: o relaxamento total; o lixo fétido nas portas das celas; as próprias portas, ao serem abertas, com lama depositada de dias e dias de falta de limpeza, com larvas adentrando as celas — foi o caso da cela do castigo, que nós vimos —; animais doentes transitando no meio dos presos, no meio das visitas. Eu comentei ontem que a mesma ferida que eu vi num preso foi a mesma ferida que eu vi no gato que andava no meio das visitas e no meio dos presos.

Então, isso não nos parece uma ocasião, não nos parece uma eventualidade. Parece-nos, sim, o comodismo de um conceito desses: de que se há coisa pior, aí já está bom que chegue. E esta CPI, não é isso que ela busca. O Deputado Xerez disse que ela não é uma Comissão de Direitos Humanos, ela não busca saber se o preso está sendo oprimido. Não. Ela busca isso também, talvez para mim, que sou militante na área dos direitos humanos, como prioridade. Mas ela busca, claro, a questão do estabelecimento, ela busca a questão de identificar se há corrupção no sistema, se há corrupção. Ela foi criada num objetivo amplo de se discutir, de se passar a limpo a Sistema Penitenciário Brasileiro. Aliás, não o sistema, os arranjos penitenciários brasileiros, porque nós não temos um sistema. Não podemos dizer que temos um sistema, porque um sistema é uma coisa constituída dentro de um padrão de construção, de recursos humanos e de tudo.

Então, eu queria dizer a V.Exa., pelo que percebi do vosso coração, que o senhor está tendo, talvez, talvez não, com certeza, um privilégio de Deus para dar uma demonstração disso que o senhor fala aqui e de fazer a grande diferença no Estado do Rio de Janeiro, que até tem uma população prisional pequena perto de outros Estados e diante do percentual da população do Estado para a população que está presa.

Das carceragens 52 e 53, tirando o positivo de que o Delegado Orlando e o que eu conheci ontem, um policial ou agente, não sei, o Júlio, realmente, estão fazendo um trabalho extraordinário, mas é o trabalho deles. Parece um trabalho totalmente isolado, chegando ao fato de buscarem recurso junto às igrejas, e não sei



quem mais, para construir o telhado da cela. Mas não é uma ação do Estado. É a ação de um cidadão que se sente responsável pelo seu irmão e pelo seu próximo. Parece-me que as ações que estão sendo deliberadas ali são muito mais iniciativas dos missionários juntamente com... Eu, sinceramente, chorei ontem quando eu peguei na mão do Júlio, porque eu disse a ele: *“Isso não é obrigação sua.”* Mas ele teimava que era obrigação dele. É claro que é também. Como cidadão, como cristão, é uma obrigação dele também.

Mas esta CPI busca cobrar a obrigação do Estado. Claro que cobrar também que funcionários sejam comprometidos com todas as questões humanísticas e cidadãs.

Então, eu ouvi aqui falar: *“Ah, mas...”* Tem que visitar a 53, porque é um exemplo do trabalho do delegado e dos funcionários. Mas aquele estabelecimento é um caos! É um horror! Os presos dormindo no piso duro, molhado, porque há infiltração, porque não tem o teto, quando chove; outros dormindo em redes, penduradas uma sobre a outra. É um caos aquilo ali! Não se pode citar aquilo ali como exemplo.

Então, eu sinceramente me sinto, assim, deprimida diante do que eu vi e diante da passividade das pessoas que conhecem isso, infelizmente.

Então, eu acho que o senhor tem essa oportunidade ímpar, mostra-se capaz para isso e é isso que nos conforta: é vermos pessoas que realmente têm desejo, têm comprometimento. Eu espero que o senhor tenha condições, que o Estado lhe dê condições para fazer. Mas eu gostaria muito de registrar isso: não existe, no Rio de Janeiro, situação confortável e nem situação boa para preso. Esgoto correndo, os presos pisando naquele esgoto horrível, animais andando, sujeira para todo lado, as celas horríveis e a visível organização das facções criminosas, que são agora aqui reconhecidas também por V.Exa. Claro que isso nos preocupa. Mas claro que eu deixo aqui o meu voto de otimismo e de confiança no seu trabalho. Gostaria de registrar isso também.

E agora vão as minhas perguntas. O Estado do Rio de Janeiro possui escola preparatória ou de capacitação ou de treinamento, seja lá o nome dado, para os agentes penitenciários, para os servidores do sistema? Se possuem, esse treinamento, essa capacitação é permanente ou ela é apenas no período da



admissão do servidor? Ou com que frequência esse servidor sai ou é treinado, é capacitado, recebe orientações dessa escola? Se não tem escola, qual é a política de capacitação, de treinamento e de investimento do Estado em recursos humanos do sistema? E se existe o currículo de treinamento, de capacitação, é apenas para ação dentro dos presídios, ou ele inclui a questão do conhecimento dos direitos humanos, as questões de cidadania, de direitos, de deveres, enfim, esse currículo, ou é apenas o treinamento para ação na hora do conflito como conduzir o preso, como imobilizar o preso? É o que nós vimos, geralmente, nos Estados. Como que se imobiliza os presos, como é que se conduz o preso, como é que se age na hora do conflito.

Outra coisa: o Estado do Rio de Janeiro tem algum programa oficial de apoio aos servidores do sistema que adquiriram ou que possam adquirir doenças, males inerentes ao estado de insalubridade, periculosidade a que eles são submetidos no ambiente de trabalho? Considerando que o servidor, principalmente o agente penitenciário, é um preso em potencial também. Tudo isso que nós falamos aqui a que o preso está sujeito, eles também estão da mesma forma. O tuberculoso que está lá na cela — ontem nos foi denunciado vários — pode passar tuberculose para o preso e pode passar também para o agente.

Outra coisa, outra pergunta: O Deputado colocou aqui os recursos que o DEPEN sempre anuncia que tem para os Estados. A sua Secretaria tem projetos no DEPEN a serem liberados? Se tem, deles alguns é para investimento em recursos humanos? O senhor pode precisar quanto do seu orçamento está previsto para capacitação e para investimento na evolução dos recursos humanos da sua Secretaria?

Mais outra: o Estado do Rio de Janeiro tem um programa de reinclusão dos egressos do sistema penitenciário à sociedade? Ou se pelo menos um programa de acompanhamento da reinclusão, de como esses egressos são reincluídos na sociedade? Eu coloco reincluídos na sociedade porque ressocializados são bem difíceis.

Além do que foi colocado aqui, do projeto para que as carceragens, para a construção de casas e tal, para que se acabem com as carceragens. Além disso, o senhor tem projetos específicos para a reformulação desses estabelecimentos, que



o senhor coloca que herdou e que a gente conheceu ontem, para a reestruturação deles, para a reforma ou para a construção de outros que possam vir a substituí-los?

Essas são as minhas perguntas. Deixo o meu desejo de sucesso de seu trabalho à frente da pasta. Gostaríamos, quem sabe, daqui a 3 anos, de visitar o Rio de Janeiro e vermos uma situação muito melhorada, com fé em Deus e no trabalho de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Com a palavra o Sr. Secretário César Rubens.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Primeiramente, eu queria agradecer as suas palavras iniciais, dizer para a senhora que Deus me fez um vitorioso. Não me assusto com desafios. O que a gente tem pretendido fazer aí é o melhor de nós. Nós temos limitações, ficar dando justificativa, mas temos limitações. O sistema não está tranquilo por acaso. Os presos não estão se rebelando não é por acaso. Não existe dengue dentro do sistema não é porque eu oro muito ao meu Deus; eu tenho um projeto lá de um fumacê, tenho larvicida em todas as unidades. Brinca-se que Bangu, o Complexo de Bangu é o lugar mais seguro do Rio de Janeiro, não tem arrastão, não tem bala perdida e não tem dengue. Isso é trabalho de equipe, trabalho sério, com limitações sempre. Lamentavelmente, a senhora esteve no Vicente Piragibe, e não conduziram a comitiva a um pavilhão que ficou 4 anos desativado e que eu reformei. Lamentavelmente, eu não devo estar com as fotos aqui, quando eu entreguei para os presos colchão, lençol, cobertor todo pintado. E era nessa mesma unidade a que lamentavelmente a senhora não foi porque ele é um pavilhão muito lá no fundo e ficou 4 anos esquecido. E nós tiramos aí... Eu acho que nós criamos aí umas 200 ou 300 vagas com esse pavilhão. Alguém falou aqui sobre as mulheres. Eu tenho um convênio a ser pago pelo DEPEN de 1 milhão e 200 mil para reformar uma unidade prisional que foi desativada em Campos, Romeiro Neto. E nós, por iniciativa própria, atendendo a um pedido do Governador e sensível ao problema das mulheres que estavam em carceragem lá no norte fluminense. A despeito de se aguardar esse recurso de 1 milhão e 200 que vai proporcionar a construção, além da reforma dessa unidade que foi desativada, a reforma dela, a construção de escola, lactário e uma série de outras coisas porque é um presídio feminino, nós nos antecipamos e criamos 100 vagas e



retiramos todas as mulheres do norte fluminense que estavam em delegacias nessas condições que a senhora está falando aí. Por iniciativa própria nossa, nós colocamos lá dentro, provocamos a Polícia Civil e a segurança pública para nos dar essas mulheres e nos antecipamos em fazer esse tipo de administração. Então, foi inaugurada essa unidade, gastamos uma quantidade relativamente que deu para suportar essa reforma. E hoje nós temos 100 mulheres lá muito bem acomodadas. Como falei, no próprio Vicente Piragibe, teve esse pavilhão, a que lamentavelmente a senhora não foi porque é uma unidade muito grande e, realmente, percorrer aquilo tudo ali fica um pouco difícil, mas tem um pavilhão recentemente inaugurado por mim que foi reformado e estava desativado há muito tempo. Com relação à Escola de Gestão, não conheço as escolas todas do Brasil, mas posso dizer à senhora que, estruturalmente, nossa escola é excelente, muito boa. Ela fica aqui na Senador Dantas, tem refeitório, tem biblioteca. Eu tenho uma palestra que são mais de 120 *slides* que eu poderia exibir aqui se tivesse tido tempo, mas não tenho tempo para fazer isso. Então, ela fica na Senador Dantas. Se tiverem disponibilidade de tempo ou se quiserem acessar nossa página, aí, a gente tem como passar as imagens dessa escola. Nessa escola, além da formação, existe a parte também de atualização. Nós temos um curso, fizemos um curso, aí, ainda não era na minha gestão, foi em 2006, que nós sentimos a necessidade de ter um curso de gerenciamento e de direção de unidade prisional. Via de regra, o Inspetor assume a direção de uma unidade prisional. E não existia essa preocupação de se fazer um curso para o gestor de uma unidade prisional, onde ele efetivamente tivesse matérias de relação interpessoal, de psicologia, de trato com as pessoas. E nós fizemos esse primeiro curso. Estamos para fazer agora um segundo. Construímos, ano passado, um Centro de Instrução Especializada. Esse eu posso dizer para a senhora que não existe no Brasil, a não ser lá dentro do Complexo de Gericinó. É um minipresídio em alvenaria, já que minha formação de 2005, quando cheguei à Secretaria, é na área de segurança, então, sou muito sensível à área de segurança. Construímos um presídio lá com grades e portas do Complexo da Frei Caneca, onde o Inspetor treina todas as rotinas dele da cadeia, inclusive, em parte de intervenção, sem que o preso esteja... (Será que ela está ouvindo? Não, é porque estou explicando aqui e não sei se ela está ouvindo aí bem.) Então, nós temos um Centro



de Instrução onde existe uma parte de treinamento, a gente chama a frio, porque, no passado, usava-se uma unidade onde eventualmente estava ocupada com o preso e o inspetor que estivesse em formação fazendo um curso ou ele seria advertido na frente do preso quando cometesse uma falha ou se adiaría essa advertência e poderia perder-se até o momento. Então, criou-se um Centro de Instrução, que não tem no Brasil igual, com certeza. Criamos um canil para cães de faro e cães de guarda. Cães de faro porque, ano passado, reportava-se ao inspetor que tivesse o olfato melhor para perceber a presença de uma droga, entrar em qualquer lugar indiscriminadamente. E temos aí os cães que podem fazer isso, são muito bem empregados em várias organizações. Fizemos esse canil também para buscar, cada vez mais, o aperfeiçoamento. Com relação ao DEPEN, fizemos 20 projetos ao DEPEN. A despeito de toda essa verba que se alardeia por aí, não tive efetivamente essa verba toda destinada a mim. Dos meus 20 projetos, fui até bem atendido, tive 14 projetos aceitos, projetos esses que envolvem não só alguma parte de reforma de unidade, mas também cursos de aperfeiçoamento para os nossos inspetores. Mas de tudo isso que tem aí, somado a tudo isso aí, se eu for atendido plenamente, teremos 48 milhões. Para 1 bilhão e não sei quantos mil que falou aqui, acho que nós estamos muito aquém, em se tratando de ser a terceira população carcerária maior do Brasil. A primeira é São Paulo, a segunda é Minas, a terceira é Rio de Janeiro. A despeito de relação e de proporção entre população e preso, eu acho que o Rio de Janeiro pode não ter um número muito grande de presos com as comparações que foram feitas aí, mas, sem dúvida nenhuma, é o tambor de ressonância do Brasil em termos de criminalidade e de periculosidade. Talvez, por ter sido a capital do País... O desenvolvimento atrai tudo isso: drogas, prostituição. Lamentavelmente, todos os grandes centros atraem isso. E o Rio de Janeiro, por talvez ter sido a capital, atraiu também aspectos negativos. Sem sombra de dúvida, os nossos criminosos são realmente muito diferentes dos criminosos de outros Estados. Então, acho que o investimento deveria ser, sim, bem grande nesse tocante. Nós temos aproximadamente 1 milhão destinado a alguns cursos que estamos realizando para o aprimoramento do inspetor. A nossa idéia é que o inspetor tenha formação própria, identidade própria e que ele não pense que ele é mais um agente do Batalhão de Operações Especiais, que ele é mais um da CORE.



Não, ele é um profissional de um serviço de um grau de perigo, de extrema periculosidade muito grande e disposição muito grande. E eu sou policial militar, posso falar que, nas gestões que fiz de intervenção em unidade prisional, não passa de longe ou não passa de perto o que se passou, o que nós passamos em algumas intervenções que eu fiz e participei direto com meu grupo de intervenção tática. Somos referência em intervenção tática com munição não-letal. Poucos Estados adotam isso. Que eu tenha notícia, Brasília foi o precursor, o Distrito Federal, e alguns dos nossos inspetores fizeram os primeiros cursos lá e nós montamos os nossos cursos e já demos instrução para o Exército Brasileiro, quando foi para o Haiti, demos instrução para oficiais e praças do Exército e da Polícia Militar no tocante ao trato com munição não-letal. E isso é algo que tem trazido uma segurança muito grande e é uma opção que o inspetor tem para fazer uma intervenção. Talvez, em Catanduva, em Catanduva, não, lá em São Paulo, naquele célebre evento que teve no Presídio Carandiru, se os policiais tivessem a opção de ter munição e equipamento não-letal, talvez, o desfecho tivesse sido outro. Com relação ao trato do egresso, nós temos o patronato, temos algumas unidades e são trabalhos realmente tímidos. Não se tem grandes trabalhos quando a sociedade é omissa. Eu só acredito que nós teremos grande sucesso nessa área quando a sociedade for efetivamente participe nessas ações. Eu não tenho como inserir um preso num trabalho, numa ação qualquer, se a sociedade não o recebe, se a sociedade o discrimina. Como um preso pode ser aproveitado quando eu pergunto a ele qual foi seu último emprego e: *“Não, eu tenho meu último presídio que cumpri pena.”* Eu acho que é meio demagógico a gente achar que pode mudar comportamento simplesmente com um estalar dos dedos.

Eu acho que, sim, esta CPI vai ser extremamente importante para nós despertarmos a sociedade para isso. Não tem grandes projetos se a sociedade não participar.

Há alguns dias, eu fiz uma palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro e falei sobre isso: a sociedade, ela não pode, os mais bem aquinhoados, achar que estão fora do alcance do crime. E a prova de que a sociedade e essas pessoas mais bem aquinhoadas despertaram para esse problema foi no momento em que elas investiram na delegacia anti-sequestro, onde empresários investiram



maciçamente naquela delegacia, porque viram que não bastava cercar suas casas com grades, porque tinham que ir ao *shopping* e tinham que ir à escola e nesse momento eles estariam vulneráveis. Não adiantava ter blindado, porque uma hora ele ia descer desse carro.

Então o sucesso do combate ao seqüestro no Rio de Janeiro se deu à sensibilidade que a sociedade, os mais bem aquinhoados sentiram no momento de socorrer a divisão de anti-seqüestro.

Então o que vejo eu aqui? Da nossa parte, existe o desejo, a vontade de realizar. Agora, a CPI muito pode... Eu estou muito esperançoso que a nossa CPI possa juntar coisas boas que dão certo nos outros Estados — e nós tivemos, porventura, também boas —, que possam ser aproveitadas.

Eu estive em Brasília. Eu conheço umas unidades lá de Brasília. Eles têm 6 mil presos no Distrito Federal. As paredes são pintadas com tinta Suvinil plástica lavável. A cadeia, toda limpinha, toda certinha, só que é uma cadeia projetada. Foram 36 milhões que constam na construção dessa cadeia. Então, um custo altíssimo. Eu tenho inveja. Eu gostaria de ter a cadeia de Brasília. Eu estive lá e visitei. Eu gostaria. Agora, que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - O custo do preso é um dos maiores do Brasil.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Há?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - O custo do preso é um dos maiores do Brasil.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - O maior do Brasil.

Então, eu não sou alienado ao sistema. Eu visito. Eu estive em Mato Grosso do Sul visitando aquela cadeia de segurança máxima lá. Bangu 1 é segurança máxima, com tecnologia, em alguns pontos, mais avançada do que Catanduva. Nós temos abertura e fechamento de porta pneumática, comandamento a distância. Eu acabo a cela que eu quero, eu fecho a cela que eu quero. Temos excelência dentro do sistema prisional, sim. Não e só Vivente Piragibe, não. Vicente Piragibe é uma unidade que é antiga, foi mal conservada, sim, foi desviada da sua função. Era uma unidade para regime semi-aberto, depois foi tendo uma série de distorções. É uma unidade que hoje ninguém constrói. Nunca vão-se construir pavilhões próximo aos



muros e o campo de futebol no meio da unidade. Isso é uma incoerência. Quer dizer, eu aproximo os pavilhões do muro e faço a área de lazer no meio da cadeia? Então é algo assim... Arquitetonicamente, foi construído de forma aleatória. E o que fazer? Eu não posso esvaziar. Vou levar para onde? A gente tem que fazer, sim. Temos que fazer. A vala pode ser feita, sim. Deveria ter sido feita há muito tempo a vala.

Hoje, nós estabelecemos na Secretaria uma verba de 4 mil reais para os diretores, que eles nunca tiveram, para eles administrarem pequenas despesas, pequenas obras. E investiram muito no alojamento dos inspetores e refeitórios. Se forem observar os refeitórios do sistema penitenciário de hoje, os inspetores não que se orgulhar disso, com certeza, porque temos alojamentos e refeitórios decentes. O último que nós inauguramos, no Esmeraldino Bandeira, no Talavera Bruce, um preso antigo que deu o nome. Ele foi lá e falou assim: *"Eu cheguei aqui no tempo que a gente dormia num colchão de crina."* E ele viu lá um Springer no seu refeitório, viu uma televisão, viu tudo isso. Hoje estamos com uma creche para filhos de inspetores dentro do complexo, quando forem trabalhar.

Agora, temos muita coisa a fazer. Eu só espero que efetivamente a gente possa cumprir com o que a gente pretende. Eu não sou de realmente me dar por derrotado por nada. Eu gosto de desafio, e gosto de fazer a diferença por onde passo. Se isso é uma vaidade ou um defeito, para mim não me importa. E vim aqui convidado, não vim aqui intimado, nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Agradecendo as palavras do Sr. Secretário, eu queria dar...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Deixa eu só dar continuidade, convidar os outros expositores a participarem do debate, para depois a gente dar seqüência a outras perguntas.

A SRA. JUSMARI OLIVEIRA - Era uma pergunta que eu esqueci de fazer para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Tá o.k., mas pode responder... Você faz a pergunta e depois ele responde?



O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu gostaria, Sr. Presidente, porque eu tenho algumas atividades aí para...

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Só deixar uma pergunta para ele, só sobre o material de limpeza e sobre o material de higiene dos presos, se o Estado fornece, porque o que foi-nos colocado ontem lá é que eles têm que ter material de limpeza do estabelecimento e também material de higiene.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Pode responder, Sr. Secretário, de forma bem objetiva, para a gente passar para os próximos expositores, por favor?

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Nós temos material sim. Eu estou buscando em São Paulo um novo gerenciamento, em termos de gestão de abastecimento de remédio e de equipamento farmacológico. Em função de quê? Nós, buscando esse tipo de projeto que já existe em algumas Prefeituras, em alguns Estados, nós não temos mais a preocupação de controlar estoque, de ver validade de remédios, nada disso. Então eles recebem material de limpeza. Agora, a parte de limpeza está sempre atrelada ao gestor. A senhora vai entrar dentro do complexo de Bangu, a senhora vai ver cadeias com a grama aparada, varrida, e a senhora lamentavelmente pode se deparar com Vicente Piragibe, que posso lhe afirmar que não é a maioria do comportamento dos gestores. E a senhora foi muito bem indicada lá, porque, se a senhora fosse, talvez, em 2 ou 3 que não tivessem o perfil dessa que a gente está preocupado, nós teríamos outra imagem do sistema, porque Bangu 3 é muito bom, Bangu 1 é muito bom, Bangu 4 é muito bom, Bangu 5 é muito bom, Esmeraldino Bandeira é excelente, é uma unidade industrial, referência nacional. Nós temos 7 hospitais para uma população de 23 mil presos. Eu acho que o homem livre não tem essa proporção, 7 hospitais, e nós temos. Temos hospital de referência de HIV.

Então eu gostaria que pudéssemos ter mais visitas da CPI, para que ela efetivamente não ficasse com a que foi direcionada, que deveria ser vista também. Mas eu acho que é dever da CPI visitar tudo isto que eu estou falando aqui também. Aí é uma indignação do Secretário, que não tem o que esconder e que tem o que apresentar do que ele gosta e do que ele faz bem. Eu tenho coisas ruins — ninguém é perfeito —, mas nós temos coisas muito boas dentro do sistema, e somos



referência a nível nacional, com certeza. Excetuando Brasília, não conheço um sistema como um todo que tenha coisas como nós temos dentro da nossa Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Agradecendo ao Secretário pelas palavras, eu gostaria de convidar agora o Dr. Francisco Rodrigues Rosa...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Eu, pelo menos, tenho várias perguntas que são importantes para o relatório a serem esclarecidas. O Deputado Tenório me parece que tem pergunta para o Secretário. O Secretário vai ter que sair. Ou a gente conclui com ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Que horas que o Secretário tem que sair, por favor?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ou a gente conclui com ele...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Sr. Presidente, eu preciso sair agora. Agora, com relação a perguntas, o nosso proponente ali...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Pode mandar por escrito também.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Isto aqui tudo são perguntas da CPI, que eu recebo há 1 ano e respondo. Só estes ofícios aqui... Tem 27 perguntas neste ofício, com todas estas perguntas que eu respondi aqui agora. Neste segundo ofício aqui tem mais 7. Neste outro aqui deve ter mais umas 15, e é da CPI. Eu vim por uma deferência especial, mas tudo que eu falei está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Mais de 1 ano não, que a CPI tem 8 meses. Deve ser recentemente.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Esta aqui. Este aqui é de 11 setembro de 2007.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Com certeza as perguntas que eu tenho podem não estar nessas perguntas, que eu acho que são mais formais. Eu sugeriria o seguinte...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Mas não estou me opondo a responder, eu só tenho disponibilidade de tempo (*ininteligível*). O pastor foi embora, todo mundo foi embora. Eu sou Secretário de Estado, também tenho que sair.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Podia só fazer o seguinte: o Deputado Tenório podia fazer as perguntas, eu quero fazer várias, objetivas... Eu não fiz inclusive falas, discursos longos, porque nós estamos querendo é obter respostas. E eu gostaria que... Ou então vamos ter que convocar o Secretário em Brasília, para poder....

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Então o senhor por favor me convoque, e eu estou me retirando, está o.k.?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu acho que é uma falta de respeito do Secretário com a Comissão. Eu acho que é uma falta de respeito. Isto aqui é uma Comissão Parlamentar de Inquérito...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu gostaria que me garantisse a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Não, eu acho que tem que ter...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu estou lhe pedindo. Eu fiz as minhas colocações, não estou me impedindo de responder.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas eu acho que a forma como o senhor se manifestou aqui...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - O senhor quer que eu faça...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então eu vou pedir que convoque o Secretário, porque tem muita coisa mal esclarecida, tem muitas perguntas não respondidas.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Então, que o senhor o faça. Eu estarei pronto a fazer.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pois nós vamos pedir a convocação.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Estou pronto a fazer.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O secretário também envolveu muitas respostas subjetivas, divagou demais, e nós queremos respostas objetivas.



O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu estou disposto a responder tudo o que o senhor desejar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Eu acho que o Secretário em momento algum deixou de responder às perguntas.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu estou disposto a responder tudo o que o senhor desejar, doutor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pediria que seja convocado o Secretário.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu acho que só tenho que ser respeitado. Eu sou a autoridade máxima que chegou aqui e foi o terceiro a ser inquirido.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas nós somos Deputados Federais. Somos Deputados Federais. O senhor...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu sou a autoridade máxima aqui e fui o terceiro a ser inquirido. O senhor se comporte.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, estou bem comportado. Eu estou bem comportado. Agora, o senhor não pode aqui dizer para onde que a CPI deve dirigir as suas investigações.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Se eu tivesse sido inquirido no primeiro momento, seu eu tivesse inquirido quando cheguei, como deveria ser, como Secretário de Estado, eu já tinha ido, com certeza, porque o pastor foi. Todo mundo foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Não, o pastor não foi ainda.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu vou pedir que convoque para ir a Brasília...

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu estou à disposição.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... para prestar as informações.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Eu sou pessoa jurídica, eu tenho endereço certo, domicílio certo. Está aqui a ficha preenchida. Por favor, Presidente, poderia me ausentar?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Eu vou, então... O Sr. Secretário pode se ausentar.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - E dizer que a Comissão vai convocá-lo para estar em Brasília.

O SR. CÉSAR RUBENS MONTEIRO DE CARVALHO - Muito obrigado. Estaremos pronto lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Essa próxima semana estaremos aprovando esse requerimento de convocação e aguardamos o senhor, para mais esclarecimentos, em Brasília.

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Pela ordem, Sr. Secretário. Eu sou do Ministério Público. Eu gostaria de ter a preferência aqui também, porque eu tenho horário.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Vamos dar, então, continuidade. O senhor tem a palavra.

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Perfeito. Sr. Presidente, Felipe Bornier, que está substituindo atualmente o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Por favor, ligue o microfone. Por favor.

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Alô! Alô! Alô! Sr. Presidente Felipe Bornier, que está substituindo o Deputado Neucimar Fraga, aqui a todos aqui eu saúdo. Demais autoridades aqui presentes, meu nome é Cristiano Lajoia. Eu sou Coordenador da área de Execução Penal do Ministério Público do Rio de Janeiro. Eu tenho uma atribuição de coordenação de 14 promotores que atuam exclusivamente na área de execução penal, sendo que são 10 promotores que atuam diretamente relacionados a réus presos, 2 promotores que atuam a réus soltos e mais 2 promotores em substituição específica. Esse aqui está melhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Felipe Bornier) - Podia falar um pouquinho mais alto, por favor?

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Perfeito. A minha área de atribuição é basicamente as unidades prisionais. Questões de casas de custódia,



questões de delegacias de polícia que envolvam presos provisórios, as atribuições são dos meus colegas da área criminal, que é uma outra área distinta. E eu venho basicamente aqui, num primeiro momento, falar sobre as nossas atribuições. Nós temos realizado, o Ministério Público, há quase 5 anos, visitas semanais às unidades prisionais. Cada um dos 14 promotores que lá incorporam o nosso quadro faz visitas às unidades prisionais, vêm conhecendo todas as unidades prisionais num sistema de rodízio. A cada visita são realizados por 2 promotores, uma comitiva de acompanhamento. Eu, na qualidade de coordenador, também faço outras visitas de caráter extraordinário. Nessas orientações que nós fazemos, nessas visitas, conhecemos toda a estrutura prisional, buscamos sempre ver os defeitos, buscamos ouvir os presos e buscamos principalmente também divulgar o nosso telefone de Ouvidoria do Ministério Público. Nós temos um telefone próprio, o número 127, do qual relatamos para os presos que naquele momento não queiram fazer alguma denúncia expressa, por se sentirem coagidos na questão da visitação, eles fazem através de familiares. E a partir daquele momento nós fazemos a averiguação das denúncias formuladas. Aqui no sistema são 46 unidades prisionais. Dentro desse sistema, nós conseguimos visitar uma unidade prisional de duas a três vezes por ano. Em relação à Unidade Vicente Piragibe, que foi comentado sobre uma possível omissão do Ministério Público, eu venho esclarecer que nós realizamos uma fiscalização lá, que eu estava presente, no dia 8 de maio. E todos esses problemas que foram localizados aqui nós também focalizamos: além dessa questão, o problema de presos com tuberculose, o problema de um preso aidético que lá teria, o problema de presos com hipertensão, que estariam 3 presos nessa situação. A questão do lixo, nós, anteriormente, numa anterior visita que nós fizemos... Todo aquele lixo, que é uma situação muito degradada daquela unidade, pelas próprias condições de ser uma unidade antiga, de ser uma unidade mais tradicional. Anteriormente, aquele lixo ele era na frente de cada uma dos pavilhões. Fizeram, posteriormente, uma concentração no centro, para justamente utilização de material reciclável. Não é ainda a situação ideal e estamos também trabalhando nessa questão. A questão do esgoto também. Já houve mudanças da situação anterior que estava. Fizeram um remendo, que não ficou também de forma adequada. Estamos trabalhando nisso. Fiscalizamos a questão. A gente foi até num dia de visitação,



para ver como é que era o tratamento lá dos presos. Visitamos a parte da alimentação, ali separada. E, com isso, com os nossos relatórios, o que basicamente nós fazemos? Primeiro, tomamos as medidas que nos cabem na área de execução penal. Isso eu venho, num ponto, até a fazer uma crítica na área de execução penal: que o promotor de execução penal, o juiz da área de execução penal, ele tem uma limitação de atuação muito grande. Ele tem uma atuação de limitação na adoção de medidas positivas que são provocadas num determinado momento. Por exemplo, você fazer uma inserção junto ao órgão público, ao Governo Estadual, para se promover alguma construção de algum sistema de canalização de esgoto ou alguma outra política positiva. Mas a par disso, nós temos também, em relação aos nossos relatórios, temos enviado à SEAP e a Secretária de Administração Penitenciária tem nos atendido, dentro do possível, dentro da situação. Eu posso falar que temos um relacionamento muito bom com a SEAP e, nas situações que a gente não consegue resolver por esses meios de negociação, informamos às Promotorias de Direitos Difusos, que já ingressaram inclusive com Ações Civis Públicas compelindo o Estado a prestar determinados deveres. Por exemplo, houve, no ano passado, Ação Civil Pública no Presídio Hélio Gomes, perdão, no presídio Ary Franco, em que foram feitos diversos pedidos justamente para corrigir situações irregulares que lá estão havendo. Mas a grande dificuldade que temos é que o Poder Judiciário, por ser uma característica tradicional, por ter uma forma de atuação muito tradicional, por ter uma forma muito ritualística, tem uma dificuldade de processamento dessas Ações Civis Públicas, dessas demandas ministeriais e, com isso, a forma que vimos sempre tentando, a par da Ação Civil Pública, no caso em que lá não dê certo, vimos sempre tentando essa via de negociação, que em muitos casos tem sido proveitosa. Por exemplo — uma outra situação dessa via de negociação: há pouco tempo, nós fomos visitar a Casa de Custódia Japeri, em fevereiro deste ano — eu estava lá presente —, e vislumbramos uma situação de um preso que havia morrido com meningite. E havia um certo risco. A preocupação do diretor da unidade: de que a situação ali poderia se perpetuar para outros presos. Acionamos a Secretaria de Administração Penitenciária, acionamos a Secretaria Estadual de Saúde e, com isso, foi feita uma campanha, foi feita uma intervenção naquela unidade, justamente para tentar coibir aqueles riscos. Vislumbramos, atualmente, nas casas de custódia



que temos visitado, apesar de estar num quadro limítrofe em relação à capacidade carcerária, viemos vislumbrando muito presos em situações irregulares: presos em situações semi-aberto, presos em situações aberto em unidade que originariamente é uma unidade fechada. E isso... Basicamente, um dos grandes fatores foi a recente mudança de posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre aquela questão dos crimes hediondos e toda uma questão de mudança de jurisprudência que, com isso, fez que uma demanda reprimida de diversos presos de quase 15 anos estarem num regime fechado e irem para um regime semi-aberto e aberto, progredirem a pena, fossem de uma... de quase 1 ano, fossem liberados, fossem esses presos escoados, por mais difícil que seja essa palavra, por assim dizer. Mas, com isso, tem uma dificuldade muito grande que a gente vem acompanhando da SEAP em adequar espaços de cumprimento de pena para presos em semi-aberto e para presos em aberto. Mas isso... Temos também tentado fazer uma ingerência junto à Secretaria de Administração Penitenciária. cremos que no futuro até essa própria Unidade Vicente Piragibe, depois de uma reforma nessa situação de esgoto, que também pleiteamos, depois de uma reforma dessa situação do lixo, que também pleiteamos, que ela futuramente comece a adequar. Já soube que, semana passada, ela já começou a adequar parcialmente esses presos do semi-aberto. E tudo isso é uma evolução de negociações que vimos tentando ter. E uma coisa que vemos, muito deslumbrando é que, basicamente, o principal remédio que nós temos, os promotores de execução penal, vislumbrando essas situações, fosse adotar a interdição de cadeias. Nós teríamos interditado quase a grande maioria de cadeias, porque, com problemas outros que assim a gente vai vivenciando, não seria a adequação, não seria, a melhor medida. Onde iríamos colocar esses presos? Situações limítrofes nós encontramos, por exemplo, no Presídio Hélio Gomes, que já foi anteriormente denunciado pelo conselho da comunidade, aqui presente também. A partir de uma denúncia que eles fizeram, foi instaurado um processo junto à Vara de Execuções Penais e houve um pedido de interdição parcial dessa unidade, que está sendo cumprido pela Secretaria de Administração Penitenciária, com o aval do Ministério Público. Na data de anteontem, eu estive conversando com o Chefe de Gabinete Civil, o Dr. Régis Fichtner, e ele falou que a previsão é ainda este ano, no máximo daqui a 1 ou 2 meses, fazer a desativação completa do Hélio Gomes e, com



isso, a gente eliminar a última unidade que tínhamos do complexo Frei Caneca. É uma intenção. Mas tudo isso depende de uma ação maior da Secretaria de Administração Penitenciária. Quanto à questão do Talavera Bruce — eu já tive ocasião de visitar duas vezes este ano... Essa questão da unidade materno-infantil, que é uma grande preocupação, eu tenho vivenciado, acompanhado a CPI que V.Exas. estão realizando. A situação da mulher no cárcere realmente é uma situação que merece todo o cuidado. A título de ilustração, teve um encontro, em Brasília, semana retrasada: Sistemas penitenciários financiados pelo DEPEN. E lá foi dito que, enquanto a situação de presos do sexo masculino aumenta quase 2% por ano, da população carcerária, as presas estão aumentando quase 10%. É um aumento muito maior em relação à população masculina e isso deve ter um cuidado maior. E o que o Ministério Público está fazendo em relação à situação da mulher? Num primeiro momento, nessa unidade materno-infantil, nos chamou atenção a questão da presa grávida. Vimos tentado tratar, junto com a Secretaria de Administração Penitenciária, em conjunto com as subsecretarias de tratamento penitenciário, o treinamento dos profissionais que atuam na área da Secretaria de Administração Penitenciária (psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras), o treinamento pelo nosso pessoal do Ministério Público — os nossos profissionais já têm uma vivência muito grande nessa atuação da área da infância e juventude —, justamente para acompanhar essa presa desde a evolução da gravidez até os primeiros 6 meses a que ela teria direito, nessa atual unidade, de acompanhar o seu filho. Vislumbramos também que 6 meses é uma data muito pouca para uma mãe ter o contato com o seu filho. Mas, infelizmente, por questões de limitações de capacidade, nós temos que trabalhar com fatos concretos. E que esses 6 meses, num futuro, se tornem 1 ano, num futuro se tornem 1 ano e meio, num futuro se tornem 2. Que tenham o direito de acompanhamento até uma determinada condição de segurança da criança. E, com isso, nessa situação de acompanhamento, em paralelo, vimos também trabalhando a família da presa que irá receber essa criança, quando a mãe tiver que fazer a... tiver que fazer a... não tiver mais condições de amamentação, tiver que ser a fase da desamamentação. Vimos trabalhando essa família toda justamente para receber essa criança e que também ela entenda que é muito importante, não obstante estar a mãe presa, familiar, fomentar esse convívio



da criança com a sua mãe, que é uma situação temporária da mulher presa. Com isso, também, nós temos tentado, dentro lá do Ministério Público, feito uma maior celeridade dessa situação das mães presas. Inclusive nós temos um contato muito direto com a promotora da Infância e Juventude que trabalha nessa situação. Ela nos repassa quais seriam as presas que teriam maior atenção e, com isso, nós demandamos e agilizamos, por assim dizer, o processo dela. A título de exemplo, nós tivemos, na semana passada, era uma mãe que era do Espírito Santo e ela tinha... Justamente a sua família morava no Espírito Santo. O seu filho teve que ir para lá para aquela situação, para aquele Estado, e nós tentamos e estamos tentando, junto com a Secretaria de Administração Penitenciária, fazer o agilização da transferência dessa mãe para junto de seu filho. Também junto com a Defensoria Pública nós temos levantado essa questão das presas estrangeiras e presos estrangeiros. Temos feito, juntamente com o Dr. Eduardo aqui e com o juiz da Vara de Execuções Penais, temos feito alguns encontros justamente para avaliar essa situação e para tentar agilizar o processo de repatriamento desse preso estrangeiro justamente para a sua, os seus países. Na questão sobre esse pórtico que foi muito comentado aqui, o meio eletrônico, eu venho falar, até agregando um pouco as palavras que o Secretário falou num determinado momento, eu venho falar que, em termos de direitos fundamentais, foi uma grande conquista. E por que foi uma grande conquista? Porque há 3, 4 meses — o Dr. Leandro estava aqui presente, ele é o Presidente do Conselho Penitenciário — foi formada uma comissão contando com representantes de diversas entidades, membros do Conselho Penitenciário. Eu tive o prazer e a honra de participar dessa comissão. E foi avaliada essa questão justamente da revista do preso. E nos deparamos com situações constrangedoras: de uma presa, perdão, de um familiar do preso tendo que se colocar em posições constrangedoras, tendo que se colocar de 4 para um funcionário fazer uma revista íntima dessa pessoa, para ver se encontra celulares, para ver se encontra drogas. Era uma situação que nós vislumbramos tão constrangedora tanto para o visitante como também para o funcionário de ficar vendo aquela exposição exacerbada. E a situação pior ainda foi que nós tínhamos ciência de que isso era feito em crianças também. Isso, de um lado, vira uma situação constrangedora. Para termos de direitos fundamentais, é o máximo de



inconstitucionalidade que eu posso prever. De outro lado, questões de segurança levavam a administração penitenciária a adotar esses meios. Tivemos a participação de um especialista da área de segurança demonstrando diversos registros de ocorrência em que eram utilizadas crianças da mais tenra idade, com 7, 6, 5 anos transportando drogas, transportando celulares. Era uma situação muito conflituosa. E com isso, eu posso dizer, Srs. Deputados, que esse pórtico foi uma das conclusões que nós fizemos nesta comissão: de que os meios de revista manual deveriam ser o máximo possível reprovados. E veio a Secretaria de Administração Penitenciária adotando essa situação. Também foram adquiridos 30 bancos justamente para revista eletrônica. A pessoa não precisaria mais se despir. Ela tão-somente sentava lá e lá se apontava, se denunciava o aparelho, se ela teria ou não algum aparelho, algum objeto ilícito. Essas justamente são algumas evoluções que esses meios eletrônicos, por mais que se possa dizer... Haveria tantas outras questões de investimento. O meu parecer, por todas essas questões que aí estão envolvendo, por ser também conhecedor que, na Corte Internacional de Direitos Humanos, em Costa Rica, a Argentina, numa situação semelhante, foi condenada... Então, é uma situação que o Brasil não pode vivenciar. E no momento em que vemos ainda a própria resolução do DEPEN prevendo, em nível federal, a revista manual das visitas, isso é uma situação que não pode perdurar. Isso é uma situação que tem que ser combatida. Em relação a denúncias de tortura, nós tivemos um caso emblemático, há pouco tempo, aqui no Estado do Rio de Janeiro, que foi uma denúncia de denúncia que foi realizada por agentes penitenciários no cumprimento do seu dever, do GIT. Estamos investigando essa situação. Há uma promotoria criminal que está trabalhando nesse caso. Em paralelo, também cobramos da Secretaria de Administração Penitenciária. A Secretaria de Administração Penitenciária já exonerou quem seria o comandante desse quadro. E estamos creio que à beira de conclusão, salvo engano. Se já deve ter até uma denúncia sobre esse fato, eu teria que apurar mais amiúde. Temos diversas outras denúncias de tortura que basicamente nós vislumbramos muito pelo nosso sistema de Ouvidoria, que é anunciado a cada um dos presídios, mas temos uma dificuldade muito grande em conseguir apurar pessoas que possam denunciar, em apurar dados mais concretos. Mas trabalhamos nisso e tentamos sempre combater essa questão. Outro



ponto que foi mencionado foi essa preocupação que assolou o País durante o ano de 2007 sobre as situações telefônicas. O que eu posso falar da atuação do Ministério Público nesse ponto? Em primeiro lugar, eu ouvi falar que o Ministério Público vem fazendo um acompanhamento muito grande, em parceria com a Secretaria de Inteligência Penitenciária. Temos feito o acompanhamento de várias tentativas de extorsões — inclusive, umas conseguimos coagir a tempo. E conseguimos fazer um cadastro de 80 ou 90 presos que atuavam constantemente nessa questão da extorsão telefônica. Fizemos a separação desses presos. Colocamos unidades de segurança mais reforçada justamente para coibir esse meio, que é o que os senhores, há pouco, ouviram mencionar, basicamente é o povo de Israel, que anteriormente era no presídio Evaristo de Moraes, aqui no centro, foi para o presídio de Bangu II, que tem uma segurança mais reforçada. E, além disso, quando focalizamos esses presos, em telefones celulares, fazendo extorsões, nós temos uma política ministerial nesse ponto de promover a inclusão desses presos em regime disciplinares diferenciados justamente para coibir. Posso falar que recentemente houve a inclusão de um determinado preso, que está cumprindo atualmente essa pena em regime disciplinar diferenciado, por uma situação de que ele, na situação de preso, comandava invasões em diversas favelas, invasões... ordens ao crime organizado por ele estar inserido.

Em relação a questões de processamento, o que eu posso falar é que nós temos uma dificuldade muito grande de um processamento célere da nossa Vara de Execuções Penais sobre a questão de benefícios. Posso dar um dado que eu acho que esclarece muito. Enquanto o Ministério Público atua com 14 promotores, enquanto Defensoria Pública e Assistência Judiciária atuam com mais de 90 profissionais — o Dr. Eduardo deve até falar melhor sobre isso —, nós temos 3 juízes na Vara de Execuções Penais para agüentar toda essa demanda. São muito poucos juízes; são juízes de uma qualidade excepcional, mas é humanamente impossível eles darem conta de todos esse pedidos de benefícios, de todo esse volume que se deve ter uma Vara de Execuções Penais, que se deve ter um Sistema de Execução Penal, porque enquanto o preso não vê tramitar seu benefício, isso causa insegurança. Tanto para o Ministério Público, quanto para a Defensoria Pública, quanto para a magistratura é interessante que os benefícios andem rápido.



Por quê? Porque isso agiliza o sistema e dá uma maior tranquilidade ao preso. Mas vemos pedidos de progressão de regime demorando 8, 9 meses em termos de tramitação dentro da Vara de Execuções Penais; vemos pedido sendo protocolado, às vezes, 2 meses depois. Por mais que se possa dizer de alguma situação que o Poder Judiciário estaria processando, eu realmente não consigo visualizar na minha cabeça que 3 juízes possam agüentar essa demanda toda.

Só a título de exemplo: uma vara criminal tradicional teria 12 a 13 serventuários atuando com elas, escrivães e por assim dizer. Na Vara de Execuções Penais nós temos quase 200 funcionários ali trabalhando. É uma empresa muito grande e é uma empresa que tem uma dificuldade de gerenciamento muito grande.

Em relação a outras questões que viemos tentando também em paralelo, viemos tentando também junto à Defensoria Pública, junto à Vara de Execuções Penais, à magistratura, uma padronização de conduta de benefício para justamente a gente tentar demonstrar, tentar evitar qualquer pedidos ou exigências desnecessárias para a tramitação de benefícios. E, num segundo momento, dentro desse quadro também, a criação de um manual do preso. Já temos, por sorte, formulado por um membro da Defensoria Pública, o manual das presas, que já serve uma grande parte da população carcerária. Queremos também expandir isso. E nesse ponto o Ministério Público se coloca no apoio e também no auxílio do protagonismo, a Defensoria Pública e o Tribunal de Justiça pra gente ampliar esse manual do preso, para o preso, quando ele ingressar na sua unidade, ele saber de todos os seus direitos de antemão, de todas as dificuldades que ele possa ter de antemão, porque isso, basicamente o acesso à Justiça, é que temos cada vez mais de implementar nessas pessoas que são tão colocadas em segundo plano pela nossa sociedade.

Basicamente, são esses os pontos. Em termos de sugestões, deve ser repensado por esta Comissão — este seria o momento — a questão do sistema aberto, que em grande parte das unidades federativas não é sequer implantado. Aqui, no Rio de Janeiro, nós temos uma casa de albergado, sim, mas uma casa de albergado que atende a todo o Estado. Grande parte dos nossos presos tem uma origem humilde, tem uma dificuldade de recurso muito grande. Muitas vezes ele sai para ir trabalhar, sai para ir para o retorno da sua família e não tem dinheiro muitas



vezes para retornar. Uma ausência de previsão legal para a Vara de Execuções penais realizar alguma ação positiva. A questão dos indultos que temos vislumbrado, que têm beneficiado presos com penas elevadíssimas. E isso, a cada ano, deve ser repensado, deve ser melhor adotado como devem ser feitas essas questões do indulto. As questões das visitas periódicas ao lar, que os presos vêm saindo e não vêm regressando. E só um termo de dados: no ano passado, o Tribunal de Justiça apontou nos seus registros que 80% dos presos que saíram na visita periódica ao lar numa primeira vez para retornar depois à sua casa não retornaram. Isso foi um dado fornecido pelo próprio Tribunal de Justiça. E também, num segundo momento, se reconhecer a necessidade de permanência do sistema aberto. Se se reconhecer a necessidade de incentivo dessa forma de regime de cumprimento de pena, aí eu sugiro a V.Exas. que pensem, então, se for o caso, alongar ou expandir até o caso da prisão albergue domiciliar, porque, na minha concepção, eu não consigo pegar um preso que está aqui na Capital do Estado, fazer com que ele vá cumprir, vá para a sua residência, vá para onde está todo o seu lar instalado, numa Comarca de Itaperuna, numa Comarca de Campos, a 4 horas daqui, 5 horas daqui, e possa retornar no mesmo dia. Não vai acontecer isso. Não há a mínima possibilidade de isso acontecer. E a grande questão: o preso, quando está num sistema carcerário, é uma pessoa estigmatizada, por mais que se possa dizer e se tente negar isso. Esse preso já não teve grandes chances no decorrer da vida. A grande maioria era de menores infratores que apresentaram algum descontrole familiar no início do seu berço, e a grande maioria continua nessa situação. É necessário ter um apoio maior do nosso Estado, por assim dizer, da nossa execução penal a esses presos.

Eram basicamente essas as considerações que eu teria que fazer num ponto inicial. Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Bom, quero passar a palavra para algum outro Parlamentar que queira fazer uso da mesma. O Deputado Francisco Tenório está inscrito e tem a palavra.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, demais colegas Deputados e Deputadas aqui presentes, eu quero registrar a minha insatisfação com a postura adotada pelo Secretário de Administração Penitenciária, Coronel da Polícia Militar, Coronel César, e também me associar, me juntar ao Relator no



sentido da convocação do Coronel a Brasília para complementar o seu depoimento, as suas declarações, para continuar a responder as perguntas que ainda carecem de sua resposta. Também desejo solicitar que sejam convocados os demais convidados que não compareceram hoje e os que compareceram mas que, num ato de solidariedade ao Coronel, também se levantaram e foram embora com ele. Fiquem também convocados. A CPI identifique quais esses, para que a gente continue esta sessão lá em Brasília, se for o caso, ou mesmo que se venha aqui novamente, mas em caráter de convocação, porque o ato praticado pelo Coronel, na minha maneira de ver, é um ato de insubordinação, se fosse lá na polícia a que ele pertence. Dessa forma, não pode ser desrespeitado um Deputado desta CPI ou mesmo a própria CPI da forma como foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só queria informar ao nobre Deputado Francisco Tenório que fui comunicado do fato e já determinamos à Secretaria da Comissão a convocação do mesmo, assim como do Juiz da Vara de Execução Penal que não esteve presente aqui. Nós achamos também que foi uma falta de elegância por parte do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro não enviar um representante. Inclusive, estou com um ofício aqui enviado pelo Desembargador à CPI dizendo o seguinte: *“Acuso o recebimento do ofício solicitando a indicação do magistrado para participar da audiência pública. Tenha certeza de que há no presente pleito o espírito público fundamental, que sempre caracterizou o Poder Legislativo. Todavia, aqui entendo que a matéria deve-se cingir ao âmbito do Poder Executivo, não havendo motivação legal para a pretensão desejada”*.

Eu acho que o Presidente do Tribunal está totalmente equivocado ao achar que problemas do sistema penitenciário envolvem apenas o Executivo. Eu acho que ele está desinformado da atuação do juiz da Vara de Execução Penal nesse assunto. Portanto, nós vamos convocar o juiz da Vara de Execução Penal para ir à CPI. E repudiamos aqui a falta de informação do magistrado do Tribunal de Justiça, que, demonstrando total desconhecimento do que diz a nossa legislação, diz que o assunto penitenciário é de competência do Executivo. Isso demonstra uma falta de informação. E dá para notar-se, a partir dessas informações, que é por isso que



muitos presos estão reclamando da falta do Judiciário dentro dos presídios no Estado do Rio de Janeiro.

Sobre o episódio do Secretário, quero lamentar o episódio, dizer que será convocado, sim. Inclusive, eu estava comentando com alguns colegas que foi até bom eu não estar presente, porque senão eu teria que dar ordem de prisão e prender o Secretário, porque é um desacato à CPI e nós teríamos que tomar essa atitude, e não outra. Mas lamentamos o ocorrido e ele será convocado. Se não for atender ao convite, nós poderemos solicitar à Polícia Federal que o encaminhe depois à CPI para prestar depoimento.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Sr. Presidente, só completar a proposta do Deputado Tenório. Eu queria também, primeiro, prestar solidariedade ao Deputado Domingos Dutra, que foi extremamente desrespeitado aqui pelo Secretário. Acho que o nosso Relator tem conduzido o seu trabalho, enquanto Relator, de uma forma bastante séria no País inteiro. É uma pena ter, de fato, ocorrido esse tipo de desrespeito no momento em que estava sendo ouvido o Secretário e ele ter tomado essa atitude. Por isso, reforço a proposta do Deputado Tenório. E gostaria de acrescentar na proposta o seguinte: primeiro, que essa convocação fosse feita para o prazo máximo de 15 dias; que nós já determinássemos que essa audiência que acontecerá em Brasília, com a presença, através de convocação, tanto do juiz da Vara de Execução Penal, quanto do Secretário de Administração Penitenciária, fosse já estabelecido que seria uma audiência que aconteceria no máximo em 15 dias. E que nós pudéssemos acrescentar, nessa convocação, o responsável pela POLINTER, o que acho que não houve nessa primeira audiência aqui, e eu acho que está muito claro que esse órgão que é responsável pela carceragem tem que estar presente nessa audiência. E que a gente também pudesse acrescentar nessa convocação, registrar essa indignação dessa atitude por parte do Secretário na própria convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós já determinamos à Secretaria da Comissão que faça a convocação para o dia 27 de maio tanto do Secretário de Assuntos Penitenciários, quanto do Secretário de Segurança ou o responsável pelas carceragens do Estado; no dia 27, os 2 estarão prestando



depoimento, juntamente com o Juiz da Vara de Execução Penal, que também deve ser convocado para, nessa mesma data, prestar depoimento à Comissão.

Francisco Tenório com a palavra.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, só ainda insistindo em lembrar o nome dos diretores de presídios que aqui estavam e que também, num ato de desrespeito a esta Comissão, se levantaram e acompanharam o seu chefe.

O Secretário discorreu durante todo o tempo querendo mostrar o lado positivo do Sistema Penitenciário, tanto é que os seus vídeos apresentados são propagandas institucionais da sua atuação — um fator positivo, eu entendo. Esta CPI não quer buscar o lado positivo, o que está funcionando bem, para fazer publicidade. A gente quer buscar o lado negativo mesmo, o que está funcionando mal ou não está funcionando para consertar. Quando instaurada esta CPI não se teve o objetivo de querer prender ninguém, de querer indicar ninguém, de querer apurar até desvios financeiros em funções administrativas, mas, especificamente, fazer um diagnóstico, uma radiografia do atual sistema prisional no Brasil para se propor soluções que venham a resolver essa situação e, conseqüentemente, diminuir a criminalidade em nosso País, que é grande em função... Temos como um dos pontos principais de aumento da criminalidade o Sistema Penitenciário Brasileiro. Então, esse é o objetivo maior desta Comissão. Lamentavelmente, algumas pessoas não entendem e ficam escondendo o que há de ruim nos presídios. O Secretário ficou aborrecido, desde o início, porque nós tomamos o depoimento, primeiro, de duas pessoas que não eram autoridades iguais a ele. Ora, era preciso até que se ouvisse mais; que se ouvisse o presidente do sindicato dos agentes, que se ouvisse mais pessoas, que se fizesse primeiro a radiografia para poder ouvir a autoridade responsável. Foram apenas duas e a terceira já foi ele. Ficou aborrecido porque nós não visitamos a penitenciária que ele havia indicado. Num atitude, até digo assim, bem pensada desta Comissão, nós usamos este princípio de visitar a penitenciária aleatoriamente, não aquela indicada, porque há uma roupagem: *“A CPI está vindo aí, vai visitar a penitenciária tal”*. Aí se limpa, se ajeita, dá uma roupagem, melhora a alimentação. E não é esse o objetivo, não. É ver o que está errado. Então, o que nós fizemos no Rio de Janeiro, fizemos em



outros Estados e vamos fazer em outros que vamos visitar. Ficou aborrecido porque os funcionários do sistema penitenciário levou a Deputada a um lugar ruim. Ele queria que levasse a uma outra ala que, segundo ele, é melhor. Eu não sei se ali tem ala melhor. Naquela penitenciária que nós visitamos não tem ala melhor ou menos ruim.

Mas eu fiz uma breve anotação aqui dos problemas encontrados na penitenciária, de alguns dos problemas, os principais, como, por exemplo, assistência jurídica. A assistência jurídica tem sido um reclame uniforme dos presos. A questão do andamento dos processos. E aí inclui o Judiciário e o Ministério Público e a assistência jurídica, embora eu chame atenção para o Ministério Público nesse ponto. A questão da alimentação, que se trata mais da questão administrativa, e nós vamos tratar com o Secretário lá em Brasília. A questão da superlotação, também com a questão administrativa. Para esta CPI, embora não deixe, também, de se ter a responsabilidade do Ministério Público e do Judiciário, porque incorre aí na improbidade administrativa, talvez a necessidade de uma ação civil pública para corrigir essas distorções da superlotação, da alimentação, um reclame geral da alimentação. E é esse o ponto que o Secretário ficou nervoso, porque vai, com certeza, responsabilizá-lo civilmente pelo uso indevido do dinheiro para pagar uma alimentação que não vale. A falta de trabalho — e aí eu chamo a atenção para esse aspecto, porque a penitenciária que nós visitamos tem um galpão extraordinário, enorme, empregando, salvo engano, 3 presos na marcenaria. Um galpão extraordinário! Daria para se fazer 4, 5 pequenas empresas que tivessem mais mão-de-obra. Então, o empresário que quiser trabalhar, quiser montar sua empresa nas dependências de um sistema penitenciário ou próximo para se ter mão-de-obra, ele tem que ser incentivado, mas incentivado na redução de impostos, incentivado na redução do imposto do salário do preso. Mas o objetivo maior é gerar mão-de-obra, é ocupar o preso. E ocupar o espaço que está ali ocupado com 3 presos é um erro administrativo. Acho que o Ministério Público pode verificar isso que eu estou dizendo para se dar um trato melhor a essa questão. A falta de escola. Vários presos que nós perguntamos: a maioria estuda? Não. Por quê? Porque não tem escola. Se tivesse, estudava. Então, é preciso se anotar isso, promotor, para que se verifique a necessidade de se implementar com mais vigor a escola, o ensino



público, até porque a maioria dos que ali estão, salvo engano, 50 e poucos por cento, são analfabetos. E um outro percentual são semi-alfabetizados, sabem quase nada. E é um dos objetivos do Governo Federal alfabetizar. É uma necessidade da população que todos os seus membros sejam alfabetizados, hoje.

Com relação à Fundação Santa Cabrini, é interessante que o Ministério Público observe isso para se fazer, talvez, uma investigação sobre a atuação da Santa Cabrini. Nesse complexo, tem um galpão que era...

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Deputado Francisco Tenório, na hora eu acabei não me lembrando, mas acho que, na convocação, valeria a pena incluir o Presidente da Fundação Santa Cabrini para essa audiência também. Só, Sr. Presidente, incluir mais esse nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Mesa acata a solicitação e determina à Secretaria que faça a convocação, então, do representante, do Presidente da Fundação Santa Cabrini.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Só ainda um leve comentário com relação à Santa Cabrini. Um galpão que se praticava a hidroponia, o galpão está lá desativado; material pronto, desativado. No entanto, a alimentação dos presos ali carente de verduras, de hortaliças, que se produzem com facilidade e barato ali dentro. Então, a Santa Cabrini pode empregar a mão-de-obra, vai ter um ganho social e não vai ter despesa, porque a alimentação produzida deverá ser vendida à empresa que faz a alimentação para ser consumida ali dentro do complexo mesmo. Então, é uma questão de administração. A questão penitenciária do Rio de Janeiro não está devidamente administrada e precisa corrigir alguns pontos.

Um outro aspecto aqui é a questão dos agentes penitenciários. Não é uma particularidade do Rio de Janeiro, vários Estados não têm a formação, o grupo completo de agentes penitenciários necessários para cuidarem dos presídios.

Eu quero apenas trazer, como já foi dito aqui, a questão da Polícia Penitenciária. É uma visão hoje da Câmara dos Deputados, eu acredito até que vai ser aprovada em plenário. A PEC já está pronta, eu participei da emenda na Comissão Especial e aprovamos a criação da Polícia Penitenciária, dando ao policial prisional o porte de arma, que já é uma necessidade até pelo exercício da sua



atividade, quando sai, o trajeto trabalho—residência, residência—trabalho. É extremamente importante isso. Apesar de que uma medida provisória do Governo não contemplou nesse sentido, a Câmara dos Deputados tentou corrigir, mas não conseguiu, pela oposição existente, e se encontra no Senado Federal. É interessante que os agentes penitenciários tenham conhecimento de que essa medida provisória encontra-se em apreciação no Senado, porque podem fazer gestão junto ao Senador Romeu Tuma, que é o Relator da medida provisória. E podem ainda corrigir isso num tempo mais rápido. Por que eu digo num tempo mais rápido? Porque a PEC vai demorar mais, ela pode demorar mais. E a medida provisória é imediata.

Tenho uma pergunta a ser feita ao Secretário, mas não vou nem tecer comentário, porque vou esperar ele chegar. Duas perguntas. Eu não entendi — essa aqui eu tenho que fazer esse comentário — por que o pastor não tem acesso mais ao sistema penitenciário. Estava incomodando e tal. Eu não consegui entender. Era essa a pergunta que eu ia perguntar ao Secretário. Uma das perguntas era essa. Ele esclarecer: por que um trabalho bem feito, como o trabalho da Igreja? Um dos pontos que mais recupera os presos é a Igreja, seja católica, protestante, qualquer que seja. A Igreja leva a fé, que faz com que ele, ao sair... também leva um encaminhamento ao trabalho, ao emprego e tal, que facilita sua recuperação. E o ponto frágil do sistema penitenciário, hoje, é a recuperação do preso, é a ressocialização dele. E aí vem até a questão do princípio da pena. A pena é, nos conceitos aí, um mal justo. Um mal justo praticado pelo Estado, em contrapartida a um mal injusto cometido pelo preso. Mas, como princípio, tem 2: um de punir, e o principal, o número 1, de reeducar, de reeducar o preso para reinseri-lo na sociedade. Esse não existe, não se pratica. E nós temos que ter a consciência que não. Tanto é que há um índice alarmante de reincidência, porque não se reeduca. Nós estamos invertidos, nós estamos pior, estamos ensinando a praticar o crime no momento em que se pega um preso por um acidente de automóvel, por um delito menor, que se joga no presídio e ele aprende a praticar o crime, porque vai conviver com criminosos que lá estão e logo volta. E volta a praticar crime mais. Esse é um princípio que nós temos que corrigir. E aí esta CPI, eu tenho certeza... Eu estou entusiasmado com esse trabalho. Nós vamos ter a história do sistema penitenciário



antes e depois desta CPI, porque ela, além de detectar esses problemas, ela tem o poder de apresentar as soluções e canalizar recursos para que se executem essas soluções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Deputada Cida Diogo.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Só algumas perguntas mais objetivas direcionadas ao promotor. Primeiro, que ele possa nos passar hoje se o número de promotores que estão disponibilizados para essa função específica é suficiente, o quanto seria necessário de se acrescentar do número para poder, de fato, o Ministério Público cumprir o seu papel, que é de fiscalizar e exigir que haja condições de fato dignas para que os aprisionados possam ser respeitados enquanto seres humanos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Concluiu a pergunta?

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Não, tenho uma série.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Cida, eu queria só pedir ao Presidente, porque, na realidade, eu tinha ainda uma pergunta a fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pensei que tivesse concluído.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Não, e o Presidente passou...

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Pensei que você tivesse...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Eu sei que era uma intervenção sua, mas só um comentário com relação à atuação do Ministério Público, chamar a atenção nesse sentido. Eu tenho muita admiração pelo Ministério Público, agora na questão penal o Ministério Público tem deixado a desejar. E eu faço esse comentário não apenas como uma pergunta, mas que o Ministério Público reflita sobre isso, no tocante ao acompanhamento do processo na execução penal. O Ministério Público consegue embutir, como uma cultura, ser promotor de acusação na questão penal, de prender, de brigar pela maior pena. E a maior pena a gente já está vendo que não resolve. Resolve talvez uma pena bem executada, não precisa ser tão grande. Várias das reclamações, a maioria é com relação aos direitos dos presos, de que não lhes estão sendo dados os seus direitos: progressão de pena que não é cumprida; preso que já tem o direito de estar em liberdade e não consegue com que



o juiz lhe mande para casa. Já tem até detectado o fato de que o cara já cumpriu a pena totalmente, mas falta o juiz pedir o alvará para ele ir embora. Não há uma praticidade. O diretor do sistema penitenciário não tem autonomia sobre isso, para lhe dar progressão de pena automática. O indivíduo é preso por seis anos e, ao cumprir um, ele sai do regime fechado para o semi-aberto. Ao cumprir metade da pena, ele já tem direito a liberdade condicional. Então, sobre essas observações eu quero que o Ministério Público reflita, porque há casos de promotor que passou 10 anos acusando, prendendo, aumentando pena, e depois foi para os direitos humanos e lá ele se arrependeu. *“Rapaz, o que eu fiz esse tempo todo só pedindo pena grande?”* E hoje a gente sente a diferença da ressocialização na questão do cumprimento da pena. Muito obrigado. Passo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputada Cida Diogo.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Então, é a questão do número, que eu acho importante. A gente sempre ouve essa questão do número, e aqui para o Estado seria importante saber exatamente qual é esse déficit que existe. Uma outra questão em relação à ausência do MP nas carceragens, que é uma questão que... Toda vez que a gente vai, os presos relatam que não vão lá, não conversam com os presos. Eu sei que tem o problema do déficit de número. Agora, eu acho, é um sentimento — e aí gostaria que o senhor, representando o Ministério Público, pudesse nos repassar —, é um sentimento que fica sempre quando a gente vai fazer essas visitas: que, de fato, o Ministério Público tem valorizado pouco essa intervenção, essa atuação mais direta de ir conhecer *in loco*, de assumir um pouco esse papel, que é prerrogativa do Ministério Público. Então, também, além do número, de poder reportar um pouco como tem sido essa discussão dentro do próprio MP, no sentido de mudar comportamento, de que os promotores incorporem isso como um papel importante por parte do Ministério Público com relação às carceragens. A questão das nossas mulheres encarceradas, volto a insistir. O senhor colocou, pincelou algumas questões. À pergunta que eu fiz ao Secretário ele não respondeu da forma como eu tinha feito, que é uma perspectiva de nós trabalharmos, no nosso Estado, uma soma de esforços envolvendo o Ministério Público, Defensoria, o Executivo, o Judiciário, como a gente poderia pensar, para essas mulheres encarceradas, que é um número bem menor. Com certeza a



necessidade de recursos para isso seria também bem menor, para que a gente pudesse dar a elas uma condição mais rápida de serem tratadas com mais dignidade, dentro de uma política que vá desde a assistência jurídica até a ressocialização, a reintegração dessa mulher à sociedade. Pergunto como é, se vocês concordam com isso — aí já deixo a pergunta para a própria Defensoria também colocar —, se vocês acham que haveria condição de a gente tentar trabalhar numa perspectiva de soma de esforços para isso. Uma outra questão é em relação à Vara de Execução Penal. O senhor colocou que são apenas três juízes. O que significaria hoje, para dar uma condição de a Vara trabalhar com mais celeridade, quantos juízes seriam necessários? Seria a necessidade de haver mais Varas e mais Comarcas, ou as que já existem, com mais juízes, já daria para resolver? Como poderia ser pensado isso em relação às Varas de Execução Penal? E, por último, a última proposta que o senhor fez, que eu não consegui entender bem, em relação ao indulto. O que de repente a CPI poderia pensar por conta dessa preocupação do não retorno? O que poderia ser feito e ser pensado, seja a nível de legislação, seja a nível de proposta concreta, para essa questão? Eu não entendi bem esse final dessa proposta que parece que o MP está pensando em apresentar. Pode esclarecer para a gente? Acho que poderia responder. Depois, com certeza, o Relator vai ter outras perguntas, e a Deputada Jusmari. A gente já avançaria.

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Perfeitamente. Inicialmente agradeço as perguntas. Primeiro vou responder ao Sr. Deputado Francisco Tenório. Pelo menos na minha concepção, o senhor havia falado do promotor acusador na área de execução penal. Eu já penso que eu superei, pelo menos eu tento superar essa situação. Eu venho junto com a Defensoria Pública. Vamos fazer o manual do preso, justamente para tentar dar essa questão de o preso ter o seu acesso à Justiça bem delineada, ele saber quais são os benefícios, saber quando demandar, ele realmente saber os seus direitos. Essa questão que há pouco tempo nós enfrentamos, a questão da revista, o Ministério Público fechar os olhos para a situação constrangedora que estava acontecendo em cada um desses nossos presídios, é uma coisa que realmente não condiria com uma função de promotor como fiscal da lei. Eu até lhe falo, Sr. Deputado: estou aqui nesse ponto, estou reclamando também da questão da demora dos benefícios. Não interessa, é



um ponto incomum aqui. Tanto Defensoria Pública quanto Assistência Judiciária, quanto ao Ministério Público, não se pode demorar o que se está demorando para se ter benefício. Não pode um processo de progressão de regime demorar oito, sete meses. Não pode uma entrada de um benefício desses, até ser analisada pelo juiz, demorar dois, três meses. Com isso, adiantando até um ponto que a Sra. Deputada Cida mencionou, a questão do número de promotores, eu venho lhe falar que, no Estado do Rio de Janeiro, promotores no regime fechado, nós temos o número suficiente. Nós temos... são 10 promotores, cada um atuando em um final de RG, a nossa distribuição. Agora, o que nós temos, acredito, em número insuficiente são promotores...

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - O que é final de RG?

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA – Final de RG é de acordo com o final da Carteira de Identidade. Um promotor, ele atua naquele final. Eu, por exemplo, quando eu estava na situação de titular, eu atuava com os presos de final três, sempre. Nós temos uma situação que eu acho desconforme: seria a situação dos Promotores em penas e medidas alternativas. Mas isto eu venho acompanhando: um grande esforço do Departamento Penitenciário Nacional de fazer um incentivo às penas e medidas alternativas. E venho acompanhando os esforços de V.Exas. na elaboração de leis. Mas um ponto que tem sido muito criticado, tem sido muito difícil, é a questão da inefetividade dessas medidas. É a questão, por exemplo, da execução da pena de multa; é a questão de uma pessoa que descumpra uma pena restritiva. E isso está indo de encontro... Essa situação de ineficiência é que tem também sido um lado perverso dessa questão da encarcerização. Porque há ainda um déficit muito grande, há uma cultura de não se investir nessa questão das penas e medidas alternativas, por mais que se faça; e, num segundo momento em que se é investido, é desacreditado. Foi o que aconteceu naquele caso, a um tempo atrás, em que o marido que espancava a mulher recebia cesta básica. São situações semelhantes que a gente vem vivenciando em nosso País. Vemos situações em que aplicamos uma pena de multa, ela não é paga pela pessoa que foi penalizada por essa pena de multa e não acontece nada! Ela é levada...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Promotor, dentro desse espírito de discussão, só peço uma colaboração do senhor, uma opinião do senhor. Estamos levantando uma discussão dentro do âmbito da CPI sobre a questão, por exemplo, da progressão de pena. A gente percebe no Brasil que as unidades prisionais, elas não comportam nem mesmo, por exemplo, o fechado. Você tem que ter uma unidade para o semi-aberto, depois uma para o aberto albergado; e as casas de albergado no Brasil passaram a ser um problema para os presos. Os presos às vezes saem para trabalhar, mas quando voltam são obrigados a trazer arma, trazer droga para dentro do sistema pelo chefe da quadrilha. Passou a ser um problema para os albergados. Concordo até com o Secretário quando ele diz que esses que já saem para trabalhar tinham que ficar em casa, quem sabe até com o monitoramento eletrônico, que é uma alternativa. Mas nós estamos levantando uma discussão. Alguns países já adotam esse sistema. Por exemplo, o regime da progressão de pena. Por que dar 30 anos de cadeia para um cidadão, se com 5 ele tem direito a benefício? Não seria melhor, ao invés de dar 30... *“Você vai tirar 15, mas é 15 de pena cumprida”*. Seria o caso de entrar na cadeia no dia 1º de maio de 2008 e sair em 1º de maio de 2018, sabendo o dia e a hora em que ia sair da cadeia. É o que acontece nos outros países. O cidadão sabe a hora que entra e a hora que vai sair da cadeia. Já está gravado para ele. O que o senhor acha dessa possibilidade? É melhor a gente continuar fingindo que aplica uma pena alta e depois ele tendo o benefício e gerando um problema para o sistema, que não tem condições de comportar, ou se nós reduzíssemos, em vez de aplicar 30? Estaríamos a princípio reduzindo pena, mas não é redução, porque ele vai cumprir aquele tempo determinado. Qual a opinião do senhor sobre essa discussão?

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Olha, eu vou lhe ser muito sincero. É uma questão essa deveras controversa, é uma questão muito difícil de se enfrentar, eu concordo até certo ponto com o senhor dessa questão do limite certo de pena. Mas o que temos enfrentado, infelizmente, na realidade carcerária, o que eu vejo? Pena de prisão é uma medida de última razão, é uma medida que tem que ser colocada excepcionalmente? Com certeza. E tem que ser cumprida o suficiente, nem mais nem menos? Com certeza. Mas o problema que eu vejo na nossa população carcerária do Rio de Janeiro, infelizmente, o mínimo que uma



peessoa está cumprindo pena agora foi uma pessoa que apontou uma arma de fogo na cabeça de outra pessoa. A grande maioria infelizmente são crimes hediondos. Eu não vejo... são raríssimas vezes que eu vejo uma pessoa que fez um furto de uma manteiga ou alguma coisa estar numa prisão cautelar naquele tempo em que o promotor não atuou ou o juiz não atuou; mas uma prisão cumprindo pena de execução penal, não consigo ver isso. Eu vejo raríssimas vezes essa situação. Agora tráfico, agora a questão das violências todas, essa que é a maior vivência. O grande problema que eu vejo, até o ponto do indulto que foi comentado: existe sim um indulto. Como é que ele está sendo visto atualmente pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária? E posteriormente ele é aprovado pelo Presidente da República. A cada ano... É um decreto anual de indulto. E temos visto, é uma tentativa louvável de sempre tentar se esvaziar a cadeia, e sempre se vai nesse ponto de esvaziar a cadeia. Só que, em pontos concretos, que eu já tenho visto nessa atuação de esvaziar cadeia, pega tanto aquela pessoa que realmente foi condenada a 8 anos, como já pegou pessoas condenadas a 60 anos de prisão, tendo indulto! E o que me pergunto é o seguinte: será que uma pessoa que matou duas, três pessoas... Qual seria a pena dela? Será que também ela deve ser condenada e cumprir só três, quatro anos de prisão, e sair? Também não sei. É uma questão difícil. É isso que nós vivenciamos muitas vezes nesse decreto de indulto. Às vezes consta... a pessoa está há dez anos presa e ela saía, cumprindo pena no regime fechado. Só que essa pessoa muitas vezes foi condenada a 120 anos de prisão. Há um caso concreto, que aconteceu há pouco tempo, que eu vivenciei: foi de um preso que participou de uma daquelas brutais chacinas no interior, foi Duque de Caxias, salvo engano. Ele recebeu indulto. No ano seguinte, preso com mil anos indultados! E a gente pensa: nosso Código Penal, que tem uma legislação máxima de 30 anos, uma pessoa sendo condenada a 130 anos! Qual foi a incursão toda que ela passou na nossa legislação penal? Se essa pessoa tem que ser solta antes, eu realmente não consigo, talvez por uma estreiteza de pensamento... Em outros países talvez ela ficaria um maior tempo de cumprimento de pena. E são essas pessoas que a gente está sendo desafiado muitas vezes nesses decretos. A gente vê pessoas com 40, 50 anos nessa condição. Isso talvez tenha que ser repensado. Só a título de ilustração, foi no Decreto de Indulto de 2004. Se a redação do Decreto



de Indulto de 2004 fosse repetida em 2005, iriam sair os presos da chacina da Candelária. Imaginamos o seguinte: aqui no Rio de Janeiro, o que foi aquela chacina da Candelária, aquela violência toda praticada por policiais? E como é que seria o Estado se comportando? Depois de um tempo, ele liberta aquelas pessoas que tão gravemente mancharam a honra do nosso País. Uma coisa eu penso, Sr. Deputado: se a gente realmente não pode pecar pelo excesso, também nós temos que ter muito cuidado com a nossa insuficiência de proteção da norma jurídica, das nossas normas penais, porque em um determinado tempo a sociedade não vai mais aceitar a norma penal. A gente vivencia atualmente uma descrença muito grande da norma penal. E por que será? É um pouco nesses pontos que os jornais vão levando. E por mais que se vá falar que “*é a mídia, é a mídia*”, mas a população não se sente segura. E a população, nesse ponto — eu já tive oportunidade de ver em outros países desenvolvidos —, a população acredita num direito penal de uma forma muito mais eficiente do que nós. É um ponto da reflexão, é a minha estreiteza até de pensamento, eu posso estar até equivocado sobre essa questão. Em relação à ausência do MP na carceragem, o que eu posso falar, Deputada Cida Diogo, pelo menos na área de execução penal, o Ministério Público tem-se preocupado aqui muito. Como eu falei, eu tenho 14 colegas, e 14 colegas se revezam nessa vistoria das unidades prisionais. Eu, só a título de exemplo — e eu sou o Coordenador, não teria nem essa atribuição direta —, eu, por exemplo, já vistoriei, eu acho, neste ano, umas 15 unidades prisionais. Eu já fiz um levantamento dessa questão das casas de custódia, que são 6 ou 7 — já fui a todas —, fiz um levantamento geral das condições, do que estaria faltando. Levantei e trouxe aos senhores que o principal problema dos presos lá é que eles não são transferidos. Presos que têm direito a regime semi-aberto e aberto não são transferidos. Conheço, fui a Bangu I, que é unidade de segurança máxima; a Bangu III; ao Vicente Piragibe, em que eu estive uma semana antes dos senhores, sem saber da situação. A questão do Talavera Bruce, por duas vezes estive lá. Essa intenção que V.Exa. propôs sobre a atenção da mulher, eu posso falar para a senhora que eu estou plenamente de acordo. No Ministério Público, o que a gente tem feito nisso? É aquele quadro de acompanhamento, de que eu já havia falado no meu discurso inicial, em relação às mulheres grávidas; é a questão das presas estrangeiras; a questão de tentarmos dar



prioridade aos problemas das presas de estarem longe de sua família. Uma coisa que tem muito chamado nossa atenção é a falta de visita dessas presas por familiares — muitas vezes elas são jogadas à própria sorte. E tudo isso é um problema muito grande, sociológico. E vemos que toda essa questão das presas, a grande maioria são mulas, muitas vezes, que levam drogas aos seus maridos dentro da penitenciária e acabam sendo presas nessa situação. É uma situação muito triste, é uma situação muito delicada. E a senhora saiba que nós colocamos o Ministério Público ao dispor dessa experiência da CPI, se assim for necessário.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - O senhor poderia só encaminhar à CPI o relatório, de repente, desse levantamento que o senhor fez sobre as casas de custódia, as necessidades que têm, essa visita ao próprio presídio. Se pudesse repassar para a gente o relatório desse trabalho, seria importante.

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Perfeito. Eu tenho disponibilizado na minha página lá, eu disponho... Eu vou levar a V.Exa. um problema muito grande, que foi aqui mencionado *en passant*: a questão dos treliches. Atualmente não existe mais um beliche, é um treliche no terceiro andar. Se um preso está lá em cima e desliza um pouco para um lado, ele pode cair e falecer, como infelizmente já aconteceu. São questões que tentamos batalhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Relator com a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dr. Cristiano, eu vou fazer aqui um bloco de 7 perguntas, para que a gente possa ter elementos mais profundos na CPI. Primeiro, sobre a fiscalização. O senhor falou que não tomou nenhuma atitude para a interdição dos estabelecimentos que na sua visão estão inadequados, porque não teria onde colocar, etc. Eu pergunto ao senhor: a falta de uma postura mais rígida do Ministério Público, tanto em relação à insalubridade dos estabelecimentos, falta de vagas para escola, falta de oferecer trabalho, vagas para o sistema semi-aberto — nós constatamos, nessa visita rápida, muitos presos que deviam estar no semi-aberto estão no fechado —, ou seja, essa postura mediadora do Ministério Público, isso não acaba contribuindo para que o Estado deixe de cumprir sua obrigação?

Segunda: o Ministério Público tem fiscalizado a Fundação Cabrini, aqui exposta? Porque nós achamos muito estranha essa relação das empresas com a questão do trabalho. As empresas pagam o que para o Estado? Estão usando água,



estão usando luz, estão usando estrutura física? Estão pagando o que para o Estado? Quanto é que ganham os diretores? Quem é que está dirigindo? É parente de governador, é parente de deputado? Ou seja, como compete ao Ministério Público fiscalizar as fundações, eu pergunto: o Ministério Público está fiscalizando? O serviço de saúde: nós encontramos situações de calamidade no estabelecimento.

A terceira pergunta é sobre a questão do crime organizado, porque um dos objetivos da CPI é sobre o crime organizado. Nós constatamos em todas as paredes, que nós andamos no Vicente Cabrini, as siglas e os presos dizendo que eles fazem parte, com muito orgulho. Estão lá bandeiras, cores de times, etc. Aqui o Secretário falou que o Estado reconhece, o Poder Judiciário reconhece, e foi dito que os presos, ao irem para a delegacia, já perguntam: “Qual é a tua facção?”. Porque, ao invés de se distribuírem os presos por reincidência, primariedade, idade, aqui parece que o critério é a facção criminosa. Eu pergunto se o Ministério Público tem ciência desse fato. Se tem, que tipo de atitude já foi tomada ou pode ser tomada, ou se essa é uma coisa normal.

Junto com essa pergunta, eu estive vendo aqui, pelos dados do DEPEN: dos 28 mil presos, 65% é roubo e furto, na sua forma simples e qualificada; 20% é tráfico, e só tem um caso de tráfico internacional — um só, de preso —; 5% é armas e mais ou menos 10% é homicídio. Nós que não somos do Rio, nós somos bombardeados pela imprensa — e hoje mesmo, num dos jornais, que foram apreendidos quase 2 mil quilos de cocaína. Então, me surpreende o seguinte: só tem um preso de tráfico internacional, um só; a maioria dos crimes não é tráfico, é roubo e furto, simples e qualificado; e também, pela quantidade de armas que a gente ouve — apreensão, milícia, policiais envolvidos —, eu acho muito pouco o número de crimes de armas e muito pouco o número de presos por tráfico, principalmente tráfico internacional.

Ao mesmo tempo, a gente deixou de ver na televisão e na mídia a existência das facções criminosas no interior dos presídios, diferentemente de São Paulo, onde a imprensa coloca o poder do PCC. Eu lhe pergunto: essa aparente harmonia, há um acordo entre o Estado e as facções criminosas? Ou seja, como há poucos funcionários, funcionários mal pagos... Nós entramos em todas as... Nos estabelecimentos em que nós entramos, uma tranqüilidade. Em outros lugares, a



Polícia estaria no nosso pé ali, para não deixar nem a gente chegar perto da cela. Aqui, nós entramos com a maior tranqüilidade. Eu pergunto: como no passado há notícias de que Governadores fizeram acordo com o crime para poder governar, na visão do Ministério Público — e estendo à Defensoria —, há um acordo, explícito ou implícito, entre o Estado, através dos seus mais diferentes agentes, com as facções criminosas para poder ter essa tranqüilidade?

A penúltima pergunta é sobre a qualidade da defesa, porque nós aqui recebemos muitas reclamações de presos que dizem que não têm advogado, e muitos nos disseram que não conhecem o defensor público, não conversaram com o defensor. Na audiência, eu entendi que em muitos casos não é defensor público, é dativo, que o juiz nomeou ali no dia da audiência. “*Tem advogado?*” “*Não tem.*” Chama um advogado ali no corredor e indica. Portanto, o preso não conhece o defensor, não conversou com ele e, com certeza, não arrolaram testemunhas, etc. Eu pergunto, pela sua experiência: qual é a qualidade da defesa dessas pessoas que são pobres? Se a falta de uma defesa técnica e eficiente implicou a quantidade de pena? E perguntando mais: se o Ministério Público aqui age ou não de ofício ou se o Ministério Público está mais no papel de acusador: quanto mais condenado, mais mérito para o promotor, ao invés de agir de ofício. E também sobre excesso de prazo. Aqui nossa visita é muito rápida. Aqui nós temos alguns casos — e também vem a questão da quantidade de pena. Aqui tem um caso em que o juiz estabeleceu a pena de 4 anos e 8 meses. Talvez, se tivesse uma boa defesa e um juiz sensível, estabelecesse 4 anos, para se ter direito a uma pena alternativa. Aqui nós temos um outro caso de uma senhora que cometeu um crime. A pena foi reduzida e há 10 anos transitou em julgado. Ela foi presa agora e já entrou com *habeas corpus* para reconhecer a prescrição, mas o Ministério Público continua dizendo que não. E está aqui comprovado: 10 anos; 2 anos e 8 meses de pena, portanto estaria prescrito. Ou seja, há uma série de casos aqui de reclamações. Pergunto ao senhor sobre essa questão da qualidade da defesa, insensibilidade do juiz. A gente nota que o juiz não gosta de pobre, não gosta de negro e não gosta de pessoas fedorentas. Preso fede, pobre fede, portanto o juiz tá lá e não quer ser contaminado no seu perfume francês: e pena alta! Isso repercute. Depois me parece que, às vezes, nem o promotor nem o juiz pergunta quem é que paga a conta. Como nós, Deputados! Ao criar novos



crimes, endurecendo a pena, os Deputados não perguntam quem paga a conta. Então, há um desentrosamento entre o legislador, que faz a lei, o promotor, que acusa, o juiz, que julga, e o Estado, que tem que manter o preso. Ninguém pergunta onde está o dinheiro para manter essa quantidade de gente presa.

Eu queria perguntar mais objetivo o seguinte: quantos municípios aqui no Rio não são comarcas — se é que tem algum município que não seja comarca? Todos são? Queria saber o número de juízes, a quantidade de desembargadores. A gente tem visto também que, em alguns Estados, a quantidade de desembargadores é proporcionalmente maior do que a quantidade de juízes. E eu pergunto também sobre o orçamento — do Poder Judiciário evidentemente o senhor não pode responder, mas do Ministério Público —, para saber se esse orçamento é democratizado no Ministério Público ou se a maior parte dos recursos ficam em cima e, aqui embaixo, onde ficam os promotores, ficam muito poucos recursos; e se isso implica na estrutura.

E, por último, é uma pergunta mais polêmica: qual é a sua opinião sobre o papel o papel da mídia na questão da criminalidade, na medida em que expõe crimes, projeta criminosos, expõe vítimas, como cadáveres, da forma mais... sem medir horário. Às 6 da manhã, a gente está tomando café e tem lá três ou quatro corpos em cima da nossa mesa, porque a mídia expõe. Eu queria saber qual é a sua opinião sobre isso.

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Bom, inicialmente, sobre essa questão da fiscalização, talvez, Sr. Deputado, eu tenha me expressado mal, porque nesse ano houve, sim, 3 unidades que têm registro de interdição: o Hélio Gomes, que está sendo parcialmente interditado, setorialmente — e a tendência do juiz e a tendência do Ministério Público que tem apoiado essa questão é justamente a desativação dessa unidade, que para nós é mais do que problemática, além do que já passou o seu tempo de vida. Já fizemos uma outra intervenção do Ministério Público, que foi na Casa do Albergado, onde fizemos uma fiscalização num sábado pela manhã e lá constatamos uma situação um pouco semelhante — digo um pouco semelhante porque não houve uma tragédia. De uma questão que, num lado havia uma cela aberta destinada a 120 presos do regime aberto e, do outro lado, havia uma cela destinada a 27 presas. Chegamos lá na



situação e pedimos a interdição do local, porque poderia acontecer algum incidente, um estupro ou alguma coisa, tendo 130 presos de um lado e 20 presas do outro. Era um negócio absurdo que estava acontecendo lá. E essa unidade realmente já acabou. Num primeiro momento essas presas foram transferidas para o Crespim Valentino, aqui na Casa do Albergado. Nesse ponto, o Poder Judiciário foi lá numa fiscalização e constatou que lá também seria inadequado. E elas agora estão em Bangu, em razão dessas intervenções todas. E a Secretaria de Administração Penitenciária, diante de nossos esforços, já está construindo uma ala separada para as presas na unidade, com entrada, com portaria, tudo justamente para as presas não terem contato com os presos. Então, temos esses dois locais. Temos o Ari Franco, que também é uma outra unidade tradicionalmente problemática, em que vimos periodicamente intervindo. Já entramos com uma ação civil pública, em 2006, sobre essa unidade. Então, a questão é a seguinte: nós temos o problema e vamos tentando sanear. Quando não é possível, promovemos a interdição ou atuamos em favor da interdição. Se no período de 6 a 7 meses foram 3 unidades, acho que... Vamos, dentro dessa situação, tentando trabalhar nisso. Muitas dessas questões são da Fundação Santa Cabrini. Eu tenho um inquérito civil que tramita comigo, mas a minha atuação — aí eu não posso falar, talvez o senhor vá precisar de uma informação complementar — é na execução penal, e eu não tenho atribuição para ação civil pública. Então nisso talvez deveria questionar minha colega que trabalha nessa área de direitos difusos, para justamente poder lhe responder melhor como essa questão dos serviços de saúde... Eu também, em todas as minhas fiscalizações, tenho encontrado problemas no fornecimento periódico de medicamentos pela Secretaria de Administração Penitenciária às unidades prisionais. Há um problema sazonal, que volta e meia vem ocorrendo. Em relação ao crime organizado, o que eu posso falar é que venho reconhecendo, já da experiência profissional, que infelizmente existe a questão de facções. E se um preso entra numa unidade prisional que não seria da sua facção, a primeira coisa é: ele faz uma carta endereçada ao Ministério Público e endereçada ao juízo pedindo seguro, pedindo para sair de lá. E nós agimos mais do que prontamente para, primeiro, assegurar a segurança desse preso na unidade e fazer essa transferência o pronto possível.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem cartas de alguns processos?

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Eu passo para meus Promotores de Execução Penal.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Se o senhor pudesse providenciar para nós algumas cartas, para podermos ter acesso ao conteúdo, seria muito interessante.

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Perfeito. A única coisa que eu pediria seria um prazo, mas eu teria um enorme prazer em atender a isso. Com isso, nós vemos a situação dos presos e fazemos a transferência. Eles mesmos se reconhecem nesse ponto de ser pertencente a uma facção, de não poder ingressar em uma determinada unidade prisional em razão da sua facção. É um problema factível e é um problema que, infelizmente, não temos conseguido meios de equacionar. Agora, quanto à questão da tranquilidade das unidades prisionais. Eu, particularmente, vejo um esforço conjunto, nesse ponto, do Ministério Público como instituição. Um grande fator que contribuiu para a diminuição do sistema de tensão foi a transferência de 12 presos que reputamos de alta periculosidade para os presídios federais. Em primeiro lugar, houve essa previsão dessas penitenciárias federais, que vimos que fora vistas com um grande a certo pelo sistema federal. E, um dos presos, ele sozinho, nós vimos que, mesmo preso, ele teve diversas influências no tráfico internacional. Eu estou falando do preso Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar. Há inclusive denúncia comprovada nisso feita pelo Ministério Público Federal. E 11 presos que nós temos também, todos líderes de facção. Eu vou lhe apontar uma situação: se a situação está tranqüila agora, o Natal de 2006 ficou conhecido aqui no Rio de Janeiro como o "Natal sangrento". Isso eu lhe falo porque eu moro numa região, por sorte, privilegiada nesse ponto, onde existem menos assaltos. Mas moro perto de uma delegacia de polícia, e lá eu via policiais em cima da unidade prisional, de tocaia. Essa unidade prisional, dita como segura, tinha sido metralhada. Isso, em diversos outros lugares. Houve atentados em um shopping de grande circulação aqui em Botafogo, o Rio Sul. São todos fatos noticiados pela imprensa e todos os fatos em que, no decorrer das investigações, foram apontadas essas pessoas de dentro do



presídio fazendo o comando. E existe mais um ponto ainda sobre essa questão de enfraquecimento. Houve um determinado momento em que eles iriam voltar, agora dia 5 de maio do ano passado. Não voltaram, foi frustrada a perspectiva. E dizem e têm informações — isso é a Secretaria de Segurança Pública, e recebeu um informe disso, do Secretário — de que eles teriam promovido uma tentativa de rebelião aqui nas unidades prisionais e os outros presos aqui dentro não quiseram aderir a isso. Para um preso atualmente ir para uma unidade penitenciária federal, o pior medo que eles têm é justamente se afastarem de seus familiares. Então, se num momento esses presos que nós afastamos naquele determinado momento... foi útil para o Estado em si, para poder gerenciar uma crise, e continua sendo útil, de acordo com a evolução do processo. Tanto é que existe um processo tramitando em segredo de Justiça — não posso, não tenho autorização para dar maiores detalhes, eu acho que o juiz teria, nesse caso — em relação a se teria...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sobre essa questão do crime organizado, eu queria só colocar duas questões para o senhor refletir. Um, nós vimos aqui que há muitos militares no comando dos estabelecimentos. O próprio Secretário é militar, e quem dirige Bangu; é só militar. Isso tem alguma coisa a ver com esse domínio territorial das facções? Ou seja, o preso, quando vem, ele já vem de um território que é dominado por uma facção; portanto, dentro do estabelecimento, ele vai ser distribuído refletindo esse domínio territorial. Eu, que sou afrodescendente, a gente fala muito em território quilombola. Aqui a gente está falando em território da ADA, do Comando Vermelho, outra definição.

E a segunda é sobre qual é a sua opinião sobre o depoimento do Pastor Marcos? Primeiro, ele denunciou aqui que, na igreja dele, ele está proibido de entrar nos estabelecimentos penitenciários; segundo, ele revelou aqui duas coisas: uma, há um grau muito grande reincidente daquelas pessoas que estão com ele, 70%; e a outra, a quantidade de presos aqui com penas altas, que confessaram aqui crimes absurdamente graves, mas estão recuperados. Eu queria que você fizesse uma reflexão sobre a denúncia do pastor, sobre o trabalho dele, qual opinião você acha que é válida e sobre essa questão da militarização.

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Só um ponto, Sr. Deputado, em relação a essa questão. Eu sou uma pessoa que eu vim conhecendo



o trabalho do Pastor Marcos pela imprensa. Quando ingressei na Vara de Execuções Penais, há 5 anos, foi no momento em que ele tinha saído. Mas como ele mesmo aqui manifestou, ele nunca provocou judicialmente a questão do seu reingresso. Então, nunca tive oportunidade de apreciar isso numa questão judicial, como meus colegas, como juízes das Varas de Execuções Penais. E, em paralelo, existem outras entidades também evangélicas que lá atuam nas unidades prisionais. Mas eu creio que o pastor, num determinado momento, ciente desse seu trabalho... Isso será muito bem avaliado no momento em que ele vá pedir um socorro do Poder Judiciário, se assim o for necessário, para o reingresso das unidades prisionais. Mas um ponto que ele mencionou também que me chamou muita atenção. Seu trabalho é um trabalho fabuloso, não há qualquer sombra de dúvida, mas ele falou que 70% também dos seus presos ali não conseguiram ser ressocializados. E realmente é uma luta muito grande. Nós vemos que, no nosso sistema penitenciário, temos 80% de presos que não são. E isso é a própria dificuldade toda do Estado em conduzir meios dignos para esses presos se reintegrarem e ressocializarem. Porque a grande verdade é que a grande maioria são presos, sim, excluídos. Mas tem uma dificuldade muito grande. Apesar da crença do Pastor Marcos, que muito tem contribuído, há determinados presos que ganham 500 mil reais por mês — como está comprovado em denúncias feitas pelo Ministério Público. Como é que ele iria fazer essa ressocialização? Há um certo ceticismo, no meu ponto, nessa questão. Em relação à questão da militarização, o senhor me desculpe, há uma tendência grande, desde meu ingresso no sistema prisional e na evolução que eu tenho acompanhado das unidades prisionais, há uma tendência cada vez maior de desmilitarização. E o que tem acontecido? Eu, por exemplo, vou falar um exemplo concreto: no Instituto Penal Edgar Costa, havia lá... eram policiais militares, e os presos lá reclamavam o seguinte: que não havia um corpo fixo de guardas. E esses policiais militares jogavam *spray* de pimenta no interior das celas dos presos, causando diversos transtornos. Agora, na última vez que tive oportunidade de ir lá fiscalizar, já foi substituído por agentes penitenciários, que tinham realmente... era um trabalho deles, e assim eram concebidos. Há uma diferença brutal de um policial militar que está ali temporariamente — numa situação que muitas vezes não lhe convém, e visualizando aquele preso como inimigo — e um agente penitenciário,



que tem uma posição fixa, que não foi o policial, não foi o executor da prisão desse preso. Eu acho que a Polícia Penitenciária, a iniciativa da Congresso Nacional é uma atitude louvável e eu aguardo, com muita ansiedade, que seja implementado e que no futuro também a gente não mais tenha policiais militares como diretores de unidades prisionais, e sim agentes penitenciários treinados e voltados à necessidade de observação e direitos fundamentais dos presos também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Promotor, só uma pergunta: o Ministério Público, no caso do senhor, já entrou com alguma ação contra o Estado aqui, pelas situações precárias de algumas unidades prisionais do Estado?

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Bom, o que vem acontecendo, Sr. Deputado — e é uma crítica que eu faço, nesse ponto, à nossa legislação de execução penal —, é que não há uma previsão de o Ministério Público entrar com ações positivas em determinadas situações. O que tem a previsão, no máximo, é que o Ministério Público pode interditar. Então, na minha atuação de fiscalização, eu promovo interdição. E o que ocorre num segundo momento? Eu encaminho peças aos Promotores de Direitos Difusos, para eles, de acordo com o caso, promoverem a ação civil pública. Mas uma situação que nisso gera um ponto muito grave é o seguinte: que eu, se num ponto, eu sou voltado à Execução Penal — e amo essa matéria, tento sempre fazer —, os colegas de Difusos têm outras atribuições, têm outras situações, e muitas vezes eu não consigo ter esse acompanhamento, porque somos promotores, cada tem a sua independência, cada um tem a sua escolha de funcionamento. E até um ponto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E os outros também não visitam o presídio, não é?

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Não, não, não têm uma visão de presídio, como nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É, na verdade, tem que ser corrigido. Que o certo era o juiz que tem atribuição de visitar poder ajuizar a ação, não é?

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Eu vou até...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deixar isso para responsabilidade do outro? É claro que não é culpa de V.Exa.



O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Eu vou até acrescentar um ponto, Sr. Deputado. O que vem acontecendo, até em termos de competência judiciária aqui e em outros Estados? Geralmente isso daí é para um Juiz de fazenda pública. O juiz de fazenda pública vai olhar problemas de Estado, vai olhar problemas de remédio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Financeiro.

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Ele vai pegar problema de preso?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É verdade.

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Ele vai indo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Bom, nós agradecemos...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu queria só pedir ao Promotor, se possível, que pudesse mandar algum documento sobre esses presos que o senhor falou que ganham 500 mil reais.

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Não, eu tenho até mais, Sr. Deputado. Até me permita lhe cortar. Existe uma denúncia da Operação Fênix, que foi feita pelo Ministério Público Federal, falando da atividade do Luiz Fernando da Costa, uma denúncia de 250 páginas. Eu creio que lá o senhor pode ver toda a atividade dele, inclusive essa... ganhando até mais do que 250 mil reais, com carregamentos, com várias situações lideradas por ele, enquanto preso, enquanto na unidade federal de Brasília, na Polícia Federal de Brasília, com um telefone celular, que não se sabe como ele adquiriu.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Se o senhor puder mandar todos esses documentos, as ações civis públicas, inclusive a promovida contra a Fundação Cabrini... E o senhor acabou não comentando os dados do próprio Secretário, que 95% dos que estão presos é só gente pobre, e sobre a questão de não ter traficante internacional preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só mulheres, só mulheres.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nós não encontramos nenhuma traficante média, nem média. Só encontramos, na linguagem popular, lascados, presos, com 5 gramas, com 10, com 15. São esses que estão presos. O grande



traficante não está preso. E também da quantidade muito pouca de pessoas presas envolvidas em armamentos, já que as denúncias de tráfico de armas aqui no Rio de Janeiro é muito grande. E nós não encontramos ninguém do colarinho branco preso, ou seja, só encontramos gente pobre e, aqui, a grande maioria negra. Nós não encontramos nenhum grã-fino. Apesar de tantas operações feitas, não temos encontrado. Nós não temos encontrado também ninguém que foi punido por acidente de trânsito. Não sei se é coincidência: é a classe média geralmente que usa carro. A gente não encontrou ninguém, até hoje, condenado por acidente de trânsito.

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Eu só vou lhe falar, Sr. Deputado, que eu tenho uma esperança também que pessoas de colarinho branco também ingressem no sistema prisional e, quem sabe, até atraiam para fazer melhorias maiores, não esse sistema de esquecidos que muito temos por aqui. Em relação a esses comentários de armamentos, eu venho falar numa situação prática. Eu tenho visto muito as prisões geralmente acompanhadas de drogas, com armamentos, com granadas que vivenciamos, com armas de fogo. Aí eu teria que fazer um levantamento ao meu colega. O que posso lhe falar é de experiência própria. E só um outro ponto que eu tinha até esquecido, Sr. Deputado, que o senhor falou da minha instituição, sobre a questão de descentralização de recursos do Ministério Público. Bom, eu venho falar com uma grande alegria que nós temos tendo uma evolução muito grande no Ministério Público enquanto instituição. Enquanto eu ingressei, já não faz... faz pouco tempo, eu creio, de uma história de instituição, 8 anos, o nosso Ministério Público, na maioria dos órgãos, na maioria das comarcas por aqui presente, era atrelado ao Poder Judiciário. Tudo dependia de salas do Poder Judiciário, não tínhamos um sistema de informatização muito grande. E agora eu posso lhe falar com alegria que quase todas as comarcas, aqui, do Rio de Janeiro, existe um prédio próprio do Ministério Público, existe um sistema de recursos, de computadores, de máquinas. E temos que fazer mais, temos que implantar mais funcionários, mas isso tudo eu acho que é uma evolução institucional que estamos conseguindo, pelo menos em meu Estado. Eu acho que, na grande maioria dos pontos, está sendo muito bem investido essa questão de verbas vindas, repassadas pelo Governo do Estado ou, por lado, por nossa dotação orçamentária,



aos membros de ponta, às pessoas que, realmente... que estão em todos os lugares deste Rio de Janeiro e atuando com a máxima maestria, tenho certeza. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Queria que o senhor também nos mandasse o relatório de vistoria do senhor, porque uma das mudanças que nós vamos propor é que as inspeções, que o juiz tem obrigação de fazer, e as vistorias, que o Ministério Público tem que fazer mensalmente, tenha um relatório circunstanciado e que seja acompanhado com outras entidades, porque nós recebemos muitas reclamações dos presos pela ausência do juiz e ausência do promotor. Em muitos lugares, os juízes e promotores, como o senhor, afirmam que fazem as vistorias. Então, nós vamos propor que as inspeções sejam acompanhadas pela Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O próprio CREA.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O CREA, de tal forma que essas inspeções, elas ocorram de fato, porque há um descompasso muito grande daquilo que a gente ouve na porta de cela com as respostas, tanto do MP, como do Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Queria só fazer uma sugestão também, Deputado, Relator, ao Promotor. Ontem, nós visitamos aquele aparelho que foi comprado pelo Estado para fiscalizar a entrada de pessoas dentro das unidades... Eu queria só pedir silêncio, por favor, só silêncio, por favor. E nós fizemos alguns questionamentos aos operadores que estavam ali de plantão sobre a forma de funcionamento do aparelho. Ele nos informou que o aparelho pode funcionar de 3 formas: fazendo a coleta das imagens, sendo verificado na hora e apagado; sendo feita a coleta das imagens que passa no aparelho e mantido gravado; ou mandar simultaneamente para um outro vídeo, para que o operador, o agente, seja monitorado. Não adianta gastar 1 milhão e meio no equipamento, se não tiver uma forma de monitorar o agente que está operando, ele pode ser corrompido também e facilitar. Mas quem vai determinar a forma de funcionamento será a Secretaria.

Então, como sugestão, queríamos fazer ao Ministério Público que pudesse, em comum acordo com a Secretaria, participar da elaboração da portaria que vai



definir como vai ser definido o uso do aparelho, porque se for só usar o aparelho no momento e não armazenar os dados, para serem conferidos à noite ou, quem sabe, por amostragem em algum momento, acredito que vai ser um investimento em vão, mas se for para coletar a imagem e manter a imagem gravada, para que o agente saiba que a imagem está sendo gravada, e vai ficar guardada e vai saber quem operou aquele equipamento naquele momento, não vai surtir muito efeito. O Relator queria fazer uma pergunta ao Defensor Público. Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Oi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - V.Exa. queria fazer uma pergunta ao Defensor Público, nosso Defensor, Dr. Eduardo?

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eduardo Quintanilha. Aproveitar logo, para a gente fazer...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu remeteria para o Dr. Eduardo uma parte das perguntas que eu fiz ao Promotor sobre o crime organizado e também perguntaria para o senhor quantos defensores têm aqui no Estado?

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Deputado, eu gostaria de fazer o uso da palavra por um breve momento, exatamente porque algumas das questões já foram discutidas aqui. Evidentemente, eu abordarei...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Fique à vontade.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - ... por oportunidade disso. A Defensoria Pública do Rio, uma das mais antigas do País, e estruturalmente — isso é bastante discutido aqui —, é importante que seja destacada a forma de atuação dela. Historicamente, a Defensoria Pública atuava nos processos criminais, dentro das Varas Criminais normais e trabalhava na Vara de Execuções Penais, mas não havia atendimento ao preso. O preso não era atendido diretamente, apenas o processo de execução penal dele é que era oficiado. Antes de 1999, em 98, 97, verificou-se que havia uma demanda muito grande por parte desses presos de cartas à Defensoria Pública, e que, então, você tinha uma concentração de necessidades de atendimento, dentro da Vara de Execuções Penais, nos presos principalmente com penas privativas de liberdade. A Defensoria Pública, cumprindo seu papel de tentar prestar assistência integral e gratuita aos



necessitados, optou por desenvolver no Rio de Janeiro uma dinâmica de atendimento diferenciada. Ela criou um núcleo do sistema penitenciário. Esse núcleo, ele saía da passividade da Vara de Execuções Penais e ingressava nos estabelecimentos prisionais para atender a esses presos, e é o que a gente tem hoje no Rio de Janeiro. Então, desde 1999, que nós tivemos a criação do Núcleo do Sistema Penitenciário, vai ser chamado por mim aqui, ainda que acidentalmente, de CISPEN, porque é a nomenclatura dele dentro da Defensoria Pública. Esse núcleo, no início da sua atuação, enfrentou muita resistência por parte da SEAP; por quê? Porque quem prestava atendimento jurídico nas unidades eram agentes penitenciários desviados de função. Evidentemente, houve ali um choque inicial entre a Defensoria e a SEAP, coisa essa que já foi superada. Hoje, a Defensoria Pública atua num certo número de unidades, e as unidades em que nós não conseguimos atuar, quem faz essa atuação são advogados contratados pela SEAP, através daquele contrato temporário de 2 anos de trabalho. A nossa relação com a Secretaria de Administração Penitenciária melhorou substancialmente, notadamente na gestão do Coronel César Rubens, que franqueia total acesso à Defensoria Pública, não questiona as atuações da Defensoria Pública, nem atribuição fiscalizatória...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quería só pedir silêncio, por favor.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - ... atribuição fiscalizatória, ainda que não esteja expressamente prevista na lei. Esse atendimento, é importante que seja dito, ele é presencial. O Defensor Público, uma vez por semana, ingressa na unidade prisional para atender um número aproximado de 60 a 70 internos, diretamente. Esse atendimento é feito numa proporção preso/defensor, a fim de que a gente não tenha uma perda na qualidade de trabalho. Então, em regra, nós trabalhamos hoje com 500 presos por defensor público, a fim de que ele ingresse. Por que esse número? Porque atendendo 60, 70 presos por vez, você consegue em 2 meses, aproximadamente, atender todo o seu universo carcerário. Aquele grupo de 500 presos acaba sendo atendido de 2 em 2 meses pela Defensoria Pública. Esse atendimento presencial, nos números de hoje, está gerando algo em torno de 1.800 atendimentos semanais da Defensoria Pública.



Quer dizer, por semana, eu tenho algo em torno de 30 defensores públicos que ingressam em estabelecimentos prisionais e atendem algo em torno de 1.800 presos. Esse atendimento ao preso, feito presencialmente, ele foi uma mudança de qualidade, porque, evidentemente, ele passou a conferir cidadania, passou a conferir uma garantia maior dos direitos, melhorou absurdamente as estatísticas da VEP de obtenção de benefício. Parte do estudo que a gente tem feito nessa área, trabalhando com as estatísticas, demonstra que parte da ausência de crescimento populacional carioca se deve exatamente a um índice muito grande de obtenção de benefício. São Paulo hoje, proporcionalmente, consegue menos da metade do que os benefícios que são obtidos pelo Rio de Janeiro. Evidentemente, como a grande maioria desses benefícios está vinculada à atuação da Defensoria Pública, parte dessa diminuição do contingente populacional carcerário se deve a essa atividade. Só o atendimento ao preso não é suficiente. Todo mundo que trabalha dentro do sistema penitenciário, notadamente V.Exas. já estiveram tantas vezes lá dentro, sabe da importância que o preso dá a sua família. Por essa razão, a gente desenvolveu também um atendimento familiar. Então, o Defensor Público, obrigatoriamente, também uma vez por semana, atende à família dos apenados. Esse atendimento hoje na Defensoria Pública do Rio está sendo feito através de uma marcação de 0800, com horário marcado, sem fila de espera e sem demora. Quer dizer, a gente tem, aproximadamente, 500 atendimentos à família por semana, feito com marcação telefônica, sendo que, evidentemente, todos os casos urgentes são atendidos, chegando lá mesmo sem essa marcação. O Núcleo do Sistema Penitenciário, ele se iniciou em 99 com 6 defensores públicos apenas. Evidentemente, a proporção e a qualidade do trabalho estava muito longe da ideal. Nós chegamos, até em dezembro de 2006, a 37 defensores públicos, e hoje nós contamos apenas com 31. O motivo disso é um contingenciamento de defensores em razão do baixo número de defensores públicos do Estado. Nós enfrentamos, quanto a essa questão dos defensores, problemas tanto internos e institucionais, a demanda de estar presente em todas as comarcas, em estar presente em todas as varas cíveis e criminais, como também problemas de ordem material. A Defensoria Pública, como um todo, não tem uma verba de custeio muito boa e tinha muita dificuldade na aquisição de computadores, de aparelhos de ar-condicionado,



mobiliário, contratação de pessoal. Isso vem sendo resolvido através de um fundo da Defensoria Pública, que foi feito no Estado do Rio de Janeiro, que recebe parte das custas judiciais. E, para o núcleo, em especial, obtivemos, agora, no ano de 2008 — o projeto é de 2007 —, uma aprovação do PRONASCI. Nós submetemos um projeto ao PRONASCI. Esse projeto foi escolhido como o melhor trabalho de execução penal do Brasil para ser replicado em 13 áreas metropolitanas com índices de violência alto, como V.Exas. conhecem a dinâmica do PRONASCI. Nós fomos a Brasília; obtivemos um primeiro financiamento — a primeira parcela deve ser de 1 milhão e meio —, que será basicamente destinado a basicamente estagiários em Direito, secretários, assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras e algumas questões de ordem material, como automóveis, vans e computadores, exatamente, para que a gente possa otimizar esse trabalho que vem sendo feito. Quer dizer, o objetivo da Defensoria Pública, com o programa do PRONASCI — esse programa pode ser renovado para outros anos —, é exatamente se aparelhar e se instrumentalizar para melhorar a produtividade. Por questões internas, não conseguimos colocar mais defensores dentro do presídio, o que seria ideal. E, respondendo à pergunta do Deputado Domingos Dutra, o número ideal para atender toda a população carcerária seria algo em torno de 45 a 50 defensores públicos; nós temos hoje 31. Então, quer dizer, nós temos, no mínimo, um déficit de, no mínimo, 15 defensores. Quando eu falo em toda a população carcerária, eu falo todos — presos condenados, presos cautelares sob a guarda da SEAP e presos cautelares sob a guarda da Secretaria de Segurança, que é uma situação que tende a ser diminuída, mas que, por enquanto, é uma realidade. O número ideal seria de 45; nós temos apenas 31. Mas estamos tentando melhorar, de qualquer maneira, esse trabalho. É importante ser destacado — e a gente, aqui, quando se trabalha com a questão penitenciária, muitas vezes, a gente tem uma carência de dados estatísticos mais precisos — que o Secretário disse que a população carcerária, sob a guarda da SEAP, é de 22 mil 734. A população carcerária, sob a guarda da Secretaria de Segurança, é de 3 mil e 500, aproximadamente. Em números recentes, porque, há 3 semanas, eu estive com o Dr. Rivaldo Barbosa, diretor da POLINTER, responsável, não por todas as carceragens do Rio, mas pelo Sistema Polinter, que são 6 das principais carceragens sob a guarda da Secretaria de Segurança Pública.



A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Quais são?

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - É a Polinter Pavuna, Polinter Mesquita, Polinter Grajaú, Polinter, base Neves — tem mais uma que estou esquecendo —, e a Central ainda da Polinter, que está desativada, mas que conta ainda nesse sistema. Mas você tem carceragens em todo o Estado que ainda são carceragens não submetidas ao Sistema Polinter, mas submetidas à Secretaria de Segurança Pública. Então, teríamos aqui um total de 26 mil presos aproximadamente. Desses 26 mil presos, 18 mil aproximadamente são condenados. Os condenados estão sob a guarda da SEAP e se dividem em 39 unidades penais. Desses 18 mil condenados, 12 mil e 500 são atendidos pelo Núcleo do Sistema Penitenciário e estão, em aproximadamente, 21 unidades que é o nosso atendimento hoje. Hoje, a Defensoria atua em 21 unidades penais para presos condenados, através desse Núcleo, atendendo uma média de 12 mil e 500 presos. A SEAP tem ainda, sob a guarda dela, 6 mil e 500 presos condenados, que não são atendidos pela Defensoria Pública, diretamente, mas sim pelos advogados contratados temporariamente pela Secretaria de Segurança Pública. Quando a gente vai para o lado dos presos cautelares, dos presos que não têm condenação definitiva, nós temos 8 mil presos no total: 4 mil e 500 custodiados, na SEAP, em 7 casas de custódia, e 3 mil e 500 custodiados pela SSP. Como os 4 mil e 500 que estão em casas de custódia também são atendidos por advogados da Secretaria de Administração Penitenciária, nesse sistema de contrato temporário, a Defensoria Pública verificou uma necessidade muito premente de atuação, dentro do efetivo carcerário, da Secretaria de Segurança. E nós desenvolvemos, para isso, como não temos defensores para colocar de forma física, um programa chamado Programa Defesa Legal. Eu não tenho certeza dos números, mas a 52ª DP, que V.Exas visitaram, hoje, deve ter algo em torno de 430, 440 presos. Não sei se o número está exato, mas é algo em torno disso. Quando a Defesa Legal esteve lá pela primeira vez, há um ano, tínhamos 540 presos. Conseguimos retirar de dentro da 52ª DP os presos condenados, quase que na sua totalidade, e na época fizemos um grande trabalho de *habeas corpus* e pedidos de liberdade provisória, para diminuir aqueles presos que já não estavam em situação de prisão. Pode ser perguntado por que a Defensoria Pública não atua na totalidade desses presos custodiados



diretamente, por que essa não é a prioridade e a prioridade são os condenados? De certa maneira, ela atua, porque todo aquele preso que está respondendo a processo criminal, ele é de responsabilidade do defensor da Vara Criminal onde o processo tramita. Então, se um preso que está na casa de custódia, por exemplo, sendo processado na 2ª Vara Criminal da Capital, Tribunal do Júri, e ele sofre um problema dentro da casa de custódia, a família pode procurar o Defensor, e mantendo contato com o Defensor, ele fazer as postulações necessárias. No momento em que ele é condenado, aí, sim, ele deve ser transferido para o penitenciário propriamente dito, não casa de custódia, e passar a angariar aqueles benefícios previstos na Lei de Execução Penal. Se nós fizéssemos uma radiografia mais numérica dessa atuação da Defensoria Pública, nós teríamos hoje 46 unidades penais administradas pela SEAP, com esse contingente de 22.734 presos. Dessas 46 unidades, 34 têm necessidade de Defensor Público. Por que eu digo 34 e não a totalidade? Porque fora disso você teria as casas de custódia, o patronato e você teria os hospitais, onde o preso normalmente não fica permanentemente; ele entra com algum problema de saúde e consegue e sair. Ocorrendo um fato de um preso ficar permanentemente, o contato desse diretor do hospital até com a própria coordenação é muito mais facilitado, a situação é vista individualmente. Hoje, a gente atua em 21 das 34 que teriam necessidade. Existe em curso na Defensoria Pública um programa de expansão do núcleo, caminhando para esse atendimento integral tão sonhado, só que esse programa não passa pelo acréscimo de defensores. Então, a gente está num esforço de reportagem, tentando chegar a um atendimento de 38 unidades; ou seja, nós excederíamos as unidades até que teriam a necessidade mais urgente de atendimento da Defensoria Pública, deixando de fora apenas as casas de custódia e o patronato. Patronato são presos de regime aberto, que podem visitar a Defensoria Pública regularmente, e as casas de custódia, presos que ainda não foram condenados e que têm tomando conta dos seus casos Defensores Públicos.

Bom, com esse panorama da Defensoria Pública, eu gostaria de tratar aqui sucintamente algumas das questões que foram discutidas pela Comissão em outras manifestações, da Dra. Vera, da Pastoral, do Pastor Marcos, do Secretário e também do meu amigo aqui, o Cristiano Lajoia, com quem a gente vem



estabelecendo uma parceria muito profícua, principalmente para os apenados. Primeira questão: as situações de crise que o Secretário tratou ali. A Defensoria Pública, historicamente, sempre participou das situações de crise do Estado. Eu mesmo fiz um curso na própria Secretaria de Administração Penitenciária, um curso de gerenciamento de crise promovido pelo Batalhão de Operações Especiais para os funcionários e agentes penitenciários da SEAP e participava dessas situações. Com a participação do atual Secretário, ainda na gestão anterior, na área da segurança da Secretaria, houve uma determinação de que não mais houvesse essa participação conjunta. A Defensoria Pública aceitou isso, porque a gestão de gerenciamento de crise tem que ser técnica, porque senão a crise é agravada e não solucionada. Mas nós fizemos um acordo com a SEAP de ingresso posterior à situação de crise. Então, o que nós enfrentamos hoje? Nós acompanhamos sem participação direta na negociação o gerenciamento da crise e, após o gerenciamento da crise, a Defensoria Pública ingressa no estabelecimento prisional pelo núcleo do sistema penitenciário ou pelo núcleo de direitos humanos, exatamente para fiscalizar e garantir o direito daqueles apenados.

Segundo aspecto importante: a questão da alimentação. Nas unidades em que nós atuamos, os presos têm contato direto com o Defensor Público e esse contato não está vinculado à presença de agente penitenciário nem a nenhum tipo de fiscalização por parte da autoridade estadual. E em alguns casos nós temos recebido críticas quanto à alimentação. Mas deve ser destacado, e eu aqui não estou fazendo nenhuma apologia da Secretaria, mesmo porque eu não teria por que fazer isso, que houve uma melhora extremamente significativa. O Rio de Janeiro foi marcado por um escândalo, há alguns anos, há 7 anos, 6 anos, da questão da quentinhas nas unidades prisionais. E nessa mesma época, sem medo de errar, eu diria que 30% da comida que era servida no Complexo de Bangu era estragada. Isso mudou. Então, hoje, críticas à alimentação por parte dos presos — não estou aqui discutindo a questão dos contratos e da elaboração dos contratos, porque não tenho conhecimento da matéria —, mas as críticas feitas por parte dos presos não são muitas vezes da quantidade da comida ou até da comida estragada, mas da qualidade. Como vocês puderam verificar, e eu não sei se a quentinha é da 52 DP ou da 53 ou se a quentinha é ali do próprio Vicente Piragibe, há um déficit de



qualidade da comida, sim. É uma questão que ser tratada e que é discutida sempre pelo Ministério Pública, pela Defensoria, pela Magistratura, quando em contato com a SEAP, porém você hoje não tem mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Doutor...

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eduardo, só para a gente fazer uma coisa mais didática aqui, alguns Parlamentares queriam fazer algumas perguntas, e talvez alguma das perguntas está sendo respondida justamente no relato que você está apresentando. Mas só para a gente não tomar 2 tempos depois...

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Lógico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu não sei se o Relator queria fazer mais alguma pergunta para o Defensor, para o Dr. Eduardo, a Cida ou a Jusmari? Se não, vou deixar ele continuar com o relato. Se o Relator quiser fazer alguma pergunta mais, para responder logo dentro do tempo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria só perguntar para o senhor: o senhor já falou que tem 31 defensores...

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... dedicados exclusivamente à execução.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos defensores tem no Estado do Rio de Janeiro?

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Setecentos e quarenta, aproximadamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é a remuneração, qual é o piso e o teto dos defensores?

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Os defensores estão num programa de aumento salarial nos últimos 24 meses, exatamente para ocasionar uma equiparação aos salários do MP e da Magistratura. Eu não tenho hoje o número exato do piso, mas o salário é equiparado ao do Ministério Público e



da Magistratura. Foi um acordo salarial feito de reposição das perdas vencimentais dos últimos 5 anos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O Ministério Público já está no teto de 21 mil?

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Não todo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não todo, é?

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Não todo. Na verdade, a parte mais alta das carreiras, o segundo grau, Desembargadores, Procuradores de Justiça, Defensores Públicos, acredito que praticamente a totalidade esteja no teto. Mas quando se trata da parte inicial da carreira, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor informou que a Defensoria atende 12 mil presos.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - O núcleo do sistema penitenciário...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O núcleo, é?

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - ... diretamente atende 12 mil e 500 presos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor sabe quantos mil processos representam esses 12 mil presos.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Olha, é difícil precisar. Por quê? Porque dependendo do perfil da unidade prisional isso tem uma variação muito grande. Nas unidades prisionais de penas baixas, por exemplo, Vicente Piragibe, onde V.Exas. fizeram a visitação ontem, é muito comum o preso que tem apenas 1 processo de execução. Então, na verdade, a gente está tratando com uma média processual de 1,5 processos naquela unidade. Agora, em unidades como a que eu atuei durante 3 anos, que era a Lemos Brito, no antigo Complexo Frei Caneca, em que as penas eram altíssimas, normalmente eu trabalhava com algo em torno de 6 ou 7 processos de execução penal por apenado. Então, é uma média difícil de ser feita, eu não tenho esse número para informar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ainda aqui existe a figura do dativo? Há presos que são atendidos por dativos?



O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Não é um advogado dativo. Dentro do sistema penitenciário, na SEAP, o advogado é contratado pela Secretaria de Administração Penitenciária. Naquele sistema de contrato temporário de trabalho, tem uma coordenação jurídica que faz a seleção e contratação desses advogados, e eles atendem nas unidades em que a Defensoria Pública não pode atender. Há um trato entre a SEAP e a Defensoria Pública no seguinte sentido: se me derem mais um defensor, eu consigo atender mais alguém. Então a SEAP, imediatamente, retira o advogado e a Defensoria Pública atende a unidade. Estranhou-me até essa questão do dativo que V.Exa. colocou, onde pode acontecer isso, eventualmente, é quanto aos presos cautelares na ausência de Defensor Público em Juizado Especial Criminal ou em alguma Vara Criminal, eventualmente, onde pode ser designado um advogado para aquele ato. Mas nas Varas Criminais, notadamente, eu posso estar errado porque não faço parte de movimentação da Defensoria Pública, mas acredito que a totalidade ou a quase totalidade das Varas Criminais têm Defensor designado. A ausência de Defensor importaria até mesmo em falta funcional.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A Defensoria também atende os presos de acordo com as facções que eles...

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Nós atendemos vinculados às unidades penais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas a ...

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Então, por exemplo, dos 31 Defensores, eu, usando sempre a proporção de 500 presos, aproximadamente, por Defensor, eles são designados para atuação naquela unidade penal. As unidades penais todas têm facção. Todas as unidades penais do nosso Estado, elas têm vincula... não é uma vinculação à facção, os presos, majoritariamente daquela unidade penal, são de determinada facção criminosa, exatamente — e acho que estou até adiantando uma pergunta que V.Exa. pode vir a me fazer — por causa daquela questão que foi colocada aqui. Isso é uma narrativa comum dos presos, comum, extremamente comum. Se... quando a pessoa é presa, a pergunta que é feita a ela é: qual é a sua facção criminosa? Respondido uma facção, ela é encaminhada para um primeiro estabelecimento prisional, de presos



cautelares, evidentemente, daquela facção. Se ela diz *“não possuo facção criminosa, não tenho facção nenhuma”*, a segunda pergunta é: onde o senhor reside? Por quê? Porque as facções criminosas que hoje nós encontramos dentro das unidades penais, elas têm uma força igual ou maior na sociedade, fora das unidades penais. Então, cada localidade, cada bairro... Eu moro em Copacabana. Copacabana é um bairro que está em litígio no momento entre duas facções criminosas, mas a localidade onde eu moro é próxima do morro Pavão Pavãozinho que tem orientação do Comando Vermelho. Se amanhã uma pessoa que mora no meu prédio fosse presa e dissesse: *“Não tenho facção nenhuma”*. Eu perguntaria: *“Onde você mora?”* *“Na Rua Bulhões de Carvalho, em Copacabana.”* Quem mora ali vai para a cadeia de Comando Vermelho. E isso, a Defensoria Pública, como atua dentro das unidades penais, enfrenta. É uma realidade. Eu, quando comecei a trabalhar em uma determinada unidade penal, uma vez um preso me fez uma crítica porque eu usava uma gravata vermelha, numa cadeia que teoricamente era do Terceiro Comando. Eu falei: *“Olha, a gente está começando mal, porque eu não sou de facção nenhuma. Não sou nem Comando Vermelho, nem Terceiro Comando, nem ADA. Eu sou Defensor Público. Se você quer a liberdade, eu estou aqui para atender qualquer um.”* Hoje, a questão, quanto a Defensoria Pública, está superada. Não há nenhuma discussão quanto a isso. Sendo defensor público é respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E até parece que lá ninguém torce para o Flamengo, não é?

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Olha, é uma das brincadeiras prediletas, quando eu trabalhava em cadeia de Terceiro Comando, era exatamente fazer essa pergunta.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só perguntando para o senhor, já que há reconhecidamente a existência das facções e o Estado faz suas mediações também, eu lhe pergunto: advogados que trabalham para os membros da facção que têm condição de pagar, tem algum advogado envolvido com o tráfico?

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria fazer só mais uma pergunta...



O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Mas eu tenho uma idéia de solução, proposta até por um Diretor da própria Secretaria de Administração Penitenciária, Dr. Luciano Oliveira, com quem eu trabalhei durante muitos anos. Durante muito tempo, nós pensamos na hipótese de uma penitenciária especial, na qual você colocasse obrigatoriamente... verificasse as facções, os grupos existentes, dividisse a lotação daquela unidade pelo número de grupos que hoje seriam 4 — ADA, Terceiro Comando, Comando Vermelho e essa facção nova, Povo de Israel — e, nessa unidade penal, você estabelecesse o que a gente chamaria de sistema 100%. Todos os presos teriam oportunidade de estudo, todos os presos teriam oportunidade de trabalho, todos os presos teriam a garantia total dos seus direitos, teriam um atendimento jurídico equivalente aos demais, mas um atendimento jurídico permanente de qualidade. E você estimularia os presos a abandonar a sua facção em nome dessa unidade penal, onde haveria um respeito maior a esses direitos e conseguindo com isso gradativamente enfraquecer a grande vantagem que facção oferece dentro da unidade prisional, que é aquela sensação de grupo e de proteção, evidentemente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria fazer a última pergunta para os 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Relator, já que V.Exa. perguntou a respeito dos advogados, em São Paulo é possível identificar e já existe a identificação de praticamente boa parte dos advogados que trabalham só para o PCC — são advogados do PCC.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - São identificados, são catalogados. A inteligência já sabe que eles não são mais nem advogados, são sócios, são membros do PCC. No caso do Rio, onde a presença do crime organizado dentro das cadeias é até mais antiga do que do Estado de São Paulo, já foi feito algum trabalho para identificar quem são os advogados do Rio de Janeiro que são funcionários praticamente desses comandos, recebem deles e trabalham só para eles? Fica essa pergunta para o senhor.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Eu acho que isso aí, primeiro, seria uma investigação da própria Inteligência da Secretaria de



Administração Penitenciária, da Polícia e, eventualmente, encaminhando essas informações ao MP, para que ele tomasse as atitudes competentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O MP tem essa informação, Promotor? Ou já se preocupou com essa informação, para saber quem são os advogados que trabalham para os comandos, já se tornaram sócios até das facções criminosas e trabalham nos presídios?

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Já há essa preocupação, já temos trabalhado nisso, mas não posso definir quais seriam os advogados exclusivos. Há uma certa simpatia, determinados advogados trabalham mais com determinados presos, mas não temos um mapeamento na parte de execução penal sobre isso. Pode haver na área de investigação penal, que aí eu deveria consultar a minha colega que trabalha nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É porque nós temos a informação que, por exemplo, o Fernandinho Beira-Mar tinha mais de 10 advogados. Funciona como um pombo-correio o advogado, leva informação, traz informação. E em São Paulo foi feito um trabalho nos presídios, e esses advogados hoje são todos identificados, por meio do Serviço de Inteligência, por meio das informações de banco de dados de atendimento aos clientes, os clientes têm identificação de qual facção pertencem e fica fácil mapear. Constantemente, nós estamos percebendo em São Paulo a prisão de advogados envolvidos com o crime. Eu não sei como o Ministério Público tem atuado nessa questão aqui, no Rio de Janeiro, mas fica a sugestão para um ponto de atuação em relação aos advogados, que não são nem advogados; já são sócios dos comandos e do crime organizado no Rio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu tenho mais duas perguntas e a terceira eu passo para a Deputada Cida. Eu queria perguntar aos 2 sobre essa questão dos 40 mil mandados de prisão a serem executados, se a Defensoria tinha conhecimento...

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Tinha.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... e o Ministério Público. Dizem que há 60 mil mandados...

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Na verdade, Deputado, o número era... Eu ia falar isso, o número estipula-se que seja até mais



de 40 mil. Quarenta mil seria um número mais realista, tirando aqueles duplicados, tirando o de pessoas que já faleceram e etc.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu passaria para a Deputada Cida, que ajudou a comprar esses mantimentos: o arroz, o óleo — compramos só 3 produtos — e a sardinha. Está tudo combinado: arroz, sardinha e óleo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Foi a vista ou fiado?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu tomei emprestado dela e pagamos a vista.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Eu emprestei o dinheiro para o Relator e ele comprou lá na cantina, dentro do presídio. Eu queria saber do Ministério Público, da Defensoria Pública: esse sistema onde tem uma cantina dentro de um presídio vendendo arroz a 3 reais o quilo, óleo a 4,50 o litro, os senhores, como representantes desses órgãos que devem fiscalizar, acham que isso é correto acontecer dentro de um presídio, como nós identificamos num presídio que nós visitamos? E existe hoje algum tipo de relação dessa venda interna, com esses grupos organizados dentro dos presídios também? O que os senhores têm a colocar sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Promotor... Acho que o Promotor, a resposta ficaria mais apropriada para ele, não é?

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Eu posso afirmar em primeiro lugar que essas cantinas, a gente tem vivenciado, geralmente são ex-funcionários da SEAP. Essa situação nós temos focalizado também, não nos agrada nem um pouco toda essa situação. E a grande questão, eu já remeti peças sobre essa situação aos meus colegas de Difusos, eu deveria ver como é que estaria a situação com eles. Para isso, eu pediria um prazo para uma diligência para ver com eles como eles estão se portando nessa situação.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Deputada, eu tenho evidentemente uma visão diferente da do Ministério Público; eu atuo na defesa dos interesses dos apenados. Então, quando você verifica a existência de uma cantina como essa, a principal preocupação da Defensoria Pública é discutir com a administração penitenciária o que não está sendo possível ingressar na unidade, porque evidentemente a existência da cantina tem que estar vinculada ao



não-ingresso de determinados itens. Então, a discussão que a Defensoria Pública trava administrativamente com a Secretaria de Administração Penitenciária é: por que não deixar ingressar o item tal? Por que excluir tal item da lista? Para que a gente possa, através dessa inclusão do item, enfraquecer a cantina. Agora, existe um outro lado, e estou sendo aqui extremamente sincero e pragmático. Se o preso tiver hoje uma opção de excluir a cantina, sem poder receber nenhum desses itens, muitos deles vão enfrentar sérios problemas lá dentro, porque têm dificuldade de contato familiar e etc. Então, vendo também o interesse do preso, o trabalho tem de ser feito em conjunto. A cantina, como disse o Secretário, está prevista, só que ela tem de ser legalizada. Então, o que tem de ser feito? Tem de ser feito um trabalho conjunto, da Defensoria Pública, do Ministério Público e evidentemente da própria Secretaria, principalmente, para banir uma cantina que pratique uma ilegalidade desse tamanho e uma inversão de valores; quer dizer, porque isso aí é de uma perversidade a toda prova. Você pega uma pessoa que tem restrição de ter dinheiro dentro do cárcere, que tem uma condição financeira na grande maioria dos casos diminuída, pobre ou abaixo da linha da pobreza e a força a comprar produtos essenciais a um preço maior ainda. Quer dizer, é quase uma escravidão que se está criando ali.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Além disso, aí eu acho que tem vários aspectos: um é que quem está administrando essas cantinas são, segundo me disseram, agentes penitenciários aposentados...

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Na grande maioria dos casos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dois, é o valor superfaturado, porque se for um agente aposentado que quer prestar um serviço de utilidade pública para ajudar pessoas pobres...

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Legalizem a empresa, não é?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... vender a preço, mas é superfaturado. Não é só aqui; na Bahia, nós encontramos a 10 reais o quilo de feijão. Nós encontramos ontem um ovo a 50 centavos, uma cebola a 50 centavos e nós encontramos uma trouxinhas nas portas do Vicente Piragibe, em várias celas



tem umas trouxinhas: 50 centavos uma trouxinha de café; 50, uma trouxinha de açúcar; 25 centavos, 3 dentes de alho. É evidente que a gente até se resguarda às vezes de não denunciar, porque faz é piorar a situação do preso. Porque, ao lado da exploração do trabalho, que em muitos estabelecimentos o preso está trabalhando, não recebe, só tem a remissão, e nós entendemos que isso é explorar o trabalho do preso. Há uma exploração do comércio, da bodega — estou chamando de bodega. E ontem, lá no Vicente Piragibe, eu fiquei conversando com as pessoas, que nos disseram — a gerente que toma conta — os 3 funcionários que estavam ali não são nem presos, são pessoas de fora do estabelecimento, que estão indo trabalhar dentro do estabelecimento, recebendo salário, quando o preso deveria ser pelo menos absolvido ali. E, na carceragem, nós também encontramos situação — também uma bodega, na carceragem 52 — onde o ovo é 50 centavos, uma cebola é 50 centavos, um litro de refrigerante, 2 reais. Portanto, a gente sabe da necessidade, mas eu acho que no Estado do Rio de Janeiro, que já foi Capital do País, na Capital do Rio, é uma situação extremamente constrangedora.

E, lamentavelmente, o Secretário saiu daqui zangado porque essa questão da alimentação é outro escândalo. Não se justifica: 2 pedaços de macaxeira, algumas gramas de arroz, um pouquinho de feijão, por 5 reais.

Então, a gente quer colocar essa situação aqui, não é interesse nosso estar indiciando ninguém, mas também nós não queremos passar a CPI sem investigar, até porque corrupção é também um objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Eu gostaria de fazer mais algumas considerações, até sobre um assunto que eu acredito que a Deputada vá tratar, que é a questão das mulheres. Primeiro, o Deputado Felipe Bornier, que não está presente, tinha falado que seria uma boa idéia fazer convênios com escritórios-modelo de faculdade, etc. Isso aconteceu no Rio de Janeiro. Não funciona. Não há nenhuma continuidade no trabalho prestado, pela imensa maioria dos escritórios-modelo de faculdade, ou de organizações não-governamentais, que tentam ingressar nos estabelecimentos prisionais para prestar o atendimento que a Defensoria prestaria. Então, o problema que a gente tem aqui é quase de um engodo ao preso. Se você faz um mutirão de um escritório-modelo de faculdade, você coloca numa semana 200 estagiários ali dentro, para ouvir aquelas demandas,



olhar aquelas pessoas quase como se fosse um zoológico humano, com total desrespeito, para, no momento seguinte, não dar resposta, não obter resultado. Quer dizer, é importante que se destaque isso, porque o trabalho do preso tem que ser permanente. É sério. É uma necessidade estatal. E a gente não pode simplesmente acreditar que soluções paliativas e meramente emblemáticas vão causar algum alento a essa população carcerária. Exatamente buscando não aceitar essas soluções paliativas e meramente emblemáticas, a Defensoria Pública agora se engajou na questão do projeto da Secretaria Especial de Mulheres, que é o projeto de mutirão de assistência jurídica às mulheres em situação de prisão. Só que uma das coisas que foi discutida com a própria Ministra, e vem sendo discutida com o corpo técnico daquela Secretaria, é que não nos interessa fazer um mutirão por um prazo de 1 ano. Não é interessante para nós. E ao mesmo tempo, há que se ver com muito cuidado nos demais Estados se é possível, ao final do mutirão, manter o serviço dentro da Defensoria, porque senão o que você está fazendo é vender uma série de sonhos e ilusões, que não é interessante. Nessa reestruturação, da qual eu falei, uma providência que será tomada imediatamente é ingressar numa Unidade Semi-Aberta, que vem apresentando graves problemas. Talvez a única denúncia que nós tenhamos eventualmente contra a SEAP hoje seja na Unidade Feminina de Semi-Aberto, onde existem denúncias nunca reduzidas a termos, nunca levadas adiante, mas uma grande quantidade de reclamações informais contra determinado agente penitenciário. Então, já houve a informação disso à Corregedoria, já está havendo a apuração desses fatos; então, a gente sabe que a SEAP não está omissa nesse aspecto, mas de qualquer maneira é uma necessidade de atuação da Defensoria Pública que vai ser cumprida. Nós estamos ingressando nesse mutirão. A idéia é que nós consigamos realizar o atendimento integral dessas mulheres. As que estão condenadas, isso já vai ser uma realidade em curto espaço de tempo, com atendimento no anexo de Campos e atendimento na Joaquim Ferreira, e as presas provisórias, a idéia que a gente está tentando fazer é reuni-las em um estabelecimento no interior e em um estabelecimento na Capital, a fim de que a gente possa prestar um atendimento de melhor qualidade — fora da 53 DP, que é uma das maiores vergonhas do Estado. A Defensoria Pública, através daquele programa Defesa Legal, atuou na 53 DP. Nós encontramos a 53 DP — se eu não



me engano, V.Exa. falou que caberiam 53 e tinham 113. Tinham 138, quando a gente ingressou, e conseguiu diminuir esse contingente e solicitou ao responsável que não deixasse esse contingente voltar aos números anteriores. E a gente tem feito, e aí conta-se com o apoio da SEAP. A SEAP vem conseguindo as vagas para que nós façamos as transferências das presas condenadas. A 113 DF hoje... a 53 DP hoje, eu não tenho o número, mas algumas das presas condenadas que ainda estão lá, estão sendo mantidas pela própria Administração, que deseja aquelas presas para atuar, auxiliando na organização da carceragem. Mas, boa parte das condenadas, em situação absolutamente regular, já foram transferidas, como aconteceu também na 52ª DP. Um aspecto importante também, que deve ser destacado, e há uma evolução que o Rio de Janeiro...

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Só uma informação: essa Unidade Semi-Aberta, que você colocou...

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Joaquim Ferreira de Souza.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Ah, Joaquim Ferreira de Souza. Tá.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Tem 236 presas, capacidade de 300 internas, não conta com o atendimento da Defensoria Pública porque foi aberta, sem haver consulta prévia da possibilidade de alocação de Defensores.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, como eu tenho que sair para ir ali rapidamente, eu queria só perguntar ao Defensor: quantos mil mandados de prisão têm a ser cumpridos, só para ficar assentado...

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Eu não tenho um número exato...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Como é que se fala? É 60 mil, aqui?

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Os números que são apresentados não são oficiais. Eu não trabalho na área de capturas da Polícia Civil e nem trabalho na área de prisões da Secretaria de Administração Penitenciária. Os números que são conversados informalmente são algo em torno de 40 mil mandados efetivos a serem cumpridos.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tá. Eu queria pedir ao Procurador...

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - Isso daí, o senhor poderia analisar no depoimento do...

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - O responsável pela Polinter.

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJOIA GARCIA - ...responsável pela Polinter, que é o responsável.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Que é o responsável pela capturas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu só queria pedir, tanto ao Sr. Defensor quanto ao Dr. Procurador, que nos ajudasse a ter acesso a alguns processos integralmente, para examinarmos a qualidade da defesa e excesso de prazo. Depois, ao terminar, eu pediria que o Dr. Alan, que é Assessor da Comissão, pudesse passar aos senhores, como nós temos pouco tempo para concluir os trabalhos da Comissão, estamos pegando 3 ou 4 processos por Estado, para examinar, a fim de não fazermos nenhuma afirmação daquilo que a gente não sustenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Deputada Cida.

Eu acho importante aqui, Deputado Domingos, Relator e Deputada Cida, até porque o doutor citou uma peculiaridade que acho que ninguém levantou aqui, sobre a 53 DP, que é a carceragem feminina. Acho importante; também é bom que o Promotor ouça; acho importante uma observação sobre aquelas presas, mas — é rapidinho, viu, Promotor —, sobre aquelas detentas, que são separadas, especialmente todas loirinhas, não é? Diferente, todas loirinhas, bonitinhas, vestidas, muito estilizadas, cheirosas, numa cela especial, para organização da coisa.

Porque, lá dentro da cela, nós recebemos a denúncia de que é arrecadado para elas 5 reais, para que entre a comida trazida pela família, e 15 reais por 1 hora de visita concedida por elas. Quer dizer, elas são as administradoras ali, e também não sei por que, com especialidade, elas são mantidas ali. E o senhor citou aí um aspecto que complementa a nossa suspeita de que inclusive há a resistência de elas saírem dali, por conta da capacidade de administração delas.



Eu acho assim, leva-me a crer que é uma situação vexaminosa a situação daquelas detentas.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Eu não tenho conhecimento direto dessas denúncias de corrupção, mas todas as Unidades Penais, tanto da SEAP...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Mas, elas foram feitas a nós, viu, Promotor, ontem.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Não, sim. Mas, todas as Unidades Penais, tanto da SEAP quanto da Secretaria de Segurança, utilizam presos nos seus quadros, não administrativos, mas de auxílio às funções da Unidade Prisional. A própria Defensoria Pública, em todas as Unidades que atua, tem um preso considerado preso-faxina da Defensoria Pública, que trabalha organizando a fila, pegando informações, anotando o nome de outros internos, etc. Evidentemente que essa atuação do preso, se bem regulamentada, se bem gerenciada, é fator de socialização. Não há dúvida disso. Mas, de outra forma, se não for bem regulamentada e se não for gerenciada, é fator de corrupção. Então, é fundamental que sejam verificadas essas situações. Por exemplo, na 39ª DP, que nós estivemos na visita, um interno, um preso acatelado, auxiliava a organização no atendimento da Defensoria Pública. Sem aquele interno organizando aquilo ali, dada a ausência de policiais quase que absoluta, nós não teríamos conseguido realizar o atendimento. Então, não estou dizendo aqui se há ou não há corrupção, porque não tenho elementos para dizer. Mas, digo o seguinte: se não houvesse aquele interno participando, a Defensoria Pública não teria podido ingressar para atender quase 200 presos. Então, essa situação é uma situação grave, sim, que demanda regulamentação, sim, mas tem que ser vista com cuidado, porque, em muitas situações, esses apenados que auxiliam de alguma maneira podem não estar envolvidos também em corrupção, mas sendo, sim, utilizados como instrumentos da administração penitenciária e da administração carcerária. Não tenho elementos para saber. Nesse caso específico, não tinha essas informações.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Nós estamos lhe dando que nós recebemos a denúncia ontem.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - É, uma denúncia feita pelas presas.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - De várias, inclusive pública, assim, levantando a mão e gritando todas juntas.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - É, levantando a mão e dizendo...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Na mesma unidade.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - O encaminhamento vai ser feito ao MP para...

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Isso é enquanto denúncia, que eu acho que a Deputada Jusmari está colocando correto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Exato, como elemento para ser investigado.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Enquanto um elemento para ser investigado se isso está acontecendo de fato. Agora, uma coisa que é concreta: se alguém vai à carceragem, entra na carceragem... E, de fato, aí, acho que o Ministério Público... Estou cobrando do Ministério Público isso: se o Ministério Público vai lá, ele vai identificar claramente o mesmo espaço onde tem 10 apenas — eu não sei, elas não devem ser nem apenas ainda, não sei se já foram julgadas.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - São todas, quase todas são (*ininteligível*). Dez presas.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Dez mulheres encarceradas, 10 presas, no mesmo espaço físico tem 10 mulheres. Você vai no outro espaço do mesmo tamanho e tem 100 mulheres. Só isso para mim, para o Ministério Público, serviria de motivo de tomar alguma atitude. Se a denúncia não se confirma dessa coisa do pagamento, é uma coisa que fica na denúncia; agora, nós da CPI, identificamos, fomos lá. O mesmo espaço físico. Pode variar de 1 metro a mais ou a menos, mas, no mesmo espaço físico tem 100 mulheres. Ali, dentro da mesma carceragem, do mesmo tamanho, um outro espaço físico do mesmo tamanho com 10 mulheres, onde ali tem ar condicionado, nesse espaço, piso vitrificado, ventiladores, uma área de sol com cadeira de praia. Nessa área que só tem as 10 mulheres.

Então, na verdade, eu acho que o correto seria nesse espaço em que estão as 10 ficarem todas as outras também, porque é um espaço mais decente, mais



digno, que atende à LEP, entendeu? Eu acho que o correto seria que todas elas estivessem nesse espaço.

O que indignou muito os membros da CPI que identificaram essa realidade é um pouco isso: essas outras num espaço semelhante, 100 amontoadas em pequenas celas. Em algumas, inclusive, elas mostraram pra gente mofo. Com mofo, dentro de 3 metros quadrados, ali ficam 6, 7 mulheres, dentro de um local de 3 metros quadrados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Sem telhado, inclusive.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Hein?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Sem telhado.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Não, sem telhado, sem ventilação, sem nada!

Então, é assim... Isso é que acho que o Ministério Público tinha que estar um pouco mais atento e acompanhar.

O SR. CRISTIANO DOS SANTOS LAJÓIA GARCIA - Eu vou repassar a situação ao colega com atribuição para ele tomar as providências cabíveis. Realmente, é uma situação insustentável, e vamos apurar isso.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Eu gostaria de fazer 2 considerações finais.

Primeiro, é que a Defensoria Pública do Rio vem buscando romper com esse paradigma de que a gente só precisa fazer o atendimento do preso. Hoje em dia, conviver com esse paradigma é um equívoco institucional grave, porque o preso precisa de muito mais do que apenas só conseguir se entrevistar. Aquilo que era um direito essencial passou a ser o teto, o que é um absurdo. Quer dizer, o básico é que ele se entreviste com o advogado.

Mas nós estamos tentando iniciar, como colocou aqui o Dr. Cristiano Lajóia, uma parceria entre o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Vara de Execuções Penais, exatamente com a finalidade de melhorar esses métodos, esses procedimentos dentro da Vara de Execuções Penais, a fim de otimizar o trabalho realizado e a obtenção de benefícios.

E, dentro desta mesma visão, quer dizer, de tentar atuações novas, inovadoras, que permitam à Defensoria Pública ocupar um novo espaço nessa



dinâmica, que tem a reestruturação, tem o contato com o Ministério Público e a Vara de Execuções Penais, e também tem a elaboração das cartilhas, que agora serão até realizadas em conjunto com o Ministério Público, com o Conselho Penitenciário — cujo Presidente está aqui, que é o Leandro, colega Defensor Público e também valoroso membro do Núcleo do Sistema Penitenciário —, fazer um trabalho conjunto que nos permita realizar essa cartilha.

O projeto da cartilha inclui 4 cartilhas. A primeira é a Cartilha da Interna, que já foi lançada no mês da mulher, com a presença, até, da Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo Federal. A Ministra Nilcéa Freire veio aqui, esteve dentro do Talavera Bruce para fazer o lançamento da cartilha. Nós teremos, depois, o lançamento da Cartilha do Interno, da Cartilha do Egresso e da Cartilha da Família, que são os elementos essenciais, aqui, da questão da Execução Penal e muitas vezes acabam sendo esquecidos quando se trata dessas questões.

É fundamental que o egresso entenda que ele tem oportunidades e onde estão essas oportunidades e que a família tenha as informações necessárias para ajudar na proteção dos direitos dos seus entes queridos que estão encarcerados.

O que é importante que se diga, como conclusão final, é que o sistema penitenciário padeceu no esquecimento. É como se fosse um problema menor que pudesse ter sido esquecido e que, de repente, surge com muita força.

Talvez a maior palavra que tenha a ver com isso, hoje, não seja só o reconhecimento dos problemas, mas seja o engajamento na solução. Fazer o que o Ministério Público está fazendo, que é sair de uma posição histórica que ocupou durante muito tempo para tentar uma posição diferente, mais moderna e mais inovadora. O que a Defensoria Pública está tentando fazer é sair de sua posição histórica e ir procurar uma posição mais inovadora. E evidentemente, isso tem que passar por um aporte de verbas do Governo Estadual, para que melhore a condição física. De tudo, eu acredito que hoje a questão que se impõe é a péssima condição da estrutura física das unidades prisionais e a conseqüência que isso traz em saúde pública, em manutenção da alimentação digna, em estrutura para atendimento jurídico, em estrutura para os outros serviços das unidades prisionais.

Queria agradecer aos Deputados a oportunidade e elogiar muito não só, evidentemente, a Comissão Parlamentar de Inquérito, mas notadamente a visita ao



Rio de Janeiro, que tem alguma coisa a ensinar, mas bastante a ser discutido aqui no nosso Estado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria só pedir ao senhor que pudesse mandar para a Comissão essa equiparação salarial entre Defensoria e Ministério Público.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - A legislação que fez esse aumento?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Na maioria dos Estados, os defensores ganham 30% do que ganham... Inclusive no meu Estado.

O SR. EDUARDO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES - Mas, só para que fique claro, quer dizer, na verdade o salário da Defensoria Pública, essa legislação que permite a equiparação, ela não faz nenhuma alteração salarial; ela pega, simplesmente, e indica um aumento salarial parcelado, que permitiu que a gente chegasse a essa equiparação. Mas o projeto de lei eu posso encaminhar, sem nenhum problema — a lei, quer dizer, no caso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Nós agradecemos ao Dr. Cristiano Lajóia e ao Dr. Eduardo Quintanilha Telles de Menezes a participação e a colaboração à CPI do Sistema Carcerário e convidamos para as suas colocações e depoimentos o Dr. Paulo Roberto Ferreira da Silva, ex-Presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro, Inspetor de Segurança Penitenciária do Rio de Janeiro inativo; e o Dr. Francisco Rodrigues Rosa, Presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO ROBERTO FERREIRA DA SILVA - Francisco, você não quer falar primeiro? (*Pausa.*) Boa-tarde. Eu agradeço a oportunidade de poder divulgar e proporcionar algumas informações a CPI, mesmo tendo a certeza que qualquer depoimento meu hoje, aqui, será mais um motivo de uma punição, de mais perseguição do atual Governo. Tenho aqui testemunha, comprovante, de que, mesmo me aposentando no último mês de novembro, eu estou sendo punido, de forma arbitrária, inconstitucional, por representar legalmente a minha categoria e por ter me manifestado publicamente, como estou fazendo agora. Esse é o único instrumento que o Governo do Estado usa para punir os seus representantes legais.



Quero deixar bem claro: hoje serei mais uma vez alvo de punições e perseguições. Deixar bem claro aqui a postura do Secretário da Administração Penitenciária: arrogante, ditatorial. Esta é a verdadeira realidade! Ele deixou a máscara cair bem antes que a CPI fosse concluída. Ele mostrou que administra o sistema prisional do Rio de Janeiro de mão de ferro. Onde não há rebeliões, funcionários não se manifestam. Vocês perceberam? A não ser 2 membros da Diretoria do Sindicato que estavam aqui ao meu lado, mais nenhum servidor se fez presente. Esta é a maneira democrática que a atual administração do sistema penitenciário gerencia o sistema penitenciário. É bom lembrar que o atual Secretário, com toda a sua equipe, que estava aqui presente, inclusive seu Subsecretário, por delicadeza, poderia continuar aqui presente, respondendo às perguntas dos Deputados. No entanto, todos retiraram-se, de forma imoral; de forma, no mínimo, mal-educada. Então, esta é a postura do atual Secretário: é mão de ferro, seja para preso, seja para servidor. É importante que os Deputados saibam que tudo o que vocês ouvirem aqui não passa de cortina de fumaça. Hoje não trabalham no sistema penal nem 5% dos presos, que contribuem com a mão-de-obra no sistema penitenciário. A Fundação Santa Cabrini, Deputado, é uma caixa-preta em que os senhores devem mexer, devem catucar. Porque ela é antiga. Ela não está fazendo o papel para o qual ela foi criada, a não ser pra atender interesses políticos de algumas pessoas e de alguns empresários. Bangu, hoje, não passa de um campo de concentração. Os senhores deveriam ter a oportunidade de visitar mais unidades, para os senhores terem... Os senhores devem ter tido essa impressão, até porque os senhores passaram por várias porteiras.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é a opinião do senhor sobre o presídio Hélio Gomes?

O SR. PAULO ROBERTO FERREIRA DA SILVA - Como o galpão da 5ª, como Vicente Piragibe, que vocês visitaram, um lixo. Eu gostaria de ratificar, aqui — já foi comentado pelos Deputados presentes —, a questão da polícia prisional. Ela é uma saída, sim, não a título de Rio de Janeiro, mas a título de País, porque ela vai tirar das mãos oportunistas, policiais militares que chegam ao sistema penal como sargento e saem como coronéis de carreira, sem ter trocado um tiro, sem ter comandado uma equipe na rua. É por isso que eles não querem largar. O



Secretário, quando disse, aqui, que é a favor da polícia prisional, ele é hipócrita; ele falou aquilo para agradar os Deputados. No fundo, no fundo, não é isso o que pensa o Comando da PM. Eles fazem de tudo, inclusive não é só no Rio de Janeiro, nos outros Estados também. Hoje, o maior *lobby* contrário à criação da polícia prisional são os policiais militares que exercem cargos no primeiro escalão nos seus Estados. São os maiores lobistas a nossa posição. Eu queria fazer aqui um alerta para a CPI. Estou aqui há 5 horas ouvindo, atenciosamente, discursos dos Deputados. Inclusive queria que a Deputada do Rio de Janeiro Cida Diogo estivesse aqui na Mesa para ouvir, até porque ela é Deputada do meu Estado. Em vez de falar em direitos humanos, eu me preocupo, sim, com a qualidade de vida do preso, sim. Mas não vai adiantar nada os Srs. Deputados se preocuparem com a qualidade de vida dos presos, enquanto não se preocuparem com a qualidade de vida dos agentes, que não têm um psicólogo, um psiquiatra, um cardiologista. Eu, por exemplo, sou um enfartado. Sou perseguido. Estou há 4 meses sem salário. E não me importo, porque morrer de fome eu não vou. Mas, e os colegas que não têm como sair, fugir dessa perseguição, como vão fazer? Então, esses companheiros não têm, como eu disse e vou repetir... O sistema penal tem 7 hospitais; o agente penitenciário não tem nenhum. E a maioria dos agentes penitenciários com mais de 10 anos de função ou são cardíacos, ou são neuróticos ou doentes mentais. Se os senhores não cuidarem também dessa massa carcerária que é o servidor penitenciário — e aí estou me colocando na mesma igualdade, na mesma condição do preso —, de nada adiantará o trabalho dos senhores. De nada vai adiantar. Falar do efetivo de agentes já virou lorota, brincadeira de mau gosto! Hoje, a proporção, no sistema penal do Rio de Janeiro, é de 100 presos para cada agente. É humanamente impossível um agente atender um defensor público, um agente atender — ele tinha que estar aqui para ouvir também, ele tinha que estar aqui para ouvir também! Eles falam, fazem o discurso bonito deles e vazam, porque, na verdade, eles também estão a serviço do Governo, e eu vi isso, mas está gravado aqui. Eles falam e se mandam. Então, gente, como um agente penitenciário, um efetivo de 1.500 presos, 10 agentes vão atender o promotor, o defensor, o assistente social, o advogado, o assistente jurídico da unidade, o banho de sol? Como? É humanamente impossível. O sistema penal do Rio de Janeiro, como a maioria dos outros Estados, é casa de fazer maluco,



doideira. Então, gente, vocês cuidem também dessa massa carcerária, desse grupo de encarcerados que é o agente penitenciário. Policiais militares desviados de função, além da dificuldade na mão-de-obra do agente penitenciário, a gente é obrigado a conviver com intrusos, com estranhos no ninho. Na hora em que acontece a corrupção, um desvio qualquer, de qualquer um, não é o policial militar quem leva a pecha, quem leva é o agente penitenciário. Mas lá no sistema penitenciário não tem só PM desviado de função não, tem outros funcionários de outros segmentos lá dentro também trabalhando, mas toda a culpa — professores, médicos, psicólogos —, mas toda culpa só recai sobre o agente penitenciário. Existem, no Rio de Janeiro, 2 concursos aí, com mais de 8 mil aprovados. No entanto, o Governo insiste em manter policiais militares desviados de função dentro das unidades prisionais. Eles estão, na verdade, como disse, maquiando o processo, com a convocação de uns poucos concursados dos 2 concursos existentes. A coisa no Rio de Janeiro em relação ao servidor é tão séria que sequer ele tem uma carteira funcional decente, sequer ele tem uma carteira funcional. Ele entra, é até nomeado, mas não recebe, porque a administração nega essa carteira. Eu falei aqui em caso de doença, que é o meu caso, sou um cardíaco, e gasto hoje em torno de 300 reais de remédios, mas existem muitos outros companheiros que estão numa cama, num leito, e até mesmo num leito estão sendo perseguidos, transferidos para unidades com mais de 150 quilômetros de distância. Essa é a política militarizante que só foi enfrentada nos tempos da ditadura. Essa é a política que é implementada aqui no sistema penal do Rio de Janeiro, a política do silêncio. Ou se silencia, ou será perseguido, ou até exonerado. Eu estou a ponto de ser exonerado, porque eles estão trabalhando para que isso aconteça, mas nem isso me calará. Quando denuncio alguma coisa, denuncio com fatos concretos, posso comprovar as minhas denúncias, e os senhores facilmente verificarão o que acontece no sistema penal de hoje. Então, gente, eu agradeço aos senhores a oportunidade e me coloco à disposição da CPI para colaborar, mas peço aos senhores, encarecidamente, que os senhores não tenham uma visão míope, como é da maioria da sociedade, uma visão onde só o preso é o tema. Se os senhores não tiverem o cuidado de ouvir também os seus servidores, tudo o que os senhores



farão, tudo o que os senhores estão fazendo será em vão. Obrigado pela atenção, agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Obrigada, Dr. Paulo. Esta Comissão tem uma sub-relatoria que trata do tema dos servidores do sistema penitenciário, especialmente sobre os agentes penitenciários. O grande problema é ouvi-los, porque a maioria se omite de falar qualquer coisa, mas mesmo assim fizemos uma audiência pública muito proveitosa na semana passada, da qual o Dr. Francisco teve a oportunidade de participar. E todos os presidentes de sindicatos de todos os Estados do Brasil estavam presentes, todos tiveram a oportunidade de colocar a situação dos seus Estados, a situação dos seus colegas, e nós prometemos aos representantes dos servidores que do nosso relatório irá constar essa situação dos agentes, que, para nós, são encarcerados juntamente com os detentos. Mas esperamos que, ao observar a situação de cada um, também os agentes possam ter coragem para não ser coniventes e omissos a situações que vivenciam no dia-a-dia com relação aos detentos, principalmente, quando nós percebemos que muitos agentes não consideram os detentos como seres humanos e não reconhecem os direitos fundamentais dos detentos. Então, essas coisas que nos deixam às vezes desapontados. Eu queria, se o senhor me permitir ainda, fazer uma pergunta, depois se os Deputados têm também...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Presidenta, uma questão de ordem. Não seria conveniente botar o outro para falar e depois a gente faria pergunta para os dois?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Bom, pode ser.

Então, o Dr. Francisco Rodrigues Rosa com a palavra.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES ROSA - Obrigado. Senhores presentes, ilustre Comissão, Srs. Deputados, para mim é muito gratificante e honroso estar aqui e poder falar a todos em nome da minha categoria e poder apresentar alguns tópicos e assuntos que possam vir a somar com os trabalhos desta Comissão. Eu tenho dito entre os meus pares que tenho uma esperança muito grande que o Brasil se transforme a partir da conclusão dos trabalhos desta Comissão. Acredito que temos muito a fazer e vamos avançar bastante. E é por isso que eu estou me debruçando sobre alguns relatórios, já fiz alguns que encaminhei à ilustre Relatora,



Deputada Jusmari. E quero ainda somar com outros tantos relatórios que estou elaborando, para que sejam encaminhados ao Relator, diretamente ao Relator Geral, no sentido de que a gente possa realmente chegar a um sistema penitenciário mais humanizado, mais eficaz, a presentear a sociedade com aquilo que é a nossa obrigação, não em termos apenas de servidores públicos, mas também na qualidade de principalmente cidadão. Observando ao longo desse debate, nós vimos “n” assuntos debatidos e sustentados e aquilo que eu houvera dito em Brasília em depoimento, eu acredito que esta Comissão conseguiu comprovar e presenciar *in loco*. Omissão dos poderes e o conluio entre si é que facultam a ineficiência e a ineficácia do sistema penitenciário. Chamo a atenção para o alto grau da questão, porque de nada adiantará, na minha ótica, nesses meus 28 anos de serviço, ficar trabalhando a questão rasteira. As causas todos nós conhecemos; os motivos é que nós temos que atacar. E o motivo ficou claro para mim nesta Comissão. Hoje, aqui ficou muito claro. As autoridades em conluio funcionam e vêm para se proteger, e, quando encaradas, elas se omitem ou fogem, porque não sabem mais como se defender diante de tanta irregularidade. Hoje, eu gostaria de ter aqui o Pastor Marcos. Chegou aqui e disse que era um salvador da Pátria, ele resolveu mil e uma questões, que ele, com o poder da fé, é (*ininteligível*), “*cai todo mundo e eu resolvo a questão penitenciária*”. Mentiroso, falso e hipócrita. Conheço-o há muito tempo e de muitos anos, Deputado. É, sim! É, sim, e digo aqui gravado. É, sim, braço. Prova de que ele é um braço do crime organizado nesse Estado é que ele não consegue resolver problema nenhum nas outras facções. Ele mandou vários levantarem o braço aqui como se fossem santificados por ele. Os (*ininteligível*) que ele dá só deus para o Comando Vermelho. Por que as outras facções assim aceitas aqui pela Justiça não são contempladas com seus (*ininteligível*) salvatórios? Por que só o Comando Vermelho o procura? Por que é que a Casa da Salvação do Pastor Marcos só contempla e só recebe a facção do Comando Vermelho? E as outras? Eu ouvi o Ministério Público e a Defensoria Pública falarem em 4 comandos, esqueceu ele que existem os neutros, aqueles que não querem ser comando algum, só querem cumprir sua pena e ir para casa. Os neutros não existem nesse Estado? Será que aqui é obrigatório ser faccioso? Tenho certeza que não, porque tenho 28 anos e tenho certeza que lá não tem ninguém faccioso. Conheço muitos que dizem



para se proteger, mas não participam de nada. Querem apenas cumprir sua pena, sair e zelar pela sua vida e por sua família. Então, é muito... Para mim, é muito fantasioso, existe muito de fantasia em tudo e muito de emocional. Ele, para mim, deveria explicar para esta Comissão o porquê que 33 cabeças rolaram pelo chão do Comando Vermelho e da ADA. E quem arrancou? Foi o Comando Vermelho. E depois que ele foi proibido de entrar no sistema penitenciário, Deputado, nunca mais houve rebelião, nem morte, nem motim. Acabou. Acabou o problema. Estamos aí, depois da proibição da entrada dele no cárcere, acabou o problema no cárcere. Aí dizer: será que existe um conluio? Existe, sim, lá em cima, lá em cima, gestivo. Mas a minha categoria não participa de absolutamente conluio nenhum. Qualquer Governo, qualquer um que sente na Secretaria e diga *“trabalhem com moral, condição e decência”*, iremos fazê-lo. O que precisamos é de um Governo comprometido com isso. *“Eu vou lhe garantir que você trabalhe e vou lhe dar a cobertura do Estado, porque você é um ente do Estado”*. Eu me considero um. Eu não sou concursado porque pedi a Deputado, eu não sou concursado porque pedi a Governador, eu não devo nada a ninguém, devo a mim, estudei, passei num concurso e sou um servidor público, quero prestar um serviço de qualidade à sociedade, porque ela que me paga. E eu na qualidade de cidadão. Então, eu tenho orgulho de ser o que sou. E foi como agente penitenciário que eu me formei, me pós-graduei e que estou no quarto mandato de Presidente de uma instituição sindical. Com orgulho, digo aos senhores que apenas queremos, sem nenhum tipo de emoção, queremos apenas e tão-somente ser trabalhadores compreendidos com dignidade, mais nada que isso. Temos plena condição, plena condição de exaurir a questão temática de segurança pública no Brasil no quesito custódia e tratamento. Não tenho dúvida nenhuma que temos um quadro qualificado. Não temos dúvida nenhuma que, com preparo, com um ensinamento direcionado, com uma escola penitenciária que realmente esteja amparada pelos princípios éticos e morais seremos profissionais a dar a resposta que a sociedade precisa e requer. Estamos prontos para expurgar de nosso meio aquelas personalidades pessoais de companheiros que não corresponderem a essa demanda social. Não somos corporativistas. O sindicato não é uma entidade corporativista. Prova que denunciemos e colaboramos com a investigação interna e todas as iniciativas no



sentido de denunciar qualquer um que seja, pelo menor desvio de função, ou pelo menor desvio de conduta, nós fazemos questão de denunciar e pedir a severa punição deles. Porque só assim entendemos que vamos ser capazes de fazer com que a sociedade nos enxergue de forma verdadeira, ímpar. Como categoria trabalhadora, está pronto para prestar o serviço a ela. Temos corrupção no sistema penitenciário? Sim! Temos, sim! Começa lá em cima. Começa lá em cima e facilita aqui embaixo, porque, quando eu não tenho o espelho da moral, quando eu não tenho uma referência ou até um temor, porque ela vira comum, ela acaba se transformando num fato tão costumeiro que acaba virando uma coisa comum, a gente acaba também tendo que aceitar determinados pequenos vícios. E os pequenos vícios, em pouco tempo, acabam virando grandes problemas para o sistema carcerário. Fazer vista grossa para pequenos erros é uma conseqüência desastrosa para o sistema penitenciário, onde o preso precisa ter, no agente penitenciário e na administração pública, espelho de conduta. As facções com que nós convivemos aqui no Rio de Janeiro conflitam entre si. A necessidade de estar dividida, subdividida em unidades, hoje, é uma questão de segurança pública. E eu, no alto dos meus 28 anos, posso garantir aos senhores: se colocar todo mundo junto vai ser uma carnificina. Não tenho dúvida disso, tendo em vista a animosidade dessas facções, que o Governo não soube prevenir ao bom tempo. Hoje nós temos, e os Deputados ouviram aqui, comunidades segregadas. Botam dormentes, plantam trilhos de trem para nem o carro do BOPE entrar, e principalmente a comunidade do lado. O morro A não entra no morro B, que não entra na comunidade C. E isso tem um reflexo dentro do sistema penitenciário, isso dificulta nossas atividades e muito, no campo da ressocialização e no campo da reeducação e da custódia. E somos nós as maiores vítimas do Estado. Não se equivoquem, Srs. Deputados, não são os presos as maiores vítimas. As maiores vítimas somos nós. Eu, por exemplo, não tenho coragem para ir a escola de samba, cinema, teatro; não posso fazer caminhada; não posso freqüentar academias; porque sou de imagem pública e notória para os presos. Já enterrei mais de 720 agentes penitenciários nos meus 28 anos, nos meus hoje 10 anos e 3 meses como Presidente. Já fui retirar corpo de companheiro meu, do lado do filho e da esposa, assassinado na mesma cama, por vingança vil e torpe, que foi vitimado porque morava na comunidade de uma



determinada facção e não saiu de lá a tempo. Já fui resgatar vários de dentro de suas casas, que comprou e fez, porque a facção mandava sair. E ele tinha que sair dali para morar na casa de sogra ou morar... Um eu levei até para a casa de um outro companheiro, foi uma meia água de fundo, em sentido de emergência. A nossa condição de vida social é risco total, absoluto, para nós e para nossos filhos e esposas. Cursar faculdade, só se for alguma onde tenhamos o mínimo de garantia. Andar à noite, só mesmo os supercorajosos. A não ser que estejamos trabalhando, porque aí nos sentimos com uma falsa sensibilidade de segurança, tendo em vista o aparato de armamento nas viaturas que usamos. Viaturas essas que não oferecem o mínimo de condição de trabalho, nem de segurança. Muitas nem limpador de pára-brisa têm. Espero que essa gestão atual e este Governo possam corresponder a essa demanda de necessidade de serviço e material, porque, segundo promessa, está chegando viatura do DEPEN, que recebe hoje, FUNPEN, que recebe 50% de tudo que é taxa judicial, que são milhões/dia, e não falta dinheiro, é um dos fundos mais ricos. E a gente trabalha sem condição, como os Deputados puderam constatar, sem um computador para poder manipular ingresso de visita. Quero dizer aqui que a aquisição da máquina foi realmente muito preponderante, e é de extrema necessidade. Há uma prioridade a ser seguida. E acredito que, neste momento, essas prioridades têm sido carreadas de uma forma objetiva. Há uma luz no fim do túnel. Vejo que, realmente, ao adquirir as condições estruturais que estão sendo interpostas até então, irá melhorar o Rio de Janeiro fundamentalmente, não tenho a menor dúvida disso. No entanto, é imperativo que nós consigamos demover a Nação desse caos que é o sistema penitenciário nacional. Acredito que esta Comissão tenha condição de fazer proposições diretas e objetivas através de dispositivos legais para que possa vir a dar as condições mínimas que a sociedade precisa e requer. Acredito que, no momento em que carreamos nossos esforços para uma federalização, criação de uma comissão com poder indicativo dos diretores e seus entes da administração, cumprindo assim aquilo que determina a ONU, onde o Brasil foi signatário para as regras mínimas de reclusos, captando dentro da sociedade os elementos sociais com a personalidade, com o conhecimento, o preparo e a abnegação necessários para desempenhar essas funções que a própria ONU e a Organização Internacional do Trabalho capitulam como de difícil natureza,



de penosa atribuição, entendo que aí então vai nascer uma luz final para que a gente possa ter um sistema penitenciário muito mais justo, muito mais correto, muito mais eficaz que o caos que nós temos hoje.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Nós vamos fazer o seguinte: vamos passar a palavra todos os Deputados que têm perguntas, Domingos e Cida — eu também quero fazer 2 colocações —, para depois os senhores poderem retornar e responder ou pelo menos avaliar nossas colocações.

Eu queria perguntar a vocês, primeiramente: qual é o índice, qual é o percentual, se vocês podem aproximar, ou o número, se vocês tiverem o número, de agentes penitenciários que estão afastados ou que estão prestes a ser afastados do serviço por conta de depressão, por conta de problemas psicológicos ou até mesmo psiquiátricos advindos da situação de trabalho no sistema.

E outra colocação que queria fazer, aí mais específica para o Dr. Francisco, que foi quem abordou o tema: se o senhor já havia comunicado o Secretário, Dr. César, não é?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - César Rubens. Ele tem conhecimento dessa sua afirmação com relação ao procedimento do Pastor Marcos, que também falou hoje aqui a esta Comissão, se ele tem conhecimento. Depois o senhor vai responder. E se ele teve conhecimento disso através do senhor, ou através da imprensa, ou através de qualquer pessoa, por que ele procedeu daquela forma aqui ao dizer ao Pastor que, para voltar ao sistema penitenciário e fazer o trabalho dele, era só uma questão de procurá-lo? Foi por medo ou por não querer falar a verdade diante de nós aqui?

Então quero passar a palavra ao Relator para que ele faça suas colocações.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sra. Presidenta, obrigado. Vou ser bem breve.

Eu queria perguntar aos 2: tem ou não tem acordo do Estado com as organizações para que essa tranquilidade aparente esteja existindo? 2) Juízes e promotores, efetivamente, fazem inspeções nos estabelecimentos? Eles vão à cela, eles conversam com os presos? 3) Quais os benefícios que o Estado oferece aos familiares dos agentes quando eles são vitimados, ou mortes, ou que ficam



incapacitados para o trabalho? Qual é o salário inicial do agente, qual é o teto e se todos são concursados. 4) Têm agentes envolvidos com torturas, com ingresso de celulares, contribuição com drogas, associação com organizações criminosas?

Com toda sinceridade que os senhores estão falando, gostaria que vocês respondessem-me essas perguntas.

E com relação à corrupção, que o Sr. Francisco falou que tem. Tem corrupção na comida? Tem corrupção nas quitandas?

E finalizo: lamento profundamente que esses 2 depoimentos não tenham sido os primeiros, que era para esquentar aqui a audiência. Era o que estava previsto, porque aí o debate seria mais importante e talvez o Secretário não tivesse saído naquele momento.

São essas as questões.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Deputada Cida Diogo.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Qual é a necessidade hoje concreta, se vocês têm esse levantamento de agentes penitenciários para atender a esse conjunto de presídios? Se tem déficit e qual a necessidade de contratação para ter um número mais adequado. E um pouco na linha do que o Deputado Domingos Dutra levantou, essa questão, que é muito estranha aqui no Estado, de uma superlotação das carceragens — a gente consegue perceber claramente isso —, e nos presídios não existe superlotação. Isso está ligado a que tipo de questão? É acordo de que nos presídios como tem o maior controle das organizações criminosas e aí não pode deixar isso explodir para evitar rebelião? O que está por trás disso? Porque não consigo entender a lógica diferenciada. Presídio tem problema das instalações, que a gente identificou, mas não tem problema de superlotação. Em carceragem a gente identificou esse absurdo, pelo menos nas duas em que fomos, de um número muito acima do que aquele espaço físico pode absorver. O que está por trás disso? O que existe? Isso é uma política de Estado de sobrecarregar a carceragem, que é mais fácil controlar e não deixar o presídio sobrecarregado? Tem a ver com isso? O que é?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sra. Presidenta, só a última. Nessas visitas nós verificamos, constatamos 4 tipos de animais. A maioria é o animal gente, que era para ser gente, que são os presos. Mas nós encontramos na



delegacia, no DP 52, encontramos um cachorro na entrada, ali perto da recepção. E lá no Vicente Piragibe nós encontramos alguns gansos, encontramos um gato ferido, mas encontramos uma cabra. Eu queria saber, se vocês pudessem explicar, aquela cabra, se ela tem alguma simbologia. Como tem uma Fundação Cabrini, queria saber se tem alguma coisa a ver. *(Risos.)* Porque uma cabra realmente... E o nosso repórter ali, o Paulo, tentou se aproximar da cabra, a cabra deu uma volta assim, freou e enfrentou ele. É uma cabra branca, bem peituda, um peito bem desenvolvido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Pelo menos a cabra é branca, não é?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria saber se tem alguma coisa especial de ter aquela cabra ali. Parece-me que ela é bem querida de todos. Se pudessem me falar sobre a presença da cabra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Com a palavra os Srs. Francisco e Dr. Paulo.

O SR. PAULO ROBERTO FERREIRA DA SILVA - Deixa o Presidente falar porque, depois, o que ele não conseguir falar, vou tentar responder.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES ROSA - Vamos ver se conseguimos guardar tudo, Excelências, porque somos agentes penitenciários. É importante observar isso. Com 5 anos de serviços, normais não seremos nunca mais. Então fica muito difícil. Estamos diante de uma comissão de notáveis e, é claro, vamos ver se nós 2 conseguimos chegar aos pés de 1. Bom, quanto à posição da cabra, eu queria observar que o Sindicato já oficializou pedido ao Secretário solicitando não só a retirada de todo e qualquer tipo de animal das unidades, como também pediu para tirar o bicho principal, que faz um mal maior, que são os ratos dos presídios, porque eles colocam em risco a vida do preso e a dos funcionários. E nós temos uma preocupação muito grande, muito grande, porque 90% das unidades não são assistidas pela saúde pública. Não têm visitas periódicas. Assim como não tem visita periódica, e já respondendo algumas perguntas, do juiz da vara de execuções, que é extraperiódica. Ou ele manda alguém ir em nome dele porque o café da manhã é muito importante, o almoço também dever ser, a janta também, depois tem o teatro à tarde e não dá para ele assistir o preso... E aí manda alguém ir e que faz um



relatório no gabinete do diretor. Assim como a Defensoria, que, infelizmente, não tem gente, como assumiu aqui, não tem um quadro que possa contemplar essa necessidade pública. E aí o Estado é obrigado a fazer contratos. E tendo um plano, um projeto para criar o concurso público, já que tramita há 1 ano e 3 meses na mesa do mesmo cidadão, o Secretário de Administração e Planejamento, criando os cargos e estruturando a Secretaria, mas infelizmente esse processo fica acalentado em cima de sua mesa ou gaveta, enquanto o Estado contrata a mão-de-obra a preço muito mais caro, a mesma mão-de-obra que deveria ser por concurso público, subvertendo a ordem constitucional, que determina que o servidor público acesse esse cargo por concurso. Mas, infelizmente — e aí já respondendo à outra pergunta —, se existe realmente corrupção, eu não sei mais o que é corrupção no Brasil. Na qualidade de intérprete dessa palavra sintomática da Nação, já não sei mais o que é corrupção. Estou perdido no mundo do que é corrupção, do que é conluio, do que é favorecimento, do que é falcatrua. Eu estou perdido, estou totalmente perdido em nome disso. Não sei mais. Quando eu abro a boca para falar, eu não sei do que estou tratando. Eu só sei que existe uma Fundação Santa Cabrini. Cabe agora à Comissão descobrir o que é isso, porque eu não sei mais dar interpretação a nada disso. Sinceramente, eu não sei. Existe uma fundação para prestar... que nasceu com uma finalidade específica. O povo vai bancar uma fundação para poder dar condição de instrução profissional, chance de vida ao egresso à sociedade. Ela nasceu com esse espírito, e botaram o nome de santa. Mas, infelizmente, ela só se serve dos presos. Ela não serve aos presos. Há uma inversão. Não sei porque. E aí é que vai a minha falta de interpretação. Corrupção, conluio, casuísmo. Não sei o que é. Politicagem. Não sei. Eu só sei que o companheiro Presidente da Fundação é um esforçado lutador, assim como seu irmão, Paulo Melo, Líder do Governo e Líder nesta Casa, Presidente de várias Comissões, também é um bravo lutador público. E, com certeza, botou seu irmão lá para também desbravar as necessidades públicas dos internos e salvaguardar o sistema penitenciário dessa situação calamitosa em que se encontra hoje. O porquê que se contrata mão-de-obra externa e não se privilegia a mão-de-obra do preso, eu não sei. Sinceramente, não consigo, diante da minha ignorância, alcançar o porquê disso. Sei que milhões se vão do bolso do Erário por ano, para o orçamento, para a SEAP, e esse orçamento nunca é



exaurido, ao cúmulo de chegar ao final do ano... Passa ano, passa ano, eu vou investigando e vou vendo que o dinheiro sobra! Por que e como eu não sei, mas não consegue sequer gastar o dinheiro todo do orçamento. E muitas das vezes o motivo é falta de dinheiro e falta de estrutura.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Dr. Francisco, se o senhor pudesse mais rapidamente responder às perguntas, porque está todo mundo aqui já com o horário, infelizmente.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES ROSA - Quanto à questão do efetivo, Deputado, nosso efetivo, hoje, de funcionários necessários para as 44 unidades prisionais não poderia ser inferior a 8 mil. Temos uma lei que diz que tem que ser 7 mil; temos trabalhando apenas 5 mil, nem isso, 4.982, estou trabalhando com número redondo; temos 2 mil vagas; temos um concurso público; temos mais de mil aguardando serem chamados no último concurso, sem falar aqui do concurso de 2003, que foi totalmente aviltado, atropelado pelo Sr. Governador Garotinho, que é amigo do Pastor Marcos, que o usava para poder ingressar nas unidades prisionais e nas favelas para depois conseguir... Ah! esqueci tudo. Desculpem, eu esqueci tudo. Desculpem, desculpem, desculpem, mas eu comecei pensando em Garotinho, Garotinho, Pastor Marcos, falange, comando, favela e aí ele foi eleito e, de repente, acabou estragando tudo. Eu estou aqui agora falando de outra coisa, me perdoe, Deputado. Mas voltando à questão, existe, sim, muita coisa para ser consertada. Eu acho que esta Comissão tem condição de reparar através de dispositivos legais que inibam essas aves de rapina de se locupletarem na administração pública, no serviço público, aqui no nosso querido Estado e no nosso querido Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Dr. Paulo.

O SR. PAULO ROBERTO FERREIRA DA SILVA - Eu não me lembro de todas as perguntas, eu não anotei aqui, mas eu posso dar alguns dados aqui. Há uns 20 anos, trabalhavam no Centro Penal do Rio de Janeiro em torno de 15% dos presos. Era aproveitada a mão-de-obra. Hoje não chega a 5%, até porque grande parte dessa mão-de-obra, hoje, é contratada por empresas de mão-de-obra, de limpeza, etc., etc., etc. Esse, com certeza, é um dos motivos para que a mão-de-obra do preso não seja aproveitada. Certamente é um dos motivos. Em relação à Santa Cabrini, não me consta, não é divulgado que haja licitações para os



contratos das empresas que trabalham lá dentro do Centro Penal. É uma outra questão. Em relação à questão da corrupção, vejam bem — não é propaganda de cimento não, tá gente —, você tem hoje um universo de 1.500 presos à sua frente, você se torna uma pessoa humanamente impossível responder a todas aquelas demandas por vários motivos, principalmente pela falta de efetivos, pela falta de companheiros. Então, cabe a você fechar os olhos. Então, hoje, se existe corrupção no sistema penal, é porque existe falta de efetivo. E fica claro que por trás dessa falta de efetivo há interesses do conjunto do Centro Penitenciário do Rio de Janeiro, porque antigamente — o Francisco tem 28 anos, eu tenho 22, 23 agora, após aposentado — a nossa função não era só vigiar o preso, não era só acautelar o preso, era também vigiar o companheiro do lado. Hoje não temos como sequer observar o preso, muito menos o companheiro, porque eles estão tão distantes um do outro que não dá para acompanhá-los nas suas demandas. E aí isso, com certeza, posso afirmar, é ótimo para o preso, até porque eles impõem as regras. Nas visitas dos presos, nas grandes visitas dos presos, nos grandes presídios, eles proíbem os agentes penitenciários de estarem lá. E aí rola tudo! Vocês entenderam a mensagem? Ficou claro, Deputado? É ótimo! Se tem tudo na cadeia, se tem tudo na cadeia, a conclusão os senhores podem tirar. Tem tudo! Eles estão mais seguros lá na cadeia do que na rua, no morro, onde eles têm que disputar espaço com outros, outras facções criminosas. Mas eu deixo aqui uma mensagem para os senhores: se o Governo quiser diminuir essa força das facções criminosas, construam cadeias neutras, porque muitos presos não querem ir para facção nenhuma. Mas na realidade, hoje, não podemos afirmar categoricamente algumas coisas, porque nós seremos presas fáceis. Como eu já disse, eu tenho aqui 2 punições, e todas elas comprovadas, apenas por dar declarações na imprensa. No Estatuto do Servidor Público — vocês não de entender —, do qual eu faço parte, só posso dar entrevista, só posso manifestar publicamente o que eu estou fazendo aqui agora se eu for autorizado pelo meu chefe hierárquico — isso é um paradoxo! isso é um absurdo! —, mesmo na condição de Presidente de Sindicato, mesmo sendo questionada a sua inconstitucionalidade. Então, se nós aqui afirmarmos algumas coisas, mas se os senhores se aprofundarem nessas questões, os senhores encontram a resposta. Eu não sei se faltou alguma coisa mais aqui, mas acho que...



O SR. FRANCISCO RODRIGUES ROSA - Faltou sim, Paulo. Eu queria contemplar o Deputado com mais objetividade, porque ele nos indagara se realmente existe superlotação, se realmente existe corrupção de agente penitenciário, envolvimento de agente penitenciário com facções e com — vamos chegar onde o Deputado quer chegar — milícias. Se existem autoridades do Governo dentro deste Estado existem algumas autoridades políticas envolvidas com essas matérias etc. e tal. Quero dizer para o senhor que sim. É muito difícil assumir o que eu estou assumindo. Mas eu sei que o senhor precisa disso. Eu sei que o senhor precisa disso, para que o senhor possa, junto aos seus pares, transformar o meu País em algo melhor. E alguém tem que ser mártir; alguém tem que ter disposição para colocar o dedo na ferida. Quero dizer para V.Exa.: existem, sim, no meu Estado, lamentavelmente, políticos comprometidos com milícias, políticos comprometidos com banditismo, políticos que fazem eleger Governadores, que ficam comprometidos e que depois ficam totalmente à mercê desse mesmo grupo, que são donos de feudos em favelas e comunidades. E aí, então, a sociedade não tem condição de dizer soberanamente que o Poder emana de todo o povo, mas, sim, desses grupos de interesses feudais que se adonam-se de nossos destinos e até de nossas vidas, pois as tiram quando bem entendem, quando estão apenas e tão-somente se contrapondo aos seus interesses escusos. Há que se fazer uma profunda reforma no sistema penitenciário para que ele fique, pelo menos, minimamente livre desses ataques selvagens, que são extramuros. Sem isso nós, agente penitenciários, não passaremos de reles reféns na mão desses grupos de interesses que se coadunam entre o Poder Público. E, quando falo Poder Público, jogo todo o rol de entidades: é Ministério Público, é Delegado de Polícia, é imprensa, é Governo, é Governador, é Deputado, é Juízes. E o sistema penitenciário é apenas e tão-somente a linha final de tudo isso, porque há interesses em todas essas instituições a preservar e a defender. Somos nós, lá dentro, que guarnecemos juízes, delegados e o pé-de-chinelo, como V.Exa. colocou. Esses são os que sofrem mais. Esses são os que sofrem mais. É como aquele favelão que V.Exa. viu. Os outros tantos, e quando eu clamei pela visita a essa unidade era para que V.Exa. pudesse ter a visão da realidade, do que é tirar uma cadeia enquanto engratado e o que é tirar uma cadeia enquanto um pé-de-chinelo. Esse é o sistema penitenciário



de hoje: quem tem, tem condições de tirar uma cadeia com fatura, com condição. Com golpe da sorte, do dinheiro, pode contratar vários advogados. Quem não tem, tem que comprar arroz a R\$3,00 o quilo, como V.Exa. colocou, e ficar refém de uma comida, infelizmente, que é incomível, como dizia o nosso saudoso Ministro Mário.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Francisco e Sr. Paulo, eu queria só perguntar a ambos sobre o que o Sr. Francisco fala. A gente tem lido muito na imprensa a respeito... Inclusive tem Vereadores presos e Deputados que estão respondendo processos, acusados de envolvimento com milícias. Eu pergunto aos senhores: se fizer uma sessão reservada, os senhores dão nomes, detalham a participação de todos esses agentes públicos nesse esquema de corrupção, conivência com o crime organizado?

O SR. FRANCISCO RODRIGUES ROSA - Excelência, em nome dos meus filhos, em nome dos meus netos e bisnetos. Sou homem; não preciso de nada que não seja verdade. O meu verdadeiro guardião é Deus. Se precisar dar nomes, darei em qualquer lugar, desde que reservadamente, porque confio nesta Comissão. Tenho certeza de que minha família vai ficar guarnecida pelo silêncio que esta Comissão vai fazer pela necessidade de guarnecimento — não minha, mas tenho filhos, e prezo que eles possam me dar netos, mesmo que em outra vida.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Paulo, também o senhor concorda?

O SR. PAULO ROBERTO FERREIRA DA SILVA - Eu vou me abster dessa condição. Me coloco pra ajudar a CPI dando números, fatos, dados concretos, mas eu moro em área de milícia, a qual o Francisco colocou. Certamente eu serei uma vítima imediata de qualquer manifestação que eu faça. Mesmo que eu diga em lugar reservado, qualquer retaliação, qualquer pressão que esse segmento sofra, onde eu moro, a região onde eu resido, a zona oeste do Rio de Janeiro, eu serei, Deputado, eu serei uma das primeiras vítimas. Então, eu não tenho segurança para andar lado a lado, tomando conta 24 horas da minha vida. Agora, eu queria botar um assunto rapidinho, em relação a cabras, a gansos. O desespero dos companheiros do Sistema Penal do Rio Janeiro é tão grande que eles são obrigados a recorrer a cachorros e até aos gansos. Às cabras eu não sei, mas aos gansos e aos cachorros, com certeza, porque é humanamente impossível, na madrugada, 4, 5 homens



tomarem conta de 1.500 presos. Muitas vezes, as guaritas onde os policiais militares ficam estão abandonas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Bom, nós queríamos agradecer o depoimento do Dr. Paulo Roberto, do Dr. Francisco.

Poderemos entrar em contato novamente com qualquer um dos 2 para obter novas informações que nós possamos julgar necessárias e importantes para a nossa Comissão.

Nós agradecemos a presença a todos; agradecemos à Assembléia Legislativa o apoio; aos funcionários da Assembléia a recepção à CPI; agradecemos ao povo carioca; ao Governo do Estado; à Polícia Militar o apoio que nos deu, também, aqui, nos dias de ontem e de hoje; à Polícia Federal do Rio de Janeiro o apoio que tem dado à CPI. Queremos, também, mais uma vez agradecer à Aeronáutica, que nos tem dado muito apoio nas nossas incursões pelo País. Agradecemos, também, a presença ao representante da Pastoral Carcerária, aos técnicos, aos funcionários, e agradecemos a todos a presença.

Declaro, assim, encerrada a audiência da CPI no Estado do Rio de Janeiro.